



MANUAL DO CURSO DE LICENCIATURA EM

CIENCIA POLITICA E RELACOES INTERNACIONAIS

3º Ano

Disciplina: **SISTEMAS POLÍTICOS COMPARADOS**

Código: **ISCED21-RINCFE003**

Total Horas/2º Semestre: 125 horas

Créditos (SNATCA): 5

Número de Unidades: 5



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- ISCED

Direitos de autor (copyright)

Este manual é propriedade do Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED), e contêm reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução parcial ou total deste manual, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (electrónicos, mecânico, gravação, fotocópia ou outros), sem permissão expressa de entidade editora (Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)).

A não observância do acima estipulado o infractor é passível a aplicação de processos judiciais em vigor no País.

Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)

Direcção Académica

Rua Dr. Almeida Lacerda, Nº212 Ponta - Gêa

Beira - Moçambique

Telefone: +258 23 323501

Cel: +258 823055839

Fax: 23323501

E-mail: isced@isced.ac.mz

Website: www.isced.ac.mz

Agradecimentos

O Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED) e o autor do presente manual agradecem a colaboração dos seguintes indivíduos e instituições na elaboração deste manual:

Autor

José Francisco Bambo Sumburane

<i>Coordenação</i>	Direcção Académica do ISCED
<i>Design</i>	Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)
<i>Financiamento e Logística</i>	Instituto Africano de Promoção da Educação a Distância (IAPED)
<i>Revisão Científica</i>	XXXXXX
<i>Revisão Linguística</i>	Lilamo Pereira
<i>Ano de Publicação</i>	ISCED – BEIRA
<i>Local de Publicação</i>	XXXXXX

Índice

Visão geral	5
Bem-vindo ao Módulo de Sistemas Políticos Comparados	5
Objectivos da Disciplina/Módulo.....	5
Quem deveria estudar este módulo?	5
Como está estruturado este módulo?	6
Ícones de actividade	7
Habilidades de estudo	7
Precisa de apoio?	9
Tarefas (avaliação e auto-avaliação)	10
Avaliação	10
 UNIDADE I: CONCEITOS FUNDAMENTAIS E MÉTODOS DE ANÁLISE	 12
UNIDADE Temática I: Conceitos Fundamentais e Métodos de Análise.	12
1.1. INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	12
1.1. Sistema Político.....	14
1.2. O sistemismo de David Easton.....	21
1.3. Os Métodos de análise: a pluralidade dos métodos de análise.....	27
 UNIDADE II: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE ÁFRICA	 38
UNIDADE TEMÁTICA II: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE ÁFRICA.....	38
2. INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	38
2.1. O continente africano: a África e o processo de hominização.....	39
2.2. O continente africano e a cultura africana.....	43
2.3. Alguns aspectos da história de África e crítica de algumas ideias-chave.....	52
2.4. O nível do rendimento e a Democracia	63
2.5. A herança colonial e a Democracia.....	74
 UNIDADE III: FONTES SOCIAIS DO CONFLITO POLÍTICO EM ÁFRICA.....	 83
UNIDADE III: FONTES SOCIAIS DO CONFLITO POLÍTICO EM ÁFRICA	83
3. INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	83
3.1. Clivagens Sociais.....	84

3.2. Descolonização e regimes pós-independência em África.....	93
3.3. Pobreza, subdesenvolvimento e economia política	100
3.4. Identidade, Etnicidade e Cidadania.....	109
 UNIDADE IV: ARTICULAÇÃO, INTEGRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DOS PAISES AFRICANOS	 118
UNIDADE IV: 4. ARTICULAÇÃO, INTEGRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DOS PAISES AFRICANOS	118
4. INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS	118
4.1. Conflitos em África.....	119
4.2. O terrorismo como ameaça transnacional.....	128
 UNIDADE V: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NOS PAÍSES DA UNIÃO AFRICANA	 135
UNIDADE V: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NOS PAISES DA UNIÃO AFRICANA	135
5. INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS	135
5.1. Os partidos políticos africanos - as paradoxalidades que não o são	136
5.2. A estrutura socioeconómica - mercado e planificação. Dependência económica do terceiro mundo	148
5.3. Modernização do Terceiro Mundo.....	156
5.4. Os sistemas eleitorais: os diferentes modos de escrutínio.....	162
5.5. Eleição e representação: a democracia directa.....	172
5.6. Efeitos teóricos e práticos dos sistemas eleitorais.....	179
 CHAVE DE CORRECÇÃO DA AUTO AVALIAÇÃO.....	 187

Visão geral

Bemvindo à Disciplina/Módulo de **Sistemas Políticos Comparados**

Objectivos do Módulo

Ao terminar o estudo deste módulo de Sistemas Políticos Comparados, você deve: Saber comparar as performances dos sistemas políticos Africanos e extra africanos; Compreender as Instituições Políticas nos países da União Africana e as performances dos mesmos sistemas.



Objectivos Específicos

- Descrever o método comparativo e as Instituições Políticas nos países da União Africana;
- Comparar os sistemas políticos de outros continentes mostrando as inter-relações dos sistemas políticos africanos com os seus ambientes; internos (sociedade nacional) e externos (os outros sistemas políticos);
- Explicar a geografia de África ligando-a com a História do continente, as fontes de conflitos em África;
- Mostrar a articulação, integração e representação de interesses na União Africana;
- Analisar a performance dos sistemas políticos nos países da África.

Quem deveria estudar este módulo

Este Módulo foi concebido para estudantes do 3º ano do curso de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais do ISCED e outros como Gestão de Recursos Humanos, Administração, etc. Poderá ocorrer, contudo, que haja leitores que queiram se actualizar e consolidar seus conhecimentos nessa disciplina, esses

serão bem-vindos, não sendo necessário para tal se inscrever. Mas poderá adquirir o manual.

Como está estruturado este módulo

Este módulo de Sistemas Políticos Comparados, para estudantes do 3º ano do curso de licenciatura em Contabilidade e Auditoria, à semelhança dos restantes do ISCED, está estruturado como se segue:

Páginas introdutórias

- **Um índice completo.**
- Uma **visão geral detalhada** dos conteúdos do módulo, resumindo os aspectos-chave que você precisa conhecer para melhor estudar. Recomendamos vivamente que leia esta secção com atenção antes de começar o seu estudo, como componente de habilidades de estudos.

Conteúdo desta Disciplina / módulo

Este módulo está estruturado em Temas. Cada tema, por sua vez comporta certo número de unidades temáticas ou simplesmente unidades. Cada unidade temática se caracteriza por conter uma introdução, objectivos, conteúdos.

No final de cada unidade temática ou do próprio tema, são incorporados antes o sumário, exercícios de auto-avaliação, só depois é que aparecem os exercícios de avaliação.

Os exercícios de avaliação têm as seguintes características: questionários teóricos não.

Outros recursos

A equipa dos académicos e pedagogos do ISCED, pensando em si, num cantinho, recôndito deste nosso vasto Moçambique e cheio de dúvidas e limitações no seu processo de aprendizagem, apresenta uma lista de recursos didácticos adicionais ao seu módulo para você explorar. Para tal o ISCED disponibiliza na biblioteca do seu centro de recursos mais material de estudos relacionado com o seu curso como: Livros e/ou módulos, CD, CD-ROOM, DVD. Para além deste material físico ou electrónico disponível na biblioteca, pode ter acesso a Plataforma digital moodle para alargar mais ainda as possibilidades dos seus estudos.

Auto-avaliação e Tarefas de avaliação

Tarefas de **auto-avaliação** para este módulo encontram-se no final de cada unidade temática e de cada tema. As tarefas dos exercícios de auto-avaliação apresentam duas características: Questionários resolvidos.

Comentários e sugestões

Use este espaço para dar sugestões valiosas, sobre determinados aspectos, quer de natureza científica, quer de natureza diadático-Pedagógica, etc, sobre como deveriam ser ou estar apresentadas. Pode ser que graças as suas observações que, em goso de confiança, classificamo-las de úteis, o próximo módulo venha a ser melhorado.

Ícones de actividade

Ao longo deste manual irá encontrar uma série de ícones nas margens das folhas. Estes ícones servem para identificar diferentes partes do processo de aprendizagem. Podem indicar uma parcela específica de texto, uma nova actividade ou tarefa, uma mudança de actividade, etc.

Habilidades de estudo

O principal **objectivo** deste campo é o de ensinar aprender a aprender. Aprender aprende-se.

Durante a formação e desenvolvimento de competências, para facilitar a aprendizagem e alcançar melhores resultados, implicará empenho, dedicação e disciplina no estudo. Isto é, os bons resultados apenas se conseguem com estratégias eficientes e eficazes. Por isso é importante saber **como, onde e quando** estudar. Apresentamos algumas sugestões com as quais esperamos que caro estudante possa rentabilizar o tempo dedicado aos estudos, procedendo como se segue:

1º Praticar a leitura. Aprender a Distância exige alto domínio de leitura.

2º Fazer leitura diagonal aos conteúdos (leitura corrida).

3º Voltar a fazer leitura, desta vez para a compreensão e assimilação crítica dos conteúdos (ESTUDAR).

4º Fazer seminário (debate em grupos), para comprovar se a sua aprendizagem confere ou não com a dos colegas e com o padrão.

5º Fazer TC (Trabalho de Campo), algumas actividades práticas ou as de estudo de caso se existir.

IMPORTANTE: Em observância ao triângulo **modo-espaço-tempo**, respectivamente **como, onde e quando**...estudar, como foi referido no início deste item, antes de organizar os seus momentos de estudo reflecta sobre o ambiente de estudo que seria ideal para si: Estudo melhor em casa/biblioteca/café/outro lugar? Estudo melhor à noite/de manhã/de tarde/fins-de-semana/ao longo da semana? Estudo melhor com música/num sítio sossegado/num sítio barulhento!? Preciso de intervalo em cada 30 minutos, em cada hora, etc.

É impossível estudar numa noite tudo o que devia ter sido estudado durante um determinado período de tempo; Deve estudar cada ponto da matéria em profundidade e passar só ao seguinte quando achar que já domina bem o anterior.

Privilegia-se saber bem (com profundidade) o pouco que puder ler e estudar, que saber tudo superficialmente! Mas a melhor opção é juntar o útil ao agradável: Saber com profundidade todos conteúdos de cada tema, no módulo.

Dica importante: não recomendamos estudar seguidamente por tempo superior a uma hora. Estudar por tempo de uma hora intercalado por 10 (dez) a 15 (quinze) minutos de descanso (chama-se descanso à mudança de actividades). Ou seja que durante o intervalo não se continuar a tratar dos mesmos assuntos das actividades obrigatórias.

Uma longa exposição aos estudos ou ao trabalho intelectual obrigatório, pode conduzir ao efeito contrário: baixar o rendimento da aprendizagem. Por que o estudante acumula um elevado volume de trabalho, em termos de estudos, em pouco tempo, criando interferência entre os conhecimentos, perde sequência lógica, por fim ao perceber que estuda tanto mas não aprende, cai em

insegurança, depressão e desespero, por se achar injustamente incapaz!

Não estude na última da hora; quando se trate de fazer alguma avaliação. Aprenda a ser estudante de facto (aquele que estuda sistematicamente), não estudar apenas para responder a questões de alguma avaliação, mas sim estude para a vida, sobre tudo, estude pensando na sua utilidade como futuro profissional, na área em que está a se formar.

Organize na sua agenda um horário onde define a que horas e que matérias deve estudar durante a semana; Face ao tempo livre que resta, deve decidir como o utilizar produtivamente, decidindo quanto tempo será dedicado ao estudo e a outras actividades.

É importante identificar as ideias principais de um texto, pois será uma necessidade para o estudo das diversas matérias que compõem o curso: A colocação de notas nas margens pode ajudar a estruturar a matéria de modo que seja mais fácil identificar as partes que está a estudar e Pode escrever conclusões, exemplos, vantagens, definições, datas, nomes, pode também utilizar a margem para colocar comentários seus relacionados com o que está a ler; a melhor altura para sublinhar é imediatamente a seguir à compreensão do texto e não depois de uma primeira leitura; Utilizar o dicionário sempre que surja um conceito cujo significado não conhece ou não lhe é familiar;

Precisa de apoio?

Caro estudante, temos a certeza que por uma ou por outra razão, o material de estudos impresso, lhe pode suscitar algumas dúvidas como falta de clareza, alguns erros de concordância, prováveis erros ortográficos, falta de clareza, fraca visibilidade, páginas trocadas ou invertidas, etc). Nestes casos, contacte os serviços de atendimento e apoio ao estudante do seu Centro de Recursos (CR), via telefone, sms, E-mail, se tiver tempo, escreva mesmo uma carta participando a preocupação.

Uma das atribuições dos Gestores dos CR e seus assistentes (Pedagógico e Administrativo), é a de monitorar e garantir a sua aprendizagem com qualidade e sucesso. Dai a relevância da comunicação no Ensino a Distância (EAD), onde o recurso as TIC se torna incontornável: entre estudantes, estudante – Tutor, estudante – CR, etc.

As sessões presenciais são um momento em que você caro estudante, tem a oportunidade de interagir fisicamente com staff do seu CR, com tutores ou com parte da equipa central do ISCED indigitada para acompanhar as sua sessões presenciais. Neste período pode apresentar dúvidas, tratar assuntos de natureza pedagógica e/ou administrativa.

O estudo em grupo, que está estimado para ocupar cerca de 30% do tempo de estudos a distância, é muita importância, na medida em que permite lhe situar, em termos do grau de aprendizagem com relação aos outros colegas. Desta maneira ficar a saber se precisa de apoio ou precisa de apoiar aos colegas. Desenvolver hábito de debater assuntos relacionados com os conteúdos programáticos, constantes nos diferentes temas e unidade temática, no módulo.

Tarefas (avaliação e auto-avaliação)

O estudante deve realizar todas as tarefas (exercícios, actividades e auto-avaliação), contudo nem todas deverão ser entregues, mas é importante que sejam realizadas. As tarefas devem ser entregues duas semanas antes das sessões presenciais seguintes.

Para cada tarefa serão estabelecidos prazos de entrega, e o não cumprimento dos prazos de entrega, implica a não classificação do estudante. Tenha sempre presente que a nota dos trabalhos de campo conta e é decisiva para ser admitido ao exame final da disciplina/módulo.

Os trabalhos devem ser entregues ao Centro de Recursos (CR) e os mesmos devem ser dirigidos ao tutor/docente.

Podem ser utilizadas diferentes fontes e materiais de pesquisa, contudo os mesmos devem ser devidamente referenciados, respeitando os direitos do autor.

O plágio¹ é uma violação do direito intelectual do (s) autor (es). Uma transcrição à letra de mais de 8 (oito) palavras do texto de um autor, sem o citar é considerado plágio. A honestidade, humildade científica e o respeito pelos direitos autorais devem caracterizar a realização dos trabalhos e seu autor (estudante do ISCED).

¹Plágio - copiar ou assinar parcial ou totalmente uma obra literária, propriedade intelectual de outras pessoas, sem prévia autorização.

Avaliação

Muitos perguntam: Com é possível avaliar estudantes à distância, estando eles fisicamente separados e muito distantes do docente/tutor!? Nós dissemos: Sim é muito possível, talvez seja uma avaliação mais fiável e consistente.

Você será avaliado durante os estudos à distância que contam com um mínimo de 90% do total de tempo que precisa de estudar os conteúdos do seu módulo. Quando o tempo de contacto presencial conta com um máximo de 10%) do total de tempo do módulo. A avaliação do estudante consta detalhada do regulamenta de avaliação.

Os trabalhos de campo por si realizados, durante estudo se aprendizagem no campo, pesam 25% e servem para a nota de frequência para ir aos exames.

Os exames são realizados no final da cadeira disciplina ou modulo e decorrem durante as sessões presenciais. Os exames pesam no mínimo 75%, o que adicionado aos 25% da média de frequência, determinam a nota final com a qual o estudante conclui a cadeira.

A nota de 10 (dez) valores é a nota mínima de conclusão da cadeira.

Nesta cadeira o estudante deverá realizar pelo menos 2 (dois) trabalhos e 1 (um) (exame).

Algumas actividades práticas, relatórios e reflexões serão utilizados como ferramentas de avaliação formativa.

Durante a realização das avaliações, os estudantes devem ter em consideração a apresentação, a coerência textual, o grau de cientificidade, a forma de conclusão dos assuntos, as recomendações, a identificação das referências bibliográficas utilizadas, o respeito pelos direitos do autor, entre outros.

Os objectivos e critérios de avaliação constam do Regulamento de Avaliação.

UNIDADE I: CONCEITOS FUNDAMENTAIS E MÉTODOS DE ANÁLISE**UNIDADE Temática I: Conceitos Fundamentais e Métodos de Análise.****1. Introdução e considerações gerais****1.1. Sistema Político****1.2. O sistemismo de David Easton****1.3. Os Métodos de análise: a pluralidade dos métodos de análise****1.4. Auto Avaliação**

UNIDADE I: Conceitos fundamentais e métodos de análise

Introdução

Esta disciplina versa sobre Sistemas políticos Comparados numa perspectiva geral e particular olhando o continente africano no período pós colonial. Sistemas políticos Comparados podem ser identificados como análise da funcionalidade das instituições de um ou vários continentes. Nesta Unidade, você vai aprender sobre os conceitos de sistema, sistema político, elementos que caracterizam os sistemas políticos na sua generalidade bem como os métodos de análise na política.

Ao completar esta unidade, você deve:**Objectivos
específicos**

- ❖ Definir estado e sistema político;
- ❖ Caracterizar os sistemas políticos;
- ❖ Descrever as propriedades dos sistemas políticos.

1.1. Sistema político

Estado é uma comunidade humana que, dentro dos limites de um determinado território reivindica para si próprio e de forma bem sucedida o monopólio da violência física legítima.

Sistema político é um sistema de interações existentes em todas as sociedades independentes que desempenhe as funções de integração e adaptação (tanto no interior como em relação a outras sociedades) através do recurso ou da ameaça de recurso a um constrangimento físico mais ou menos legítimo. Assim, um sistema político será um sistema legítimo encarregado de manter a ordem na sociedade ou de a transformar.

O constrangimento legítimo constitui a trama dos inputs e dos outputs do sistema político, que lhe conferem o seu carácter e a realidade próprios e também a sua coerência como sistema. Os inputs de um sistema estão ligados a pedidos de utilização do constrangimento legítimo, quer se trate de reivindicações a favor da guerra ou de equipamentos de lazer. Deste modo, os equipamentos públicos de lazer são habitualmente financiados pelos impostos através de impostos e qualquer violação dos regulamentos relacionada com a sua utilização constitui uma infracção à lei.

O sistema político inclui todas as interações que implicam a utilização ou a ameaça de utilização de compulsões físicas. Estas interações são caracterizadas por seguintes propriedades: o campo de aplicação; a interdependência e; a existência de limites. O campo de aplicação são todas as estruturas nos seus aspectos políticos, incluindo os grupos de parentesco, os grupos de estatuto e as castas, bem como fenómenos anónimos como motins e manifestações de rua. A interdependência significa que qualquer alteração no subconjunto de interações implica alteração em todos os outros subconjuntos. A existência de fronteiras significa que existem certos limites onde acabam os outros sistemas e onde

começa o outro sistema político. Os limites entre o sistema político e a sociedade variam em relação aos diferentes sistemas políticos.

Propriedades comuns dos sistemas políticos

O universo dos sistemas políticos

A ciência política tem reduzido as suas generalizações a partir da análise de um número relativamente reduzido de casos porque o politólogo não se apercebe do carácter muito particular e específico das formas e processos políticos que estuda, já que não tem conhecimento da composição total do universo, do seu grau de complexidade, nem da diversidade de tipos de modelos que aí poderia encontrar. A possibilidade de reconhecimento das propriedades específicas de um determinado tipo de política e das condições a que se encontra ligado, depende da existência de um número de tipos diferentes com os quais possa estabelecer um termo de comparação.

Todos os sistemas políticos têm em comum quatro características que os permitem compará-los a destacar:

- Todos os sistemas políticos incluindo os mais simples têm uma estrutura política. Podemos comparar os sistemas de acordo com o grau e a forma da sua especialização estrutural.
- As mesmas funções são desempenhadas em todos os sistemas políticos, ainda que essas funções possam ser mais ou menos preenchidas de acordo com os sistemas e através dos tipos diferentes de estrutura. Podemos comparar a frequência de realização de funções, os géneros de estrutura que as preenchem e o seu modo de realização.
- Toda estrutura política, independentemente do seu grau de especialização, em qualquer sociedade, é sempre multifuncional. Podem comparar-se os sistemas políticos segundo o grau de especificidade da função que desempenha pela estrutura, mas mesmo numa estrutura

muito especializada a multifuncionalidade ainda é importante.

- Todos os sistemas são, numa perspectiva cultural, sistemas mistos, pois não existem culturas ou estruturas completamente tradicionais nem modernos.

A universalidade da estrutura política.

Nenhuma sociedade pode manter uma ordem interior e exterior sem possuir uma estrutura política, ou seja, sem possuir modelos legítimos de interacção que permitem manter esta ordem. As interacções ou as estruturas podem ser fortuitas ou intermitentes; podem por vezes não ser nitidamente visíveis, mas dizer que não existem levaria a concluir que a realização da função política estaria entregue ao acaso. As funções de expressão e de agregação dos interesses, de comunicação, de legislação e de aplicação de normas podem encontrar-se estreitamente interligadas sem que entre elas exista uma separação formal, sendo cada uma um elemento de um único processo contínuo. Mas não se trata neste caso de uma ausência de estruturas políticas, mas sim de um tipo particular dessas mesmas estruturas, isto é, a distinção entre as sociedades que constituem estados e as que não a constituem deveria ser substituída pela distinção entre aquelas em que a estrutura política se encontra nitidamente diferenciada e é claramente visível e as sociedades cuja estrutura política se encontra é menos aparente e intermitente.

Para se considerar de satisfatória a análise de um sistema político, ela deve localizar e caracterizar todas as funções e não apenas as que são desempenhadas pela estrutura política especializada.

A universalidade das funções políticas

No estabelecimento de um paralelo entre os sistemas políticos, a descrição de estruturas especializadas constitui apenas um ponto de partida. Podemos utilizar um certo número de categorias funcionais para compararmos sistemas políticos considerados no

seu conjunto e sobretudo para comparar os modernos sistemas ocidentais com os sistemas transitórios e tradicionais.

Os sistemas políticos desempenham seguintes funções: a expressão dos interesses, a agregação dos interesses, a comunicação política, a função de recrutamento e socialização. Para além destas, existem as funções de carácter autoritário como as de elaboração das normas, execução das normas e a função judicial.

As funções políticas permitem caracterizar de uma forma mais completa os sistemas políticos não ocidentais e estabelecer uma distinção entre os diversos tipos e fases de desenvolvimento político dentro desses sistemas.

A multifuncionalidade da estrutura política.

Os sistemas políticos modernos são multifuncionais, pois as investigações demonstram que os tribunais não só julgam como também legislam; a administração é uma das fontes mais importantes de legislação e que os corpos legislativos influenciam simultaneamente a administração e o corpo judicial; os grupos de pressão podem encontrar-se na origem de certas leis, intervindo além disso na administração e que os meios de comunicação representam certos interesses e estão por vezes ligados a origem das leis.

Os sistemas modernos são sistemas especializados significa que aparecem certas estruturas que assumem uma função no conjunto do sistema político. Assim, o desenvolvimento de um moderno sistema de partido implica que as contribuições dadas à função de recrutamento político por outras estruturas, tais como grupos de interesse e meios de comunicação, tendem a passar a ser canalizados pelo sistema de partido antes de se traduzirem em actos de recrutamento político.

O desenvolvimento de grupos de interesses especializados implica que as expressões de interesses assumidas por certas estruturas

tais como os corpos legislativos, as administrações burocráticas os grupos informais de estatuto e parentesco e certas instituições tendam a passar e a ser elaboradas pelos grupos de interesses organizados antes de se traduzirem em actos de expressão de interesses.

O desenvolvimento destas estruturas reguladoras especializadas dá origem ao sistema democrático moderno e ao modelo particular de manutenção de fronteiras que caracteriza as relações internas entre os subsistemas do sistema político e as relações entre o sistema político e a sociedade. Os sistemas políticos modernos caracterizam-se pela existência de um grau de diferenciação estrutural bastante elevado, tendendo cada estrutura a desempenhar um papel regulador dessa função dentro do conjunto do sistema político.

Os sistemas políticos têm um carácter cultural misto

O moderno partido político de massas organizado burocraticamente não substituiu as sociedades oficiosas de notáveis existentes antes dele, combinou-se todavia com este tipo de estrutura mais primitiva de maneira a formar com ele um sistema misto.

Os grupos de interesses modernos não suplantaram os grupos informais de estatutos ou de interesses, mas combinaram-se também com eles num sistema misto, assim como os meios de informação colectivos se combinaram com o sistema interpessoal de comunicação. Este dualismo encontra-se em todos sistemas políticos

Leituras Complementares

ALMOND, Gabriel. O sistema Político. In, BIRNBAUM, Pierre & CHAZEL, François. Sociologia Política: Orientações Teóricas e Aparelho Conceptual. Lisboa: presença, 1975.

Sumário

Nesta lição são abordados os conceitos de política, sistema político e as propriedades comuns dos sistemas políticos bem como a respectiva caracterização.

1.2. AUTO-AVALIAÇÃO

1. O que é sistema político.

A. Interações existentes em todas as comunidades independentes que desempenhe as funções de integração e adaptação através do recurso ou da ameaça de recurso a um constrangimento físico mais ou menos legítimo.

B. Interações existentes em todas as sociedades independentes que desempenhe as funções de integração e adaptação através do recurso ou da ameaça de recurso a um constrangimento físico mais ou menos legítimo.

C. Relações entre sociedades independentes que desempenhe as funções de integração e adaptação através do recurso ou da ameaça de recurso a um constrangimento físico mais ou menos legítimo.

D. Comportamento incluído num determinado meio e exposto às influências, mas com possibilidades de lhe responder.

2. Identifique as propriedades que caracterizam as interações do sistema político.

A. O campo de aplicação; a interdependência e; a existência de limites.

B. A existência de limites, O campo de aplicação; a interação.

C. O campo de interação; a interdependência e; a existência de limites.

D. A interdependência, o campo de aplicação; e; a existência de partidos.

3. O que significa interdependência?

A. Que qualquer alteração no subconjunto de interações implica alteração em todos os outros subconjuntos.

B. Que qualquer intromissão no subconjunto de interações implica alteração em todos os outros subconjuntos.

C. Que qualquer ligação no subconjunto de interações implica alteração em todos os outros subconjuntos.

D. Que qualquer desenvolvimento no subconjunto de interações implica alteração em todos os outros subconjuntos.

4. Identifique as características comuns dos sistemas políticos.

5. Refira-se às funções dos sistemas políticos.

6. Comente: “os sistemas políticos modernos são multifuncionais”.

7. Qual o impacto do desenvolvimento dos grupos de interesse e das estruturas reguladoras especializadas.

1.2. Lição 2: O Sistemismo de David Easton

2. Introdução

O conceito de sistema nos permite distinguir analiticamente as estruturas que desempenham funções políticas em todas as sociedades, independentemente da sua dimensão, grau de diferenciação e cultura. Todos os sistemas políticos apresentam propriedades comuns dentro dos próprios limites e meios para reagir as influências do meio para poder garantir a longevidade do sistema.

Nesta lição são abordados os aspectos conceptuais como Política, sistema, e sistemas políticos e suas características e as propriedades comuns dos sistemas políticos.

Ao completar esta unidade, você deve:



Objectivos específicos

- ❖ Explicar o conceito de política, sistema e sistemas políticos.
- ❖ Identificar as estratégias a tomar para manter equilíbrio de um sistema político.
- ❖ Reconhecer os meios para que um sistemas políticos possa garantir a longevidade.
- ❖ Descrever o papel dos inputs e outputs numa sociedade política.
- ❖ Caracterizar os outputs e retroações

2. O sistemismo de David Easton

A política é um sistema de comportamento incluído num determinado meio e exposto às influências, mas com possibilidades de lhe responder.

Sistema trata-se de um conjunto de variáveis independentemente da relação existente entre eles.

Sistema político é o conjunto das interações através das quais numa sociedade, se realiza a atribuição autoritária dos valores.

Os sistemas políticos sobrevivem aos golpes do meio porque tem possibilidade e os meios concretos de respostas às perturbações e a possibilidade de se adaptarem às condições em que se encontram. Por isso, a organização do sistema político dispõe de capacidade de resposta às condições em que funciona.

Os mecanismos de reação em relação ao meio marcam a evolução do sistema, transformam a estrutura interna e a revisão dos objetivos fundamentais.

Ao utilizar a noção de equilíbrio na análise política, encaram-se várias dificuldades conceptuais e empíricas tais como: acredita-se sempre que os membros do sistema têm como finalidades reencontrar o equilíbrio anterior ou procurar novo sempre que há alteração e perturbação; presta-se pouca atenção as vias seguidas para alcançar o estado de equilíbrio anterior ou novo.

Para manter o equilíbrio é necessário tomar medidas positivas para destruir o equilíbrio anterior e atingir um novo. Acontece quando as autoridades procuram manter-se no poder através da agitação interna ou determinados perigos externos; suscitar ações positivas, construtivas e inovadoras para resistir às forças de transformação; isolar-se da influencia futura do meio e; transformar as relações e modificar os objetivos e métodos para aumentar as possibilidades de enfrentar os inputs do meio.

Todos os sistemas sociais e políticos, a adaptação representa um ajuste em relação aos acontecimentos, pois compõe de esforços para controlar, modificar ou alterar o meio ou o próprio sistema.

Os sistemas do meio político podem ser o meio intra- societal e o meio extra-societal. O meio intra-societal compreende sistemas que não são políticos, mas que pertence a mesma sociedade do sistema político. Por isso, compreendem, ao conjunto de comportamentos, atitudes e de ideias (economia, cultura, estrutura social e as personalidades). Trata-se de elementos funcionais da sociedade de que o sistema político é componente. O meio extra-societal são sistemas que existem fora da sociedade (internacional). É destes sistemas que partem os focos de tensão para o sistema político.

Os sistemas políticos não podem durar muito tempo se não desempenharem com sucesso as seguintes funções: distribuição de valores na sociedade; Capacidade de levar os seus membros a aceitar a distribuição como autoritária.

Através destas variáveis, pode se saber quando e como as perturbações podem ser fonte de tensão. Há tensão quando é possível rezear que as variáveis essenciais ultrapassem o limiar crítico e, isto acontece quando há alguma coisa no meio que pode ser derrota militar total; crise econômica que desorganiza o sistema político levando as autoridades a tornar se incapazes de tomar decisões ou os membros já não se sente ligados a eles. Quando a tensão política é forte desaparece a persistência por essa sociedade, mas, o desmembramento de um sistema político nunca é completo, pois, apesar da tensão o sistema continua a persistir sob qualquer forma e as autoridades tomam decisões para que alguns problemas da sua existência sejam resolvidos.

Um sistema tem a possibilidade de fazer face às tensões, mas, nem sempre consegue, por isso, um sistema pode cair por não ter sabido tomar as medidas apropriadas para lhes resistir.

Os sistemas políticos estão ligados com os aspectos do comportamento social e, essa ligação é acompanhada por um método que permita descrever a cumplicidade das trocas (inputs-outputs). Os inputs permitem-nos compreender os efeitos da grande diversidade dos acontecimentos e das condições do meio sobre a duração de um sistema político, isto é, servem como variáveis que conduzem e refletem tudo aquilo que no meio se relaciona com as tensões políticas. Desta forma, englobam todos os acontecimentos exteriores que alteram, modificam ou afetam o sistema. As influências mais importantes do meio são os pedidos e apoios. Estes indicam-nos a influência e circunstância do meio modificam e moldam o modo de funcionamento do sistema político. É através dos pedidos e apoios que podemos perceber como as influências do meio atuam sobre o sistema político.

Os outputs e retroações permitem-nos compreender as consequências do comportamento dos membros do sistema para o seu meio, isto é, os outputs são as decisões políticas e estas podem ser Positivas, se satisfazem as demandas; concretizam-se nas políticas públicas. Quando o sistema resolve democraticamente gera estabilidade, se autolegitima; como também podem ser ameaças ou sanções: multas, penas de prisão, ostracismo. Isto grupo de outputs é muito importante nos regimes não democráticos. Os outputs exercem influência na sociedade a que pertence o sistema e determinam os inputs que procuram penetrar no sistema político. Forma-se neste caso um anel de retroação que nos permite explicar os processos com os quais o sistema procura fazer face às tensões, levando-o a ajustar o seu comportamento futuro. A ação coletiva dos membros de um sistema político é expressa pelas autoridades. Estas, para satisfazer os pedidos precisam ter informações sobre os resultados das vagas de decisões precedentes para não agir às cegas. Por isso, tudo aquilo que atrasa, falseia ou entrava a boa informação das autoridades diminui a capacidade de tomar as medidas necessárias para manter o apoio a um nível suficiente.

O anel de retroação é constituído pelas seguintes zonas:

- A elaboração das decisões pelas autoridades;
- A resposta dos membros da sociedade a essas decisões.

- A comunicação às autoridades de informações relativas a essa resposta;
- As medidas tomadas pelas autoridades.

O sistema de sistema político é muito abstracto e geral. Por isso, não parece que tenha capacidade para elaborar teorias completas que sirvam para explicar e predizer a realidade. No entanto, teve desenvolvimentos posteriores da teoria que permitem a acercar mais à realidade, caso da teoria do processo de decisão.

A Teoria do processo de tomada de decisões reconverte o eixo da teoria do Sistema Político em um processo que se inicia com a formação de demandas e termina na emissão de outputs. A teoria do processo de decisão conceptualiza o processo, e articula-o em uma série de fases a destacar: a gestação de propostas; formulação da proposta; deliberação e adopção da proposta; implementação da decisão (execução em si e avaliação)

Em referência à primeira fase, e considerando as sociedades actuais, podemos perguntarmo-nos quais são os atores que intervêm nesta fase. A resposta alude aos grupos de pressão, aos partidos políticos, à opinião pública, ao sistema eleitoral, a agentes externos, aos meios de comunicação.

Nas fases 2ª e 3ª, a actuação corresponde fundamentalmente aos governos, os parlamentos, as comunidades autónomas e assimilados, e aos tribunais constitucionais. Nestas fases centra-se a análise institucional, porque estas instituições constituem o núcleo do sistema político.

Na quarta fase, a centralidade corresponde à avaliação, que é a base do feedback. São a Administração Pública e os próprios interessados (grupos de pressão) os que a levam a cabo.

Leituras Complementares

BIRNBAUM, Pierre e CHAZEL, François. **Sociologia política: Orientações teóricas e aparelho conceptual**. Lisboa: Presença, 1975

L. BOUZA-BREY: *Uma teoria do poder e dos sistemas Políticos em Revista de Estudos Políticos*, nº73 de 1991

Sumário

Nesta aprendeu a diferença conceptual entre política, sistema e sistema político; ficou também a saber que o meio influencia o sistema político e este por sua vez tem meios eficazes para reagir a essas influências para que o sistema político possa garantir a sua longevidade no respectivo meio social. Viu também quando é que o sistema político está em tensão e como é que os sistemas políticos reagem a estas.

2.2. AUTO-AVALIAÇÃO

1. O que é a política?

- A.** Sistema de um determinado meio e exposto às influências, mas com possibilidades de lhe responder.
- B.** Sistema de comportamento num determinado meio e exposto às influências, mas com possibilidades de não responder.
- C.** Sistema de comportamento incluído num determinado meio e exposto às influências, mas sem possibilidades de lhe responder.
- D.** Sistema de comportamento incluído num determinado meio e exposto às influências, mas com possibilidades de lhe responder.

2. Como é que os sistemas políticos sobrevivem às influências do meio.

- A.** Porque tem possibilidade e os meios concretos de respostas às perturbações e a possibilidade de se adaptarem às condições em que se encontram.
- B.** Porque tem possibilidade de respostas às perturbações e a possibilidade de se adaptarem às condições em que se encontram.
- C.** Porque transformam a estrutura interna e a revisão dos objetivos fundamentais.
- D.** Porque tem meios de respostas às perturbações e a possibilidade de se adaptarem às condições em que se encontram.

3. Que dificuldades são encaradas ao utilizar a noção de equilíbrio na análise política.

4. Que estratégias a tomar para manter equilíbrio de um sistema político?
5. O que representa a adaptação para os sistemas sociais e políticos?
6. Define seguintes conceitos: sistema, sistema político.
7. Identifique a tipologia dos sistemas do meio político e caracterize-os.
8. Como é que os sistemas políticos podem durar muito tempo.
9. Explica quando é que pode se considerar que num sistema político há tensão.
10. Mostre através de exemplos que o sistema político reage às tensões políticas.
11. Como é feita a ligação entre os sistemas políticos com os aspectos de comportamento social?
12. Descreve o papel dos inputs e outputs.
13. Qual é a importância dos inputs ligados aos pedidos e apoios?
14. Qual é a importância dos outputs e retroações?
15. Quais são os elementos do anel de retroação?

1.3. Lição 3: Os métodos de análise: A pluralidade dos métodos

Introdução

A multiplicidade e a complexidade dos fenómenos políticos requerem também uma pluralidade de métodos para analisar, o que significa que alguns métodos servem para estudar especificamente certos fenómenos, mas seriam inadequados para estudar outros, pois há fenómenos que requerem uma tipologia de método dependendo das variáveis a estudar, isto pode influenciar na utilização de um ou mais métodos e tomando por outro a vertente da pesquisa.

Nesta lição descreve-se os métodos e sua aplicabilidade para o estudo da ciência política e dos sistemas comparados.

Ao completar esta lição, você deverá:



Objectivos específicos

- ❖ Identificar os métodos para estudos dos sistemas políticos;
- ❖ Descrever o método estatístico e a comparação, a observação participante
- ❖ Mostrar estudos de casos recorrendo ao método de observação participante e comparativo.

Os Métodos de análise: a pluralidade dos métodos de análise

O desenvolvimento da concepção de método comparativo se deve, em grande parte, ao trabalho de John Stuart Mill ao propor as regras fundamentais do que deveria ser o raciocínio lógico e científico. Em relação aos métodos de pesquisa experimental, definiu duas formas básicas, que se dividem em métodos mais simples e familiares de escolher entre as circunstâncias que precedem ou seguem um fenómeno, aquelas às quais esse fenómeno está realmente ligado por uma lei invariável são dois: um consiste em comparar os diferentes casos em que o fenómeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenómeno não ocorre. Esses dois métodos podem ser respectivamente denominados como método de concordância e método de diferença.

Segundo o método da concordância, se uma circunstância pode ser eliminada sem alterar o fenómeno, ela não tem relação causal. Se eliminada altera o fenómeno, tem relação causal. Os casos devem concordar em um ponto, mas discordar em todos os demais. Vejamos, se dois ou mais casos do fenómeno ou objecto de investigação têm apenas uma circunstância em comum, essa circunstância única em que todos os casos concordam é a causa (ou efeito) do fenómeno.

O método de diferença busca o uso de casos idênticos, salvo em relação ao fenómeno a ser estudado. Neste caso, se comparam um caso onde ele ocorre e um onde não ocorre. Vejamos neste, se um caso em que o fenómeno sob investigação ocorre e um caso em que não ocorre têm todas as circunstâncias em comum, menos uma, ocorrendo esta somente no primeiro, a circunstância única em que os dois casos diferem é o efeito, ou a causa, ou uma parte indispensável da causa, do fenómeno.

Assim, sendo ambos os métodos de eliminação, o método da diferença é adequado para a experimentação artificial e o método da concordância deve ser empregado quando a experimentação não é possível.

É de importância particular para as ciências sociais o método das variações concomitantes, a ser usado quando for impossível a

eliminação ou isolamento do fenómeno por tratar-se de causa natural, permanente.

A discussão sobre o uso do método comparativo é encontrada posteriormente em Durkheim. Segundo este, não temos senão um meio de demonstrar que um fenómeno é causa de outro, é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro. Quando podem ser produzidos artificialmente à vontade do observador, o método de verificação é a experimentação propriamente dita. Quando, pelo contrário, a produção dos fatos não está ao nosso alcance e não obtemos senão tais quais se produziram espontaneamente, o método a empregar é o da experimentação indirecta, ou método comparativo. O uso da comparação na política remonta ao trabalho de Aristóteles sobre as formas de governo. O desenvolvimento desta tradição origina a produção moderna de instituições comparadas que fazem a caracterização das instituições políticas de vários países, colocando-as lado a lado dentro do mesmo texto. O que intitulam de estudo tradicional de política comparada possui seis características negativas: configurações descritivas, legalismo formal, paroquialismo, conservadorismo, ênfases não teóricas e insensibilidade metodológica.

A crítica ao modelo de estudo de "Governos Comparados", agregada a outros factores, começou a mudar a forma de se fazer política comparada, a partir do final dos anos 50 do século XX. A conjuntura internacional provocou a necessidade de conhecer melhor a política de outros países. Os estudos preocupavam-se com a política formal dos partidos, parlamentos, gabinetes.

A insuficiência conceitual desses estudos para dar conta da realidade de países da América Latina, África e Ásia auxiliou o crescimento das análises baseadas no estrutural-funcionalismo e na teoria dos sistemas, que tem maior maleabilidade para análise das relações políticas extra institucionais.

Nos anos 60, a comparação passa a ser incluída como um dos métodos aplicáveis.

Para fazer investigação e teorização em ciência política existem três métodos a destacar: a observação participante, o experimental, o estatístico e o comparado. A diferença destes se dá no tratamento dado a parâmetros e variáveis operativas.

O uso do método experimental consiste em manipular directamente a situação para criar parâmetros e variáveis operativas. O método estatístico busca o mesmo objectivo do método experimental, de transformar condições operativas em parâmetros.

Sua diferença em relação ao método experimental é que o alcançaria através de manipulação conceitual, pelo uso da matemática.

O método comparativo é adequado quando os dados não podem ser controlados experimentalmente e o número de casos é pequeno. Existem duas formas do método comparativo: a comparação de casos similares e o método de replicação em diferentes níveis para o estabelecimento de descobertas comparativas. Na tabela abaixo apresentam os métodos, e âmbito de aplicação.

Métodos	Objecto de análise	No de Casos	No de variáveis	Aplicação
Observação participante	Grupos pequenos	Um	Muitas	Limitada
Experimental	Grupos pequenos	Poucos	Poucas	Muito limitada
Estatístico	Actores individuais	Muitos	Inúmeras	Ampla
Comparado	Regimes/sistemas	Poucos	Muitas	Selectiva

1. A observação participante

O método de observação participante é aplicado quando o investigador se encontra em condições de observar directa e

pessoalmente os fenómenos políticos que pretende estudar. A vantagem é que o cientista obtém um volume de material que nenhum observador externo poderia esperar ter à sua disposição; o observador participante sabe quais são os materiais que melhor podem completar a informação de que necessita, onde procurá-los e encontrá-los, a quem pedi-los e quais são os protagonistas que estão em condições de fornecer outras informações úteis através de entrevistas ou de relatos escritos. A desvantagem deste método é o possível envolvimento político e emocional do observador nos fenómenos em estudo.

Durante a pesquisa, deve evitar deixar se influenciar pelas preferências políticas, guiando-se simplesmente por critérios de competência científica. A observação participante é aplicável a um caso de cada vez.

Actividade

Leia a obra de Gianfranco Pasquino. Curso de Ciência Política, 2ª ed, 2010 e faça um resumo sobre o estudo de casos particulares referido pelo autor incidindo sobre seguintes aspectos: estudo de um caso desviante e condições de aplicabilidade.

2. O método comparado

De uma maneira ou de outra, todos nós fazemos comparações com a finalidade de explicar as semelhanças e diferenças entre fenómenos políticos. Por isso, comparar serve para controlar se uma generalização se mantém perante os casos aos quais é aplicada. Suponhamos que pretendemos controlar a validade de uma afirmação respeitante aos fenómenos políticos, como por exemplo, as revoluções são causadas pela privação. Fixando-nos na variável comparação, permite perceber se houve revolução sempre que existiu privação. Por isso, o método comparativo é um método de controlo que permite aprender e explicar. Este pode ser sincrónico e diacrónico.

O método comparativo estabelece proposições empíricas gerais, descobrindo relações empíricas entre as variáveis, e analisando sistematicamente um pequeno número de casos. É utilizado para testar e descobrir indutivamente novas hipóteses, além de construir teorias.

A principal vantagem do método comparado é que, devido à falta de recursos e à escassez de tempo, a análise de um pequeno número de casos pode ser mais promissora do que um exame estatístico superficial de muitos casos. A desvantagem deste método seria a frágil capacidade para resolver explicações rivais, pois examina muitas variáveis e um pequeno número de casos. Para minimizar a desvantagem, sempre que possível, o número de casos deve ser ampliado, enquanto que as variáveis devem ser reduzidas, combinando aquelas que expressam características semelhantes.

Os estudos comparativos devem ser entendidos a partir de três finalidades a destacar:

- O exame sistemático da co-variância entre casos, com o objectivo de realizar análises causais; mostrar que um modelo particular pode utilizar conceitos que esclarecem os casos; comparar dois ou mais casos, mostrando suas diferenças
- A utilização de um pequeno número de casos para testar hipóteses e construir teorias, sendo que a aplicação de determinado conceito para uma ampla quantidade de casos pode provocar generalizações, com isso, é necessário o exame cuidadoso de cada caso, com descrições espessas e entendimento interpretativo, contextualizando as descobertas da pesquisa e observando os contrastes, pois os padrões variam de acordo com o contexto e com a história.
- A preponderância da análise contextual e interpretativa do caso analisada, por conseguinte, o número de casos não deve ser aumentada; desconsideram a necessidade de

examinar casos comparáveis, sendo preferível a escolha de sistemas caracteristicamente diferentes, examinando detalhadamente as informações de cada caso através de ferramentas como process tracing, pattern matching e within case analysis; ademais, as variáveis explicativas não precisam ser reduzidas, pois a formação de conceitos e de tipologias é imprescindível.

O método comparado sincrónico faz teorizações e investigações específicas para explicar do foro interno das próprias situações. A classificação dos sistemas políticos segundo a cultura política e estrutura de forças numa visão sincrónica comparativa pode ser vista da seguinte forma:

Sistemas Políticos	Cultura política	Estrutura de forças
Anglo-americanos	Homogénea e secularizada	Diferenciada, organizada burocraticamente e com dispersão do poder.
Europeus continentais	Heterogénea, fragmentada e alienada.	Enxertada em contextos ideológicos com alto grau de substituição e exposta a intervenções cesaristas.
Pré-industriais	Tradicional ou carismática	Escassa diferenciação e alta sobreposição de estruturas.
Totatlitários	Sintética ou ideológica, Conformidade ou apatia	Domínio das estruturas coercivas e instabilidade funcional.

Comparando sincronicamente países distintos, procurando perceber as orientações dos cidadãos sobre o sistema político enquanto tal, ao conhecimento que tem quanto as modalidades de expressão das suas exigências e dos seus apoios e quanto ao modo de produção das decisões e das maneiras de influenciá-las e quanto ao seu papel específico de cidadãos. Desta proposição resultam três proposições sobre a cultura política a destacar: os

provincianos que sabem muito pouco ou quase nada; os súbditos que reconhecem o peso do sistema político sobre as suas vidas; os participantes que sabem bastante sobre o sistema político e ao papel que aí podem ter. A diversidade das combinações das várias orientações incide de modo significativo sobre a qualidade da democracia. As três orientações constituem as três variáveis independentes que desenham as três configurações de cultura política.

Leituras Complementares

PASQUINO, Gianfranco. Curso de Ciência Política, 2ª ed., Lisboa: Principia, 2010.

Sumário

Nesta lição aprendeu sobre o contexto da emergência e desenvolvimento do método comparativo, os métodos do estudo da ciência política e suas características bem como a operacionalização do método comparativo no estudo dos sistemas políticos.

AUTO-AVALIAÇÃO

1. Identifique o contexto do desenvolvimento do método comparado.

- A.** Deve ao trabalho de John Stuart Mill ao propor as regras fundamentais do que deveria ser o raciocínio lógico e científico.
- B.** Deve ao trabalho de David Easton ao propor as regras fundamentais do que deveria ser o raciocínio lógico e científico.
- C.** Deve ao trabalho de John Stuart Mill ao propor as regras fundamentais do que deveria ser o raciocínio imaginário e científico.

D. Deve ao trabalho de Gianfranco Pasquino ao propor as regras fundamentais do que deveria ser o raciocínio lógico e científico.

2. Identifique a divisão do método comparado segundo Stuart Mill.

A. Consiste em agrupar os diferentes casos em que o fenómeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenómeno não ocorre.

B. Um consiste em comparar os mesmos casos em que o fenómeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenómeno não ocorre.

C. Um consiste em comparar os diferentes casos em que o fenómeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenómeno não ocorre.

D. Um consiste em comparar os diferentes casos em que o fenómeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenómeno ocorre.

3. Em que consiste o método de concordância?

A. Se uma circunstância pode ser eliminada sem alterar o fenómeno, ela não tem relação causal. Se eliminada altera o fenómeno, tem relação causal.

B. Se uma circunstância pode ser eliminada sem alterar o fenómeno, ela não tem relação causal.

C. O uso de casos idênticos salvo em relação ao fenómeno a ser estudado.

D. Se uma circunstância pode ser mantida sem alterar o fenómeno, ela não tem relação causal. Se eliminada altera o fenómeno, tem relação causal.

4. Em que consiste o método de diferença?

A. Busca o uso de casos diferentes, salvo em relação ao fenómeno a ser estudado. Se comparam um caso onde ele ocorre e um onde não ocorre.

B. Busca o uso de casos idênticos, salvo em relação ao fenómeno a ser estudado. Se comparam um caso onde ele ocorre e um onde não ocorre.

C. Se uma circunstância pode ser mantida sem alterar o fenómeno, ela não tem relação causal.

D. Se uma circunstância pode ser mantida sem alterar o fenómeno, ela não tem relação causal. Se eliminada altera o fenómeno, tem relação causal.

5. Quais as características negativas do estudo tradicional da política comparada.
6. Como estudar a ciência política.
7. O que distingue os métodos da ciência política.
8. Identifique a tipologia do método comparativo.
9. Refira-se as vantagens e desvantagens do âmbito da aplicação do método de observação participante.
10. Para que serve o acto de comparar?
11. Que resultados podem esperar ao procurar comparar sincronicamente as orientações dos cidadãos sobre o sistema político na sociedade na modalidade de expressão de exigências.

UNIDADE II: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DA ÁFRICA

2. Introdução e considerações gerais

2.1. O continente africano: a África e o processo de hominização

2.2. Lição 2: O continente africano e a cultura africana

2.3. Lição 3: Alguns aspectos da história de África e crítica de algumas ideias-chave

2.4. Lição 4: O nível do rendimento e a Democracia

2.5. Lição 5: A herança colonial e a Democracia

2.6. Exercícios de Auto Avaliação

Introdução

A plataforma continental africana foi a primeira a se desprender da superfície original do planeta, em sua fase de formação geológica, quando as forças tectónicas fizeram deslizar para o Sul a Antártida. Foi menos afectada em sua estrutura geomorfológica no momento a partir do qual as grandes porções continentais que viriam a dar origem a América e Eurásia se desprenderam do super continente primordial a que se deu o nome de Pangeia.

Nesta Unidade ficará a saber o por que da África ser considerada como berço da humanidade O continente africano e a cultura africana, Alguns aspectos da história de África e crítica de algumas ideias-chave entre outros.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos

- ❖ Explicar o por que considerar a África como berço da humanidade.
- ❖ Identificar os locais que tornam a África como berço da humanidade.

específicos

- ❖ Caracterizar os hominídeos e o género homo.
- ❖ Descrever as teorias sobre a origem do Homem.
- ❖ Caracterizar o continente africano.

2.1. Lição 1: O continente africano: a África e o processo de hominização

Onde surgiu o Homem? Em África, pois é evidente a sucessão de todas as etapas da evolução da espécie humana. Foi em África onde se descobriu a mais numerosa, a mais completa e a mais contínua série de restos pré-históricos; é em África e somente em África, sobretudo nos planaltos orientais e meridionais que se encontraram todos os elos que nos ligam aos mais longínquos antepassados do homem. É em África que se observa o ritmo mais variado e mais contínuo na evolução dos utensílios e diferiram nos outros continentes. Os restos paleontológicos das primeiras fases do reino animal e da ordem dos primatas aos quais pertence o género humano, encontram-se em vários continentes, mas só em África encontram-se os vestígios de todas as fases da hominização e podem ser reconstituídas as fases que levaram dos primeiros primatas ao homo sapiens. A África meridional e oriental é a única região do mundo que ofereceu à paleontologia hominídeos incontestáveis de vários milhões de anos devido a circunstâncias geológicas, ambientais e climáticas muito particulares para justificar a concentração de fósseis nesta nestas regiões.

Entre 1980 a 1990, na região do Rift Valley foram exumadas 200000 restos de vertebrados, dos quais 2000 pertencem a hominídeos. Assim, pode-se considerar que é em África que se encontram as principais fracturas da evolução do reino animal e os grandes momentos da mutação ou do progresso gradual que levou à emergência do género humano. São exemplos de sítios onde

foram revelados fosseis números os seguintes: Perto do lago Turkana no Quênia, Olduvai na Tanzânia, Haddar e vale do Homo na Etiópia, Taung, Makapansgat, Sterkfontein, Kromdraai, Swartkrans na África do Sul. Nestes locais são de destacar seguintes restos de homínídeos: Australopithecus afarensis, Australopithecus africanus e Australopithecus boisei.

O Australopithecus afarensis (pré australopiteco) cujos fosseis foram encontrados na Etiópia, Quênia e Tanzânia caracteriza-se por apresentar uma altura reduzida (1.10 a 1.30 m); baixo peso (25 a 45 Kg); capacidade craniana pouco elevada (300 a 400 cm); robustez dos membros e bipedia bem assegurada; braços muito compridos; vida em grupo, mas sem habitat organizado; não utilização de utensílios fabricados.

O Australopithecus africanus cujos fosseis encontram-se na África Austral (Taung, Makapansgat e outras grutas do Transvaal) e Oriental (Omo e Turkana) caracterizam-se por apresentar um cérebro mais volumoso (400 a 500 cm) e melhor irrigado; possui uma dentadura mais forte permitindo mastigar vegetais e despedaçar pequenas presas de animais; não utiliza instrumentos de trabalho.

O Australopithecus boisei também conhecida por Zinjanthropus boisei cujos fósseis encontram-se na África Oriental caracteriza-se por apresentar uma altura de 1.50 a 1.70 m; um peso que ia até 100 kg, uma capacidade craniana entre 500 a 550 cm; uma dentadura que evidencia alimentação vegetariana com base em tubérculos, raízes e bolbos, mas nada indica que tenha utilizado utensílios.

A África e o género homo

O género homo constituiu-se no sei da família dos homínídeos a cerca de 4 milhões de anos, mas teria continuado a viver paralelamente com Australopithecus durante três milhões de anos. A partir dos fósseis encontrados do género homo, distinguem-se três graus ou taxos: Homo habilis, Homo erectus, Homo sapiens, correspondendo a diferentes estágios na evolução do género. A

evolução do género humano teria sido o resultado das evoluções climáticas e ambientais em relação com as mutações geológicas, pois segundo Yves Coppens, as mudanças do regime de precipitação e do clima provocaram uma evolução muito diferenciada da floresta obrigando a novas adaptações em relação ao meio, mas a adaptação num meio cada vez mais seco ou se cobertura vegetal teria levado a uma série de mutações nos caracteres anatómicos bem como nas capacidades intelectuais.

Homo habilis caracteriza-se por apresentar uma estatura de 1.10 a 1.30 m, mas com uma capacidade craniana entre 500 e 700 cm³; dentadura a indicar uma alimentação carnívora; fabrico de utensílios em pedra; vida social baseada numa organização em famílias e bandos; construção de campos e de abrigos para se proteger do vento e dos predadores.

Homo erectus – há vários debates face a este porque os primeiros fósseis deste género humano foram encontrados em Java na China, no século XIX e muito mais tarde em África a partir de 1960. Ambos fósseis apresentam semelhanças nos caracteres da sua anatomia, mas os encontrados em África são mais antigos do que os encontrados na Ásia. Esta nova realidade deu origem a debates sobre a **“História natural do Homem”** o que levou ao aparecimento de duas teorias: monogenismo e o poligenismo. O monogenismo defende uma origem humana única e de acordo com a qual as raças se teriam diferenciado progressivamente, a partir de uma fonte comum, sob o efeito do meio natural ou da hereditariedade. O poligenismo defende uma origem múltipla ou uma criação separada das raças actuais. Esta querela hoje foi ultrapassada porque ninguém nega a unidade da espécie sapiens sapiens.

Esta querela fez surgir dois modelos diferentes de explicação da origem do Homem a destacar: o modelo candelabro e o modelo da Arca de Noé. O modelo candelabro supõe uma separação muito precoce dos antepassados do Homo sapiens, o Homo erectus, pois a espécie Homo sapiens teria tido origens diferentes nos diversos

continentes, sem que seja possível estabelecer a menor mistura entre os diferentes grupos assim constituídos. O modelo da Arca de Noé refere que o *Homo sapiens* ter-se-ia constituído num lugar determinado (provavelmente a África) e teria emigrado para outros continentes do velho mundo substituindo as populações anteriores e o *Homo erectus*.

A confrontação entre estes modelos fez surgir dois modelos de evolução paleontológicos diferentes a destacar:

1º O modelo da evolução multiregional (policentrismo) que defende a existência de uma população ancestral comum nascida em África, *Homo erectus*, tendo emigrado e povoado a Europa e Ásia; formação de contrastes entre centro (África) e periferia (Ásia e Europa) no seio do *Homo erectus*; estabelecimento precoce de traços regionais, levando esta continuidade regional às raças actuais que teriam evoluído paralelamente.

2º O modelo do monocentrismo (jardim do Eden) defende a existência de um antepassado comum aparecido em África, *Homo erectus*; emigração tardia para fora de África de populações que possuíam caracteres anatómicos presentes nas populações actuais; substituição completa do *Homo erectus* por homens modernos de origem africana.

Hoje, o continente africano é formado por 53 países, limita-se, a oeste, pelo oceano Atlântico; a leste, pelo oceano Índico; ao norte, pelo mar Mediterrâneo; e a nordeste, pelo mar Vermelho. O território africano distribui-se pelos quatro hemisférios do planeta Terra, e está compreendido em apenas duas zonas climáticas: a zona intertropical e temperada do norte e do sul.

A própria natureza encarregou-se de separar, dentro do continente africano, duas porções com características distintas: o Saara, o mais extenso deserto do planeta, isola a África do Norte da África Subsaariana, embora ocupe áreas de ambas as partes. O deserto tem como limite meridional uma extensa área atingida por um

intenso processo de desertificação o Sahel, que vem ampliando sua extensão nos últimos anos.

A África é habitada por mais de um bilhão de pessoas, apresenta grande diversidade física, étnica, cultural e económica. Todos esses elementos contribuíram para uma subdivisão regional, que estabeleceu a África Mediterrânea e a África Subsaariana.

África islâmica

Situada ao norte do deserto do Saara, é composta por apenas cinco países (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito), além do território do Saara Ocidental.

Apresentam características físicas e humanas semelhantes às das nações do Oriente Médio. O clima é desértico e a maioria dos habitantes é de origem árabe e seguidora do islamismo. Apesar de possuir problemas, essa porção do continente detém os melhores indicadores socioeconómicos da África.

A agricultura nessa região é desenvolvida nas proximidades do Rio Nilo e na área denominada Magreb. Porém, as principais fontes de receitas são oriundas da produção de petróleo, gás natural, além de vários outros minérios: fosfato, ouro, cobre, etc. O turismo é outra importante actividade económica na África Mediterrânea, com destaque para Egito e Marrocos, que recebem milhões de visitantes anualmente.

África Subsariana

África Subsaariana compreende toda a área localizada ao sul do Saara, correspondendo a mais de 75% do continente. Com população maioritariamente negra, a África Subsaariana apresenta grande diversidade cultural. A pluralidade religiosa é uma característica dessa porção continental, onde há cristãos, muçulmanos (principalmente na região do Sahel), judeus, além de várias crenças tradicionais. Os diversos grupos étnicos possuem

dialectos, danças e costumes próprios, fato que contribui para a riqueza cultural da África. Porém, em alguns países, vários conflitos armados são desencadeados por diferentes grupos étnicos.

As riquezas no subsolo impulsionam a mineração. A África do Sul detém grandes reservas de diamante, cromo, platina, ouro (maior produtor mundial), entre outros minérios. Outro destaque é a grande produção de petróleo e gás natural nos países da África Subsaariana

Apesar dessa grande riqueza mineral, a África Subsaariana apresenta vários problemas socioeconômicos e os organismos internacionais não desenvolvem políticas eficazes para solucioná-los. A fome, por exemplo, castiga grande parte dos africanos, os índices de desnutrição são absurdos nessa região do planeta: República Democrática do Congo (76%), Somália (72%), Burundi (63%), Serra Leoa (47%).

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), dos 33,4 milhões de portadores do vírus HIV no mundo, 22,4 milhões residem na África Subsaariana. Cerca de 1 em cada 3 adultos de Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Zimbábue está infectado. Além da AIDS, a malária também é responsável pela morte de vários habitantes – anualmente, um milhão de africanos morre em decorrência da doença.

Diante desse cenário, os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) das nações que compõem a África Subsaariana são os piores do planeta, reflexo da baixa expectativa de vida e do PIB *per capita*, além das altas taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil.

Leituras complementares

KI-Zerbo, Joseph. *História da África Negra*, Vol., I, Mira Sintra: Publicações Europa América, 1983.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra, História e Civilizações, Tomo I até século XVIII*. Lisboa: Vulgata, 2003.

Sumário

Nesta lição certamente que ficou a saber o por que da África ser considerada como berço da humanidade, identificou os primeiros hominídeos bem como o género homo e as teorias que explicam a evolução e expansão deste pelos continentes. Já a terminar aprofundou ou consolidou o seu conhecimento sobre as duas grandes regiões que constituem a África e respectivas características.

2. AUTO-AVALIAÇÃO

1. Comenta a afirmação: A África é o berço da humanidade.
2. Refira-se aos locais que tornam a África como berço da humanidade.
3. Caracterize os hominídeos pré-históricos da África.
4. Localize no tempo o surgimento do género homo e apresente-o.
5. Que condicionalismos levaram a evolução do género homo?
6. Descreve as teorias sobre a origem do Homem.
7. Caracterize o homo habilis.
8. Descreve os modelos de evolução paleontológica.
9. O continente africano se divide em duas grandes regiões ligadas ao respectivo povoamento. Descreve-as.

2.2. Lição 2: O continente africano e a cultura africana

Introdução

A África foi centro do desenvolvimento de civilizações, uma das mais avançadas da experiência humana. Entretanto, a imagem de seus povos como não construtores do conhecimento ou da tecnologia complementada pela ideia de suas civilizações como “importadas” ou erigidas por povos estrangeiros, ainda molda o conceito comum da África como um continente sem história. Apenas muito recentemente, há o reconhecimento de uma África histórica repleta de grandes realizações.

Nesta lição são apresentadas as características do continente africano desde a antiguidade até aos nossos dias procurando mostrar que este continente é parte da História Universal.

Ao completar esta unidade, você:



Objectivos específicos

- ❖ Caracterizar a África desde a antiguidade.
- ❖ Mostrar que a África é parte da História Universal.
- ❖ Exemplificar as produções africanas ao longo do tempo.

O continente africano e a cultura africana

Ao abordar a história africana, é preciso ampliar a perspectiva para muito além, dos últimos quinhentos anos, que constituem apenas uma minúscula parte dessa história. Aliás, o ufanismo² em torno da expansão europeia quinhentista tende a distorcer nossa visão histórica em geral, reduzindo o mundo antigo a um imobilismo primitivo que não o caracterizava.

Os povos antigos inclusive os africanos navegavam os mares à procura da rota para as Índias, milénios antes das caravelas portuguesas e espanholas. Os egípcios construíam navios de grande porte desde o terceiro milénio a.C., e há indícios de que enviavam frotas até a Irlanda à procura de estanho para fazer o bronze.

Os mouros, basicamente povos africanos islamizados, dominaram a península ibérica durante séculos, ocasionando um verdadeiro iluminismo na Idade Média europeia ao “protagonizar” o avanço dinâmico do conhecimento humano. Mouro vem do termo “grego” mauros - escuro ou negro - e era aplicado pelo exército romano aos africanos que invadiram, por volta de 50 a.C., a região dos actuais países de Marrocos e Argélia. A dinastia dos Almorávidas, um dos principais agentes da dominação da Península Ibérica, era marcadamente negro-africana.

² Atitude, posição ou sentimento exacerbado de orgulho pelo país de origem ou de adopção

O Iluminismo foi um movimento intelectual que ocorreu na Europa do século XVIII, e teve sua maior expressão na França, palco de grande desenvolvimento da Ciência e da Filosofia. Também conhecido como Época das Luzes, foi o período de transformações na estrutura social, na Europa, onde os temas giravam em torno da Liberdade, do Progresso e do Homem. Iluminismo é o nome que se dá à ideologia que foi sendo desenvolvida e incorporada pela burguesia, na Europa, a partir das lutas revolucionárias do final do século XVIII. As origens do Iluminismo, já se encontravam no século XVII, nos trabalhos do francês René Descartes, que lançou as bases do racionalismo, como a única fonte de conhecimento. Acreditava numa verdade absoluta, que consistia em questionar todas as teorias ou ideias pré-existentes.

Sua teoria passou a ser resumida na frase: "Penso, logo existo". Na Europa, naquela época, não havia dúvida quanto à identidade africana dos mouros, como testemunham o personagem Otelo, de Shakespeare, bem como retratos pintados e bustos esculpidos à época.

A circunscrição do olhar histórico aos últimos quinhentos anos reforça a imagem construída, muito recentemente, dos povos africanos como primitivos ou eternos escravos. Ao deixar de lado 5.500 anos de desenvolvimento africano que antecedem o período da escravidão mercantil, essa perspectiva encoberta um fato incontestável:

- Os africanos viveram apenas uma ínfima parte de seu tempo histórico amarrados aos grilhões da escravidão mercantil.
- Durante milénios, foram agentes activos do desenvolvimento da civilização humana em todo o mundo.
- Sobre a ocupação no território do continente africano e o desenvolvimento das milhares de línguas africanas.
- A lenta transformação do Saara em deserto provocou migrações, as populações se misturavam.

- O domínio da tecnologia do ferro se integra a esses fluxos, formando um factor de desenvolvimento comum entre os povos do continente.

O deserto do Saara equivale a 35% do território africano, sua extensão é maior que o Brasil.

A civilização Egípcia também é uma fonte que se reflecte em vários aspectos de fluxo cultural. Mais de mil línguas distintas derivam de alguns poucos grupos linguísticos, e há indícios de que a língua egípcia seja a língua mãe do continente. Em todo o continente e em diversas épocas, os povos africanos desenvolveram sistemas de escrita e de altos conhecimentos na astronomia, na matemática, na agricultura, na navegação, na metalurgia, na arquitectura e na engenharia. Na medicina, praticavam desde a cesariana até a autópsia, passando por vários outros tipos de cirurgia, mencionando ainda a vacina contra a varíola e outras doenças.

Eles construíram cidades belíssimas e centros urbanos de conhecimentos internacional em Timbuktu e os maiores lucros eram obtidos com o comércio de livros. Criaram filosofias religiosas, sistemas políticos complexos e duráveis, obras de arte de alta sensibilidade e sofisticação. A riqueza do ouro e do marfim africano não apenas compunha as moedas como decorava os lares e as beldades da Índia, China e da Europa. O melhor ferro no mercado internacional do século XII era o da África central e meridional.

Há registo do regime democrático muito antes de ele existir em qualquer lugar do mundo. No sistema matrilinear, a mulher tendo importantes funções com direitos sociais, económicos, políticos e espirituais, a história da África é repleta de rainhas estadistas e guerreiras.

Entre seis mil e quatro mil anos antes da era cristã, já existiam concentrações de populações de prática agrícola incipiente ao lado dos rios Nilo, Niger e Congo que protagonizaram avanços no

conhecimento e na tecnologia. A civilização egípcia, mais de quatro mil anos antes da era cristã, desenvolveu um calendário mais exacto que o ocidental moderno. As pirâmides demonstram uma engenharia extremamente precisa há quase cinco mil anos. O Egito africano destaca-se entre as raízes da civilização ocidental.

A abundância dos recursos minerais, principal factor da cobiça e de exploração secular do território africano é, sem dúvida, a questão estrutural dos conflitos políticos, uma vez que o continente detém algumas taxas significativas no cenário global, a saber: 80% das jazidas de diamante conhecidas. 60% do ouro o mundo ocidental 30% do alumínio mundial está na África. Na Zâmbia e na República Democrática do Congo encontram-se as maiores reservas de cobre do planeta. No Marrocos estão 50% dos depósitos de fosfato.

O consenso científico sustenta que o homem moderno (*Homo sapiens*) evoluiu da África, há mais ou menos 150 mil anos. Além das ossadas fósseis, os mais antigos indícios de cada aspecto de sua presença, desde a manufactura de implementos até a arte primitiva, encontram-se na África. As pesquisas na área genética indicam uma origem comum do homem moderno na África, sendo todos os humanos de hoje descendentes daquelas populações.

Na década de 1970, foram encontrados, em Minas Gerais, os restos de uma mulher com aproximadamente doze mil anos, que passou a ser chamada de Luzia, cujas feições são nitidamente negróides.

Leituras complementares

CASTRO, Yeda Pessoa. *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*, Rio de Janeiro: Brasiliana, 1977.

Sumário

Nesta lição aprendeu sobre aspectos que ilustram que a África tal como qualquer outro continente teve a sua mobilidade desde a antiguidade até aos nossos dias, pois estes sempre foram agentes activos da respectiva História, por um lado, por outro, viu exemplos das produções africanas ao longo do tempo.

Auto avaliação

1. Mostre através de exemplos que a África teve uma mobilidade tal como qualquer outro povo desde a antiguidade.
2. Comente: “o desenvolvimento africano que antecede o período da escravidão mercantil, essa perspectiva encoberta um fato incontestável”
3. Mencione exemplos de produções africanas ao longo do tempo.

2.3. Lição 3: Alguns aspectos da história de África e crítica de algumas ideias-chave

Introdução

A respeito da civilização africana têm-se formado, a partir de uma imagem estereotipada, algumas ideias-chave através das quais o homem comum ocidental interpreta a África e o seu povo e que o conduzem a conclusões, se não erradas ou paradoxais, pelo menos superficiais. Felizmente que tal facto vai sendo cada vez menos corrente do que era até há bem pouco tempo.

Nesta lição vai aprender sobre a caracterização da África do ponto de vista dos recursos naturais, os aspectos que contribuíram para a modificação da fisionomia do continente africano, a necessidade de utilização do camelo em África e que o continente africano sempre esteve ligado aos outros continentes.

Ao completar esta unidade, você deve:

- ❖ Descrever as mudanças ocorridas no continente africano.
- ❖ Mostrar que África tem História antes da presença dos europeus e que nunca foi um continente isolado.
- ❖ Contextualizar a utilização do camelo em África.
- ❖ Dar exemplos que mostram que a cultura africana sempre esteve activa.

2.3. Alguns aspectos da história de África e crítica de algumas ideias-chave

Uma das ideias que se tem a respeito de África é a de que ela é imensamente rica, com fantásticos recursos minerais, enormes extensões de terra fértil propícia a culturas rendosas. Não é de toda falsa esta ideia, mas, segundo os geógrafos e os agrónomos, cerca de 1/4 da superfície do Continente africano é ocupada por lagos e deserto, e aproximadamente outro quarto está coberto de florestas. O resto, na sua maioria, compõe-se de savanas e de pradarias, com zonas grandes e pequenas de terras férteis. Quanto às riquezas minerais em exploração efectiva, elas são, comparativamente à dimensão, maiores na Europa do que em África.

Outra concepção é a de que a África não tem história, ou pelo menos não tem factos dignos de atenção que a preencham, até à chegada dos europeus no século XVI. A África teria tido um tempo histórico vazio. Com efeito, era esta a ideia geralmente aceite até há algumas dezenas de anos, até que os arqueólogos, antropólogos e historiadores principiaram a pôr a descoberto as riquezas da sua civilização. Realmente, os povos africanos têm uma história possivelmente tão longa como a própria humanidade, afirmando-se até que os antepassados do Homem tiveram a sua origem em África. Desde a introdução da agricultura neolítica no Sudoeste da África, a partir do Egipto, 5000 A.C., passando pela chegada dos indonésios à costa oriental do Continente 1000 A.C., pela formação e expansão dos impérios do Ghana, do Mali, de Kanem e Songhay, até ao início dos contactos dos árabes islamizados com os povos negros, mais ou menos pela mesma altura, a história africana está repleta de acontecimentos significativos.

Alguns dos factos que mais contribuíram para modificar a fisionomia da África foram a expansão dos banto começada nos primeiros séculos da era cristã e a introdução das culturas e plantas indopolinésicas. Os bantos, cuja pátria originária se situa nas terras altas dos Camarões, revelaram durante os 2000 anos passados uma capacidade de expansão explosiva apenas igualada, entre os outros povos do mundo desde o raiar da história, pelos árabes

depois de Mohamede, os chineses e as nações europeias desde o princípio dos Descobrimentos. Este facto deu origem a uma certa homogeneidade na África Central e retirou bastante influência aos povos bochimanes e hotentotes e esbateu a dos povos cushitas na parte oriental, de tal forma que, quando os colonizadores europeus se defrontaram com o interior do Continente, encontraram um tipo de civilização generalizada bastante diferente da oferecida pelos diminuídos povos hotentotes e bochimanes. A introdução das culturas indopolinésicas na África e a sua difusão contribuíram muito para a modificação do panorama económico da África no sentido positivo de um maior enriquecimento.

A respeito da história da África, a ideia mais difundida é a de que as civilizações negras permaneceram fechadas, durante toda a sua evolução, aos contactos com outros povos e culturas. Embora haja um apreciável fundo de verdade nesta asserção, é preciso que a coloquemos na sua justa perspectiva. Os contactos das sociedades negras com as civilizações alheias são antigos e não raros: vão desde os estabelecidos com as civilizações egípcia, berbere, fenícia, grega e romana, passando pelas polinésicas, hindus e árabes, até finalmente ao contacto íntimo com as europeias que os portugueses iniciaram.

Há menos de 3000 anos, aproximadamente, o Sahara não era ainda o mar de areias escaldantes, que é hoje. Aquela região, outrora, foi uma zona plena de vias de comunicação e não um obstáculo. As semelhanças das decorações etruscas da idade do bronze com algumas peças decorativas do Ghana e as parecenças entre as pinturas de motivos tauromáquicos e algumas pinturas nigerianas depõem a favor da hipótese de passados contactos. Cartago alimentava-se da produção de extensas regiões do interior; durante o apogeu comercial púnico, as caravanas dos garamantes traziam, para o litoral mediterrânico, marfim e escravos obtidos na África Central, plumas e ovos de avestruz, ouro do Sudão e estanho do planalto de Bautchi (Nigéria). Cavalos e carros eram ainda correntes no Sahara poucos séculos A.C; o camelo começou a aparecer naquela região somente nos primeiros séculos da era cristã, acompanhando o progressivo aquecimento do clima e o consequente desaparecimento da água.

Muito antes das invasões árabes, os

negros faziam comércio com o Norte de África; foram encontradas, em recentes explorações, esqueletos de tipo negróide e utensílios próprios da agricultura, nas areias do deserto a 250 quilómetros ao norte Tombuctu. Mas, progressivamente, aquela zona foi secando e o deserto alargado transformou-se numa grande barreira à passagem dos homens. Só com camelos e em caravanas, os habitantes dos dois lados do mar de areias se atreviam a atravessá-lo. Populações negras, de um lado, e berberes, do outro, mantiveram esses contactos muitas vezes através do chamado comércio silencioso do sal (explorado pelos berberes) e do ouro (explorado negros na região guineana), durante os séculos II a V.

O deserto nunca aniquilou a vontade dos homens de contactar e comerciar, embora dificultasse e reduzisse grandemente a sua efectivação. Esse comércio com o Norte do Continente manteve-se durante muito tempo e, por sua vez, reflectiu-se num comércio interior, razoavelmente intenso, nos impérios de Songhay, Kanem, Mali e Ghana, e sobretudo nas cidades de Gao, Tombuctu, Kano, Uagadugu, Ifé e Benin.

Na parte oriental do deserto, o comércio ao longo do Nilo, a partir do Egipto e passando pelo Sudão, também floresceu no início da nossa era, principalmente através das invasões e incursões dos povos nilotas ou kamíticos.

Os contactos por mar foram igualmente apreciáveis. Além das referidas imigrações dos polinésios, a costa oriental de África manteve contactos, mais ou menos constantes, com várias regiões do Oriente. Quando nos anos 400 A.C. sabateanos e axumitas desceram da região do Nilo e se sobrepuseram aos polinésios, aqueles continuaram mantendo contacto comercial com a Insulíndia e sobretudo com a Índia e a Pérsia, até ao século IX. Por volta do século VIII aparece um princípio de colonização persa na costa oriental, que se prolonga até ao século X. É então que começa a invasão, maometização e colonização do Sudão oriental pelos árabes que, em sucessivas expansões para o Sul, dominam os nilotas e persas, e se assenhoreiam do comércio com o Oriente, até à chegada dos portugueses. Os comerciantes árabes e swahilis

estenderam parte desse tráfico ao interior de África e chegaram a atingir o Congo.

Quando os portugueses chegaram à costa oriental da África encontraram um vasto império, com mais de 500 anos, embora não se tratasse de uma unidade política organizada; era o império de Zanj (em persa quer dizer preto), cuja capital comercial era Quiloa. A este comércio, acresce o realizado pelos chineses que, no século X a XV, aportaram às costas de África nos seus juncos de alto mar e ali desembarcaram as suas mercadorias, levando em troca marfim, cobre, ferro, panos de algodão e, possivelmente, escravos.

O comércio no Império do Monomotapa era avultado para a época, de tal modo que se julga ter um embaixador do Malindi visitado a corte de Pequim em 1415. Na Rodésia do Sul e no Transval encontraram-se recentemente peças de cerâmica de manufactura Sung ou Ming, fabricadas entre os séculos XI e XVI.

Decorrente deste pretendido isolacionismo absoluto da África, outra ideia se formou a de que a cultura africana era parada em zonas limitadas localmente ou até em famílias. Os panos de algodão tingido, fabricados na costa oriental, exportavam-se para a Ásia, onde eram apreciados. Os trabalhos em marfim, ouro e bronze (estatuetas de Ifé e Benin), de que ainda hoje se conservam espécimes, eram produtos finamente elaborados. As ruínas do Grande Zimbabwe, Meroé e Nalitali revelam também que a construção teve grandezas passadas e atingiu níveis muito superiores às das simples choças, que sempre imaginamos próprias do africano. Na costa ocidental, a manufactura do ferro esteve bastante desenvolvida e era conhecida dos povos negros desde o ano 300 A.C. Quando os portugueses estabeleceram o primeiro contacto com os povos congoleses encontraram a extracção e a manufactura do ferro bastante estendida, só desaparecendo, por ter sido arruinada pela concorrência europeia, no século XIX. Em muitas destas manifestações artísticas são nítidas as influências fenícias, egípcia e árabe, como resultantes dos contactos de culturas. A ignorância e o desprezo em que durante muito tempo foram tidas as culturas e civilizações negras não propiciaram, por sua vez, que esse

conhecimento, hoje em franco desenvolvimento, se tivesse produzido mais cedo.

A ignorância sobre África tornou possível que os países europeus, novos e ricos da técnica industrial e da ciência, formulassem juízos de valor assaz depreciativos em relação aos valores intrínsecos das culturas africanas. Mas, como vimos, a África não esteve, ao longo da sua história, tão isolada como se pensava e manteve relações e intercâmbios com outras sociedades. Sobretudo na faixa Norte, desde o Egito até ao actual Marrocos, tem havido constantes e por vezes intensos contactos com diferentes povos e deles recebeu a África Negra influências culturais e religiosas, que ainda hoje são patentes nos povos negros da fronteira com o deserto, nomeadamente nas zonas sudanesas oriental e ocidental. Estas influências revelaram-se também mais ao Sul, mas de um modo menos marcante e duradouro.

A partir do século XIV ou XV, atenuam-se sensivelmente com o declínio das próprias civilizações mediterrânicas de que partiam. Postas em relevo, em breve apontamento, as diferentes relações culturais da África Negra com outras civilizações do próprio continente ou orientais, parece conveniente situar historicamente o fenómeno africano, em relação à cultura e civilização europeias. É possível, assim, entender melhor a crença no isolacionismo cultural da África e mais perfeitamente compreender o processo e a resultante do contacto das sociedades negras e brancas que, desde o século XVI, se verifica em África.

A conquista da África do Norte pelos árabes, começada pelos exércitos do Califa Ornar, quando atravessaram o istmo do Suez em 640, foi um acontecimento de grande importância para a evolução da sociedade africana. A partir da faixa Norte, os muçulmanos fizeram a penetração da África Negra, primeiro junto à costa indiana da zona do Nilo, entre os anos 500 e 1000 da nossa era. Por esta altura, os povos nilotas perderam as suas posições comerciais naquela costa, as quais foram ocupadas pelos árabes, chegando estes a instalar-se na zona Norte de Madagáscar. Esta invasão não foi meramente comercial, pois houve na sua sequência (ou talvez até como principal motivação) um intenso proselitismo religioso e domínio das

posições chave na vida religiosa, comercial e política. O comércio de escravos negros para a Arábia, Egipto e posteriormente Turquia tomou incremento notável. Até à chegada dos portugueses, os árabes conservaram o monopólio do comércio exterior da costa oriental da África. Na costa ocidental ou atlântica, os árabes que, no século XI, haviam inundado o Norte de África e destruído as civilizações urbanas de origem europeio-fenícia que ali existiam, fizeram, até ao século XVIII, juntamente com os berberes convertidos, uma constante expansão para o Sul junto à orla marítima e mesmo através do deserto. Desta expansão resultou a islamização de uma boa parte das tribos sudanesas ocidentais, a intensificação do comércio com os árabes do Norte e um aumento da influência cultural destes. Criam-se alguns centros culturais de importância, como Tombuctu, Djene e Gao, a partir de literatos árabes, alguns deles trazidos pelos chefes de países negros islamizados, no regresso das suas peregrinações a Meca. A cultura, sobretudo a literatura e escritura corânica, impõe-se, pelo menos nos hábitos externos da sociedade negra aculturada. Quer dizer, os semitas muçulmanos, torneando o deserto por dois lados, ou mesmo avançando através dele, entram em contacto íntimo e permanente com os povos negros. Deste modo, eles e o deserto formam uma barreira eficaz ao contacto das sociedades negras com a Europa, o que constitui um facto de extrema importância para a evolução cultural e técnica das sociedades africanas.

Esta barreira só foi transposta com a navegação dos marinheiros portugueses ao longo da costa africana, primeiro ocidental e depois oriental. Assim, a Europa quase não manteve contactos com a África Negra durante cerca de 10 séculos. Estes apenas começam no século XV, mas só se materializam muito intensamente a partir do século XIX. Até então, os contactos, predominantemente comerciais na costa oriental, foram sobretudo com os povos brancos do Norte de África e afectaram, como já disse, a faixa negra do Norte.

A África não islamizada, ou islamizada apenas aparentemente, sofreu na maior parte das suas regiões uma evolução própria, muito caracterizada e, por assim dizer, relativamente fechada sobre si mesma, encerrada nas suas coordenadas étnicas e geográficas. Salvo em algumas zonas fronteiriças, muitos

dos elementos culturais foram absorvidos, e transformados pelas sociedades negras ou então rejeitados, de tal modo que o processo de evolução é caracterizadamente próprio. As sociedades africanas, não condicionadas por elementos externos, utilizaram a sua relativa liberdade para se adaptarem ao meio físico que lhes serve de suporte, alcançarem os seus pontos de equilíbrio e evoluíram segundo a sua lógica própria.

Leituras complementares

AMIN, Samir. *O Imperialismo e o Desenvolvimento Desigual*, Lisboa: Editorial Ulmeiro, 1977.

DAVIDSON, Bazil. *À Descoberta do Passado de África*, Lisboa: Sá da Costa, 1981.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa: Mensagem, 2004.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa: Mensagem, 2003.

Sumário

Na lição tratou de aspectos que caracterizam a África quanto aos recursos económicos, a trajectória histórica de África antes da chegada dos europeus, os aspectos que contribuíram para a mudança da fisionomia do continente africano, a desertificação do saara e consequente introdução do camelo e, o impacto da presença árabe no continente africano.

Auto avaliação

1. Identifique as características do continente africano quanto aos recursos económicos.
 - A. Rica em recursos minerais, enormes extensões de terra árida propícia a culturas rendosas.
 - B. Rica em recursos minerais, enormes extensões de terra fértil propícia a culturas de plantações.

- C.** Rica em recursos florestais, enormes extensões de terra fértil propícia a culturas rendosas.
- D.** Rica em recursos minerais, enormes extensões de terra fértil propícia a culturas rendosas.
- 2. Comente: “A África não tem História ou factos dignos de a preencherem antes da chegada dos europeus”.
- 3. Mencione os aspectos que contribuíram para modificar a fisionomia do continente africano.
- 4. As civilizações negras permaneceram fechadas durante toda a sua evolução aos contactos com outros povos. Concorda? Justifica a tua resposta.
- 5. Como se explica a utilização do camelo ao longo do deserto do saara?
 - A.** Pelo progressivo aquecimento do clima e o consequente desaparecimento da água.
 - B.** O camelo começou a ser utilizado naquela região somente nos primeiros séculos da era cristã como meio de transporte.
 - C.** O progressivo aquecimento e o consequente desaparecimento da água.
 - D.** O camelo começou a ser utilizado naquela região como meio de transporte a longa distancia.
- 6. Comente: “o deserto de saara acabou com a vontade dos homens de realizar o comércio”.
- 7. Mostre através de exemplos que a África nunca foi um continente isolado.
- 8. Mostre através de exemplos que a cultura africana sempre esteve activa e não parada como pretende fazer passar os eurocentristas.
- 9. Diga qual foi o impacto da presença árabe em África.
- 10. Caracterize os países não condicionados pelos elementos externos.
 - A.** Liberdade para se adaptar ao meio físico que lhes serve de suporte para alcançar os seus pontos de equilíbrio.
 - B.** Relativa liberdade para se adaptarem ao meio físico que lhes serve de suporte para alcançar os seus pontos de equilíbrio e evoluíram segundo a sua lógica própria.

- C.** Relativa governação para se adaptarem ao meio físico que lhes serve de suporte para alcançar os seus pontos de equilíbrio e evoluíram segundo a sua lógica própria.
- D.** Relativa liberdade para se adaptarem ao meio físico que lhes serve de suporte para alcançar os seus pontos de equilíbrio e evolução.

2.4. Lição 4: O nível do rendimento e a Democracia

Introdução

Partindo de uma hipótese segundo a qual, em África, os países que, na altura da independência, adoptaram um sistema político multi-partidário, partiram de um nível de rendimento superior aos países que, pelo contrário, optaram por várias formas de autoritarismo, dando a entender que o nível da riqueza determina o arranque do processo de democratização. A consolidação e durabilidade da governação democrática, acima de um patamar de 6000 dólares por habitante nenhuma democracia no mundo jamais foi derrubada, enquanto que abaixo de um rendimento médio de 1000 dólares a esperança de vida de uma democracia é muito menor.

Nesta lição, você vai aprender sobre a relação entre o rendimento e democracia bem como a estrutura económica e a democratização; a diversidade étnica como um elemento que reprime a democracia, culturas mais aptas do que outras para viver a democracia, traços da cultura africana e a dificuldade dos dirigentes africanos em viver um sentimento democrático.

Ao completar esta lição, você deve:



Objectivos específicos

- ❖ Relacionar o rendimento com a durabilidade da democracia.
- ❖ Identificar as formas de reforço da longevidade pelos regimes totalitários.
- ❖ Caracterizar os obstáculos culturais da democracia.
- ❖ Analisar as dificuldades para se ter uma democracia real em África.

2.4. O nível do rendimento e a Democracia

A justificação para esta relação parece encontrar-se, em primeiro lugar, na redução de intensidade dos conflitos distributivos quando o nível de rendimento médio, ou a sua taxa de crescimento, são elevados, o que permite que estes conflitos possam ser resolvidos sob o império da lei em vez de o serem sob o da força; em segundo lugar, no facto de um rendimento médio elevado ser fundamental para a constituição das tais classes médias vigorosas e, em terceiro lugar, na importância que tem como impulsionador da melhoria dos níveis de educação da população.

A redução dos conflitos distributivos e a constituição de uma classe média vigorosa depende do nível do rendimento, mas também, das políticas redistributivas postas em prática pelos governos. O nível de educação, por seu turno, depende essencialmente das escolhas respeitantes à afectação da despesa pública, que por sua vez podem ser determinadas pela própria natureza do regime político. De acordo com Amartya, a explicação para o facto do estado do Kerala apresentar uma das mais elevadas taxas de alfabetização da Índia, apesar de ser um dos mais pobres do país, encontrar-se-ia, precisamente, no carácter democrático do governo estadual assim como no tipo de prioridades por ele definidos no que concerne à utilização do erário público. Por isso, não existe qualquer relação entre o nível do rendimento por habitante e a democracia, pois, se o rendimento e a democracia aparecem correlacionados tal se deve ao facto de determinadas características de uma sociedade estarem na origem tanto da sua prosperidade como da natureza democrática da sua governação.

De facto, o argumento do nível do rendimento, entre outros do mesmo género, tem servido, sobretudo, aos governos autocráticos para oferecer alguma legitimidade científica à sua falta de vontade em iniciar um processo de transição democrática, e em proporcionar às pessoas tanto direitos civis e políticos como direitos económicos, sociais e culturais.

O nível do rendimento não parece, pois, constituir uma condição necessária para a democracia o que aliás é corroborado pelos inúmeros exemplos de países democráticos de rendimento baixo, dos quais se destacam vários países africanos. Todavia, a sua evolução, isto é o ritmo do seu crescimento, é mais susceptível de influenciar o processo de democratização. Assim, em muitos países pobres democráticos, na Ásia nomeadamente, tem-se assistido a um sensível crescimento económico, enquanto que na África subsaariana, pelo contrário, o panorama é deveras negativo. Com efeito, nesta parte do continente, os salários reais caíram em mais de 25% entre 1970 e 1998. Por outro lado, entre 1975 e 2002 o conjunto dos países em vias de desenvolvimento viu o seu rendimento por habitante crescer em 2,3% ao ano enquanto que, pelo contrário a África Subsaariana viu o seu rendimento por habitante diminuir a uma taxa de 0,8% ao ano no mesmo período. O empobrecimento, ao contrário da pobreza, assume-se, então, como um provável obstáculo à democracia. Vejam-se em contraste as taxas de crescimento económico das democracias africanas mais bem consolidadas. No período acima referido o rendimento por habitante nas Ilhas Maurícias cresceu 4,6% ao ano, no Botswana 5,1% e em Cabo Verde 3,0% (PNUD, 2004: 185-186).

O modo como este mesmo rendimento é distribuído pela população parece, também, desempenhar um papel relevante. Em África não pode haver democracia verdadeira sem, entre outras, a redução das desigualdades, pois, existe uma relação positiva entre desigualdades moderadas ou em declínio e a democracia. A redução dos conflitos distributivos depende mais do modo como o rendimento está distribuído do que do seu nível médio. Assim, uma forte desigualdade contribuiria para criar um sentimento de insegurança económica e isso levaria a um desgaste na adesão das pessoas e dos governantes à democracia. Para mais, uma desigualdade na distribuição do rendimento, em regra, é acompanhada por uma desigualdade no acesso a outros recursos políticos, como o respeito, o estatuto, a informação, ou o conhecimento, responsável por uma sub-representação política dos grupos sociais mais desfavorecidos.

O panorama africano no que diz respeito à distribuição do rendimento é muito menos loquaz do que o ritmo

do crescimento deste mesmo rendimento na altura de explicar as dificuldades sentidas no processo de democratização do continente. Com efeito, a África Subsariana apresenta uma grande diversidade de situações neste domínio. Assim, na África Subsaariana temos um grupo de países cuja distribuição do rendimento é relativamente equitativa, como por exemplo o Ruanda com um índice de Gini de 28,9 e a Etiópia com 30,0; um grupo de países com valores intermédios tais como o Uganda ou Moçambique com um índice de Gini de respectivamente 43,0 e 39,6; e, finalmente um grupo de países com uma distribuição claramente desigual em que pontuam entre outros, e para além da Namíbia, o Botswana com 63,0 e a Serra Leoa com 62,9 (PNUD, 2004).

De acordo com estes dados, a desigualdade na distribuição do rendimento não tem um forte poder explicativo no que concerne ao processo de democratização africana o que significa, certamente, a necessidade de introduzir outro tipo de desigualdades na nossa equação. Por outro lado, não se deve nunca esquecer a dificuldade em representar de facto a distribuição do rendimento em países que não só não possuem um aparelho estatístico que permita chegar a toda a parte como ostentam um elevado nível de economia informal e subterrânea.

A Cultura e a Democracia

Existem dois tipos de abordagem à classificação cultural de obstáculos à democracia. A primeira diz respeito às incidências sobre a democracia das diferenças nacionais, étnicas ou religiosas que caracterizam o território geográfico onde assenta uma Demos particular, e a segunda, ao carácter potencialmente mais autoritário ou mais democrático da cultura política de uma dada sociedade. No que diz respeito ao primeiro aspecto da abordagem cultural do autoritarismo, diga-se desde já que a ideia de que é mais fácil implementar a democracia num país culturalmente homogéneo do que num outro profundamente marcado por subculturas diferenciadas e conflituais tem inúmeros seguidores. Pois sempre que houver uma forte diversidade étnica, as estruturas políticas tendem a organizar-se em torno de grupos étnicos em lugar de o serem em torno de grupos de interesses. Assim, quando é realizada uma eleição é sobretudo o sentimento de pertença ou o vigor demográfico que é sufragado em

detrimento das estratégias desenhadas para incrementar o bem comum. Além do mais, os simpatizantes de uma cultura particular consideram, frequentemente, as suas exigências como questões de princípio, demasiado cruciais para aceitarem compromissos, enquanto que a resolução de conflitos políticos requer, precisamente, negociação, conciliação e compromisso. A este argumento deve-se, ainda, acrescentar a tese de que o pluralismo cultural constitui um obstáculo à construção das nações, considerada um dos primeiros passos de um processo de desenvolvimento e, até, da democracia, pois esta é inconcebível sem uma qualquer forma de inclusão e de exclusão comunitária que é facultada, precisamente, pela ideia de nação. Acreditando piamente nesta ideia os dirigentes de muitos países africanos gastaram uma energia desproporcionada na repressão de qualquer reivindicação de diferença, institucionalizando governações autoritárias a pretexto da construção das suas nações. O resultado foi um círculo vicioso do qual se tornou muito difícil escapar. Com efeito, por um lado, a ditadura foi utilizada às mãos largas para reprimir as diferenças culturais, com inevitáveis consequências para a liberdade e a qualidade de vida das populações e, por outro lado, esta repressão parece ter exacerbado esse mesmo pluralismo cultural que a ditadura, supostamente, era a única a poder contrariar.

Apesar de parecer evidente que a diversidade étnica contribui para reprimir a democracia, e os países da África Subsaariana constituem a este propósito um exemplo quase perfeito dado que estes são, em todo o mundo, aqueles que apresentam a maior diversidade étnica, estudos sobre os democráticos Botswana e Ilhas Maurícias mostram que estes dois países não só conseguiram criar uma função pública minimamente honesta e competente, no seio da qual o carácter plural das suas sociedades aparece razoavelmente reflectido, como também conseguiram alcançar elevadas taxas de crescimento económico.

No que concerne à abordagem segundo a qual a cultura política de uma determinada sociedade exerce uma influência decisiva no carácter democrático da sua governação, cumpre destacar os trabalhos de Max Weber no princípio do século vinte, os de Gabriel Almond e Sidney Verba, nos anos sessenta do mesmo século e, mais recentemente os de Ronald Inglehart. Estes trabalhos

forneceram argumentos decisivos em defesa da ideia de que algumas culturas estão mais aptas do que outras para viver em democracia. De acordo com Max Weber, as diferenças entre as culturas protestante e católica no mundo cristão explicariam a inclinação da primeira pela democracia e da última pelo autoritarismo (Weber, 1958). Gabriel Almond e Sidney Verba, realçaram o papel da confiança mútua e da tolerância da diversidade na expressão de uma preferência social pela democracia (Almond e Verba). Finalmente, caracterizando as sociedades em função da maior ou menor tolerância e confiança interpessoal Ronald Inglehart chegou também à conclusão de que as mais tolerantes e confiantes eram tendencialmente as mais democráticas (Inglehart, 2000).

Os traços da cultura africana se encontravam, precisamente, a excessiva concentração da autoridade e do poder num só indivíduo que reivindica, frequentemente, a posse de virtudes mágicas. Com efeito, quando se pretende analisar o fundamento cultural do autoritarismo em África, não se podem evacuar os últimos séculos da história da sua sociedade. É, pois, necessário ter em consideração as várias centenas de anos de colonização e desenvolvimento desigual que afectaram o continente, e debruçar-se sobre a África pré-colonial. Assim, a imagem despótica da tradição governativa africana é consideravelmente amenizada. Onde havia Estados organizados, as formas de governo, podiam ser mais ou menos autoritárias, mais ou menos participativas, mas um elemento caracterizava praticamente todas as sociedades, a possibilidade do povo poder derrubar os seus dirigentes sob diversas formas institucionais.

A explicação cultural, aqui, como, nos casos precedentes, apesar de fornecer elementos de compreensão extremamente interessantes, peca pela dificuldade da sua generalização, pelo que se torna necessário buscar mais argumentos.

A estrutura económica e a Democracia

Apesar da viva controvérsia que tem suscitado o debate em torno da utilidade económica da democracia, parece transparecer, no entanto, a existência de uma espécie de consenso de segundo grau acerca da

ideia de que **a democracia é o melhor sistema político para promover o desenvolvimento**. Assim, devemos-nos questionar sobre as razões que levam muitos dirigentes políticos africanos a estarem tão pouco inclinados para democratizar as suas sociedades. Colocando a questão noutros termos a resposta parece surgir por si só. Se os dirigentes não estão desejosos de democratizar é porque não estão interessados na democracia, por outras palavras porque a democratização vai contra os seus interesses.

De facto, partindo de um pressuposto de racionalidade do dirigente autocrático, este resistirá à democratização se nesse processo ele perder mais do que simplesmente o poder político. Este comportamento é consistente com uma teoria de compromisso clássico-institucionalista que considera que a mudança institucional ocorrerá de preferência quando os agentes detentores do poder político se aperceberem das vantagens de perseguirem os seus interesses privados de acordo com regras do jogo diferentes. A questão crucial passa, então, por perceber porque razão a perda do poder político constitui um atentado aos interesses económicos dos dirigentes dos países africanos, ou seja qual a razão que impede as regras do jogo de mudarem. Algumas respostas, ainda que forçosamente parciais, podem ser encontradas na análise da estrutura socioeconómica de muitos destes países.

No que diz respeito à sua estrutura económica, a maior parte das economias africanas estão dependentes da exportação duma escassa variedade de recursos naturais ou de produtos da agricultura de plantação. De entre os 39 países africanos para os quais se possuem dados, em 17 destes países, as receitas de exportação dependem em mais de 75% de três ou menos matérias-primas, em 12 países entre 50% a 75% das mesmas receitas de exportação dependem de três matérias-primas, e em apenas 10 países as três principais matérias-primas exportadas representam menos de 50% das exportações. Ora, este tipo de estrutura tem degenerado frequentemente em actividades que apelidam de pilhagem. Por outras palavras através do monopólio de exploração de recursos, da tributação excessiva e da corrupção, os dirigentes políticos têm tido campo aberto para lançarem mão a uma fatia considerável das riquezas nacionais. No seio de uma estrutura deste tipo, o enriquecimento resulta

não da produção de valor, mas do controlo dos fluxos de circulação do valor. Tal modo de apropriação do rendimento nacional, para além de reconhecidamente nocivo para o desenvolvimento é, também, claramente antidemocrático sobretudo quando as elites constituem um pequeno grupo. Os ganhos de uma estratégia extractiva, um eufemismo para pilhagem, estão, de facto, estreitamente relacionados com a dimensão do grupo que está no poder.

Com efeito, quando a elite não é abundante, cada membro espera poder obter uma fatia maior do bolo e, assim, quanto mais escassa for a elite, e quanto maior for a desigualdade na distribuição do rendimento poderíamos acrescentar, maior será o incentivo para optar por uma estratégia extractiva. Seguindo a mesma linha de raciocínio, quanto mais marcado for o carácter extractivo da economia, maior será o risco do grupo no poder de se tornar num perdedor político, por outras palavras maior será o risco de perder o estatuto económico e social no caso de ser substituído no poder, o que por sua vez favorece o recurso a estratégias autoritárias para o manter. Para além disso, este tipo de estrutura económica não favorece o aparecimento de novas elites que se envolveriam na luta pelo poder político com as antigas elites, forçando-as a aceitar a alternância e o jogo democrático. Não é de todo inesperado que estas características económicas incentivem os dirigentes a manterem o poder a todo o custo.

De facto, com a notável excepção do Botswana, a maioria dos países africanos muito dependentes da exportação de recursos naturais tem experimentado mais dificuldades em democratizar ou em consolidar a democracia do que outros países do mesmo continente. A exploração de petróleo ou de diamantes em, na Nigéria, na República Democrática do Congo ou na Serra Leoa, por exemplo, deu azo a inúmeros relatos de atentados aos direitos do homem intimamente relacionados com estas actividades extractivas. O que se revela um tanto inesperado é que, nestas circunstâncias, o eleitorado possa receber o mesmo género de incentivos. De facto, é possível admitir que através de eleições a população seja tentada a manter os dirigentes no lugar apesar de condenar peremptoriamente o seu comportamento.

Para os observadores atentos da política em Moçambique, uma reveladora entrevista conduzida por ocasião das primeiras eleições multi-partidárias realizadas neste país, a reportagem televisiva abordou um transeunte nas ruas de Maputo e perguntou-lhe **qual a sua opinião acerca do desempenho da Frelimo**, o partido no poder desde a independência. Em resposta o cidadão declarou às câmaras que a Frelimo havia passado a maior parte do tempo a roubar o povo. A entrevista continuou e foi perguntado ao nosso transeunte Maputense em quem iria ele votar no dia das eleições. Para espanto do entrevistador, anunciou que iria votar na Frelimo. Quando este o confrontou com a possibilidade do seu juízo ser contraditório com a sua previsível acção, ou seja de o seu voto não reflectir a sua opinião sobre o desempenho político da Frelimo, o entrevistado respondeu de um modo surpreendente e ao mesmo tempo extremamente lúcido. É que ao contrário dos seus competidores, nomeadamente a Renamo, a Frelimo já tinha roubado o povo. Estes incentivos contraditórios não são, aliás, característicos apenas dos países dependentes de recursos naturais ou de agricultura de plantação.

A simples onnipresença do Estado é por si só um importante factor de défice democrático. Quando, pelo contrário, os políticos beneficiam de um acesso directo aos recursos da nação, através do governo, torna-se, de facto, mais difícil convencê-los a aceitarem transferir pacificamente o poder para agrupamentos políticos rivais.

Leituras complementares

AMIN, Samir. *O Imperialismo e o Desenvolvimento Desigual*, Lisboa: Editorial Ulmeiro, 1977.

DAVIDSON, Brasil. *À Descoberta do Passado de África*, Lisboa: Sá da Costa, 1981.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa: Mensagem, 2004.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa: Mensagem, 2003.

Sumário

Nesta lição foram discutidos aspectos como o rendimento e democracia, a estrutura económica e a democratização ou não dos países democráticos, a diversidade étnica como um elemento que reprime a democracia, culturas mais aptas do que outras para viver a democracia, traços da cultura africana e a dificuldade dos dirigentes africanos em viver um sentimento democrático.

Auto avaliação

1. Explica por que é que a consolidação e durabilidade da governação democrática numa sociedade cujos rendimentos médios são elevados, garante-se a durabilidade da democracia.
2. Como é que os governos democráticos reforçam e legitimam o poder?
3. Explica por que é que em África neste momento não pode existir uma democracia verdadeira.
4. Identifique os obstáculos culturais da democracia.
 - A. O carácter potencialmente mais autoritário ou mais democrático da cultura política de uma dada sociedade.
 - B. As incidências sobre a democracia das diferenças nacionais, étnicas ou religiosas que caracterizam o território geográfico.
 - C. As incidências sobre a democracia das diferenças nacionais, étnicas ou religiosas e o carácter potencialmente mais autoritário ou mais democrático da cultura política de uma dada sociedade.
 - D. As incidências das diferenças nacionais, étnicas ou religiosas e o carácter potencialmente mais autoritário ou mais democrático da cultura política de uma dada sociedade.
5. Comente: “a diversidade étnica contribui para reprimir a democracia”.
6. Explica por que é que algumas culturas estão mais aptas do que outras para viver a democracia.
7. Identifique os traços da cultura africana.
 - A. A possibilidade do povo poder derrubar os seus dirigentes sob diversas formas institucionais.

B. A excessiva concentração da autoridade e do poder num só indivíduo que reivindica, a posse de virtudes mágicas.

C. A excessiva concentração da autoridade e do poder num só indivíduo que reivindica, a posse de virtudes mágicas e a possibilidade do povo poder derrubar os seus dirigentes sob diversas formas institucionais.

D. As incidências sobre a democracia das diferenças nacionais, étnicas ou religiosas e o carácter potencialmente mais autoritário ou mais democrático da cultura política de uma dada sociedade.

8. Enuncie a teoria de compromisso clássico institucional.

9. Explica por que é que os dirigentes africanos são marcados por um sentimento anti democrático ou estratégias autoritárias?

10. Como se explica a grande dificuldade de transferência do poder político para outras forças políticas rivais.

2.5. Lição 5: A herança colonial e a Democracia

Introdução

Se acreditarmos que as estruturas económicas são, na sua essência, historicamente determinadas, é de

certo modo incontornável referir-mo-nos às centenas de anos de domínio colonial europeu exercido sobre a quase totalidade do continente africano. Em África, o passado colonial tem responsabilidades, em primeiro lugar, na formação da estrutura económica abordada acima e, em segundo lugar, na criação da fractura cultural, ao aprisionar a diversidade étnica no seio de territórios arbitrariamente desenhados por um lado e ao criar artificialmente as próprias diferenças étnicas, por outro lado.

Nesta lição, você vai aprender sobre o surgimento e desenvolvimento das democracias extractivas e a influência da colonização na formação ou não dos regimes democráticos.

Ao completar esta lição, você deve:

- ❖ Explicar o surgimento e desenvolvimento das democracias extractivas.
- ❖ Descrever a influencia da colonização na formação ou não dos regimes democráticos.

2.5. A herança colonial e a Democracia

Em muitos países Africanos, o facto da colonização se ter interessado sobretudo pela exploração dos recursos naturais e das culturas exóticas constitui a principal razão para sua

excessiva especialização e pela sua alienante dependência de voláteis mercados externos. Por seu turno, o facto da administração colonial ter delegado a gestão do dia-a-dia do Estado numa magra elite doméstica, conjugado com o fraco investimento feito na educação da população nativa, explica, em parte, a existência de poucas alternativas à já referida elite e da sua ligação quase exclusiva a actividades extractivas ou à administração colonial. Assim, depois de ter tomado o controlo do Estado, na manhã seguinte às independências, estas elites receberam poucos incentivos para operar mudanças institucionais e, conseqüentemente, acabaram por favorecer as instituições não democráticas e extractivas prevaletentes durante a era colonial.

Um estudo comparativo do Botswana e do Lesoto fornece um exemplo esclarecedor desta interferência do poder colonial na governação dos Estados por vir. Assim, apesar de partilharem as mesmas instituições tradicionais de exercício do poder na era pré colonial e de serem culturalmente muito próximos, o Botswana caminhou para uma democracia e o Lesoto não. A razão para tal discrepância poderá encontrar-se na história colonial dos dois países. O impacto limitado da dominação colonial no Botswana quando comparado com as experiências de muitas outras nações em África, na América Latina ou nas Caraíbas, permitiu aí uma certa continuidade das instituições pré coloniais. As elites que subiram ao poder depois da independência eram, então, apenas parcialmente oriundas da anterior elite administrativa colonial e o poder assumiu, então, uma forma delegada. No Lesoto, em contraste, as guerras contra os Boers e o facto de que a colonização Britânica era, aqui, muito mais interventiva, acabaram por minar as instituições tradicionais e contribuíram, assim, para a centralização do poder nas mãos da antiga elite administrativa colonial, favorecendo, então, uma governação autoritária.

Finalmente, a colonização é responsável, em parte, pelas dificuldades criadas à democratização pela diversidade cultural. Em primeiro lugar, através da criação da própria ideia de diversidade étnica e cultural, frequentemente fabricada com o propósito de servir objectivos administrativos e económicos das potências coloniais. Em segundo lugar, porque a criação de novos países assentou no desenho das antigas regiões administrativas

coloniais, negligenciando a diversidade colonial que acabaria por ficar, como se disse no início, aprisionada.

Em África este problema foi sempre de tal modo delicado que a própria Organização de Unidade Africana, hoje União Africana, nunca aceitou debater traçados de fronteiras internacionais e constituição de novas nações.

A globalização e a Democracia

As interrogações sobre o carácter democrático ou autoritário da globalização foram levantadas praticamente desde o primeiro momento da invenção do próprio conceito. O primeiro aspecto que deve ser realçado nesta abordagem do processo de democratização nos países em desenvolvimento diz respeito ao facto de a globalização ser responsável, não só por uma crescente desigualdade interna e internacional na distribuição do rendimento, como também por um declínio absoluto do rendimento real das famílias mais pobres e mesmo, em alguns casos, de países inteiros no mundo em desenvolvimento.

O primeiro efeito negativo da globalização sobre a democratização diz respeito à sua contribuição para a agudização dos conflitos distributivos não apenas em torno do rendimento, mas também, por acréscimo, em torno do conjunto dos recursos políticos.

O segundo aspecto diz respeito às tendências verificadas no comércio externo e na especialização. A lógica do capitalismo desregulado que subjaz à globalização conduz, normalmente, a uma intensificação do comércio internacional e esta a uma especialização dos países dentro da divisão internacional do trabalho. O efeito negativo da globalização, surge como resultado do consequente reforço da viciosa dependência de muitos países em relação à exportação de recursos naturais. De facto, a excessiva especialização em recursos naturais e agricultura de plantação, desfavorável à democracia, saiu reforçada com a globalização. A globalização intensificou o processo de degradação dos termos de troca de muitos países em desenvolvimento, em particular os mais pobres, contribuindo para exacerbar os efeitos perniciosos da excessiva dependência. Historicamente, os termos de troca não têm sido favoráveis aos países em

desenvolvimento. Na África Subsaariana no que aos produtos agrícolas de exportação diz respeito, e considerando 1990 como base 100, os termos de troca de um índice 185 em 1960 encolheram para um índice 85 em 2000. Este facto não só reduz a disponibilidade de meios, decisiva na promoção dos direitos humanos, como empurra os países a insistir na expansão das poucas actividades produtoras de divisas externas, ou seja reforçando a especialização e perpetuando uma estrutura económica desfavorável à democracia.

O terceiro aspecto, o fardo da dívida externa, e a consequente necessidade de fazer face aos compromissos financeiros internacionais que dele advêm, fornece mais uma contribuição para o enfraquecimento do processo de democratização nos países em desenvolvimento. Os programas de ajustamento estrutural, por exemplo, especialmente desenhados para assegurar o reembolso da dívida externa, levaram os países que se viram forçados a aderir a estes programas a adoptar políticas económicas e sociais que afectaram duramente algumas das condições do processo de geração e consolidação da democracia. De facto, ao serem obrigados a colocar demasiada ênfase nos seus objectivos comerciais em detrimento dos seus objectivos sociais, não só a luta contra a pobreza e os esforços para subir o nível de educação abrandaram, aumentando a desigualdade na distribuição dos rendimentos, como a economia, pela necessidade de obtenção de divisas, se tornou ainda mais dependente da exportação de recursos naturais e de produtos da agricultura tropical.

Os programas de ajustamento estrutural poderiam, contudo, ter desempenhado um papel de relevo no processo de democratização. O acento colocado na promoção do sector privado da economia constituía um instrumento importante para contrabalançar o excessivo peso do Estado, o que era crucial no sentido de dismantelar o sistema económico de pilhagem descrito anteriormente. Ao invés, contribuiu para esvaziar o papel positivo do Estado e para transferir para as empresas o ónus do desrespeito dos direitos humanos. Por fim, o facto dos programas de ajustamento estrutural terem sido propostos aos países em vias de desenvolvimento como a única alternativa para conciliar a ortodoxia financeira e o

desenvolvimento não deixava, à partida, grande margem para o debate democrático, diga-se.

Que alternativas para a democratização?

Se fosse possível resumir as alternativas para a democratização em África, por exemplo, em dois grandes grupos, diríamos que o primeiro diz respeito ao redesenho institucional e o segundo à reforma da ordem económica mundial. O redesenho institucional, quanto mais não seja para esvaziar o potencial conflituoso da diversidade étnica e guardar as profundas alterações da ordem económica para mais tarde, porque a escassez de fontes de rendimento abre o caminho para o enriquecimento obtido à boleia do controlo do Estado e porque a pertença étnica se foi transformando num possante instrumento de conquista do poder, a fractura cultural constitui, de facto, um importante obstáculo à democratização, especialmente em África. Esta terrível combinação tem contribuído para criar enormes focos de instabilidade em países como a Nigéria, Angola ou o Sudão, remetendo para as calendas o advento de uma verdadeira democracia. Uma das soluções, não passa pela eliminação da diversidade étnica, porque, na ausência de instituições cruciais para o desenvolvimento, como são os tribunais independentes ou a segurança social, os grupos étnicos desempenham papéis de relevo nas sociedades africanas mas, sobretudo, por confinar as manifestações de lealdade étnica à esfera privada; a admissão de que governação democrática não rima forçosamente com democracia maioritária, ou seja que o princípio segundo o qual o vencedor das eleições arrebatava a totalidade das apostas em cima da mesa não deve, quiçá, ser aplicado no caso de países etnicamente divididos. Isto não significa que os governos produzidos por tal sistema não sejam democráticos, apenas que se apoiam numa concepção diferente, plural, de democracia. Deve-se recorrer a uma democracia consociacional, o governo não é politicamente homogéneo mas, antes, composto pelas diferentes organizações políticas na proporção do seu peso no parlamento.

As reformas democráticas implementadas em África, nos anos noventa do século vinte, apenas tiveram efeitos formais, em parte, porque o sistema maioritário confere o poder à

organização que obtém a maioria dos assentos no parlamento, frustrando todas as outras. Quando estas organizações correspondem, essencialmente, a grupos étnicos, este sistema significa que as minorias estão condenadas a permanecerem arredadas da administração da coisa pública, supondo, o que parece sensato, a não ocorrência no curto e médio prazo de qualquer reviravolta demográfica notória. Por outro lado, o grupo étnico vencedor muito a custo poderá esperar a cooperação da oposição política em virtude de esta não vislumbrar quaisquer ganhos políticos com esta atitude. Assim, a implementação de um sistema de democracia majoritária em lugar de contribuir para a redução dos potenciais conflitos derivados da diversidade étnica, poderia, pelo contrário, acicatá-los.

O sistema de democracia consociacional constitui uma oportunidade para quebrar o círculo vicioso em que muitas sociedades em desenvolvimento se têm visto enredadas desde a formação dos seus Estados-nação. A diversidade étnica deixaria de ser uma fonte de conflito tão perniciosa e um obstáculo para a democracia, e a democracia não precisaria de esperar por uma hipotética homogeneidade cultural para poder ser incrementada. Uma atenção cuidadosa ao desenho institucional dos sistemas políticos contribuiria, para esvaziar de sentido dois discursos extremistas sobre a interacção dos factores económicos e culturais no processo de desenvolvimento democrático, o primeiro afirmando que as especificidades culturais dos países africanos constituem um obstáculo quase intransponível para a democratização e o segundo que a democracia parlamentar constitui um conceito ocidental e, portanto, inadaptável à realidade africana.

As reformas económicas, à expressão local da ordem económica mundial, a concentração das grandes fontes de rendimento em poucas actividades ligadas à exploração dos recursos naturais e das culturas tropicais; a desigualdade na distribuição dos recursos políticos, seja o rendimento ou a educação; o fardo da dívida externa aliada às restrições macroeconómicas impostas pelas instituições financeiras internacionais, têm contribuído para exacerbar o problema do perdedor político e obstar ao aparecimento de novas elites, emperrando, deste modo, muitas transições democráticas. Para nós o subdesenvolvimento

consiste, essencialmente, na

implementação de um modelo particular de desenvolvimento, o capitalismo dependente.

Do ponto de vista da economia política uma estratégia de desenvolvimento democrático deveria, então, concentrar-se especialmente na transformação do modelo de desenvolvimento adoptado até agora à escala global. Entendendo que as receitas da auto-proclamada Nova Economia Política, que recupera os tradicionais preceitos da economia clássica e neo-clássica, não constituem uma solução, porque apontam para a intensificação dos males, a ênfase deveria ser, então, colocada, nos objectivos sociais em lugar de nos objectivos comerciais. Por outras palavras deveria procurar-se reduzir as desigualdades de distribuição do rendimento e de afectação da despesa pública em lugar de simplesmente procurar aumentar o nível do rendimento médio; inovar do ponto de vista institucional em lugar de tentar homogeneizar os padrões culturais; diversificar as fontes internas e externas de rendimento em lugar de proceder a uma sobre exploração das fontes tradicionais de rendimento, impelidos pela necessidade de reembolsar a dívida externa e legitimados por uma muito frágil teoria de especialização competitiva; procurar uma distribuição mais equitativa dos benefícios do comércio internacional em lugar de impor uma desregulamentação das trocas; e, por último, apagar a dívida externa em lugar de multiplicar esquemas de condicionalidade que apenas autorizam uma redução homeopática do fardo da dívida, e, portanto, a continuidade do status quo.

Leituras complementares

AMIN, Samir. *O Imperialismo e o Desenvolvimento Desigual*, Lisboa: Editorial Ulmeiro, 1977.

DAVIDSON, Bazil. *À Descoberta do Passado de África*, Lisboa: Sá da Costa, 1981.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa: Mensagem, 2004.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa: Mensagem, 2003.

Sumário

Nesta lição, você ficou a saber sobre a responsabilidade dos poderes coloniais em África, a emergência de instituições democráticas extractivas no continente africano, a colonização e as dificuldades de democratização da África, o impacto da globalização na democratização dos países subdesenvolvidos e as alternativas para a democratização do continente africano.

Auto avaliação

1. Como se explica a emergência em África de instituições não democráticas e extractivas.
2. Explica o porquê da discrepância política entre Botsuana e Lesotho mesmo sabendo que, ambos, na era pré-colonial partilhavam as mesmas instituições tradicionais.
3. Refira-se ao impacto da globalização na democratização dos países em vias de desenvolvimento.
4. O que aconteceu aos países que viram-se forçados a aderir aos programas de ajustamento estrutural e a adoptar políticas económicas e sociais.
5. Identifique impacto dos programas de ajustamento estrutural nos países em desenvolvimento.
 - A. Esvaziar o papel positivo do Estado e transferir para as empresas o ónus do desrespeito dos direitos humanos.
 - B. Enriquecer o papel positivo do Estado e para transferir para as empresas o ónus do desrespeito dos direitos humanos.
 - C. Forlatacer o papel positivo do Estado e para transferir para as empresas o ónus do desrespeito dos direitos humanos.
 - D. Esvaziar o papel negativo do Estado e para transferir para as empresas o ónus do desrespeito dos direitos humanos.
6. Mencione as alternativas para a democratização do continente africano.
7. Explica por que é que as reformas democráticas implementadas em África, nos anos noventa do século vinte, apenas tiveram efeitos formais.
8. Qual a importância da democracia consociacional?

- A.** Aumento do círculo vicioso em que muitas sociedades em desenvolvimento se têm visto enredadas desde a formação dos seus Estados-nação.
 - B.** Quebrar o círculo vicioso em que muitas sociedades em desenvolvimento se têm visto enredadas desde a formação dos seus países.
 - C.** Alargar o círculo vicioso em que muitas sociedades em desenvolvimento se têm visto enredadas desde a formação dos seus Estados-nação.
 - D.** Quebrar o círculo vicioso em que muitas sociedades em desenvolvimento se têm visto enredadas desde a formação dos seus Estados-nação.
- 9. Qual a vantagem de um desenho institucional dos sistemas políticos.
 - 10. Como se explica o exacerbar do problema do perdedor político e ao aparecimento de novas elites.
 - 11. Mencione os objectivos sociais que devem nortear a Nova Política económica.

UNIDADE III: FONTES SOCIAIS DO FONFLITO POLÍTICO EM ÁFRICA

UNIDADE III: FONTES SOCIAIS DO FONFLITO POLÍTICO EM ÁFRICA

3. INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.1. Clivagens Sociais

3.2. Descolonização e regimes pós-independência em África

3.3. Pobreza, subdesenvolvimento e economia política

3.4. Identidade, Etnicidade e Cidadania

3.5. Exercícios de auto avaliação

3.1. Clivagens Sociais

Introdução

Nesta lição você vai aprender sobre as Clivagens Sociais onde vai perceber a relação existente entre estas e o surgimento de Partidos Políticos. O Modelo de Clivagem Social comporta quatro clivagens: clivagem Centro-periferia, Estado-Igreja, ambas resultantes da Revolução Nacional e clivagem Urbano-Rural e Capital-Trabalho que resultam da Revolução Industrial. Estas clivagens dão origem a partidos políticos que podem ser elitista, étnico, de defesa religiosa, radicais, conservadores-agrários, liberais-radicais, socialistas e comunistas, e conservadores-liberais.

Ao completar esta lição, você deve:



Objectivos específicos

- ❖ Analisar a relação existente entre as clivagens sociais e o surgimento de partidos políticos
- ❖ Explicar até que ponto os partidos políticos, tendo surgido das clivagens sociais, vão tentar buscar respostas aos motivos para os quais surgiram.
- ❖ Caracterizar a tipologia de conflitos.

3.1. Clivagens Sociais

Para entender o tema em causa, importa primeiro definir os conceitos de partidos políticos e clivagem social. Partido político é qualquer grupo identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, que seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos. Partidos políticos são organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento, necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou pelo contrato, com objectivo de obtenção de votos para cargos políticos. A maioria dos partidos é formada por vários subgrupos com diferenças, rivalidades, que em prol do interesse comum unem-se com vista a fazer face aos grupos adversários dentro do campo político.

As clivagens sociais ou conflitos sociais trata-se da separação ou diferenciação dos grupos sociais, por razões ideológicas, religiosas, culturais, económicas ou étnicas. Existem quatro clivagens sociais, a saber: clivagem Centro-periferia, Estado-Igreja, ambas resultantes da Revolução Nacional e «clivagem Urbano-Rural e Capital-Trabalho que resultam da Revolução Industrial.

As clivagens centro-Periferia e Estado-Igreja são decorrentes da Revolução nacional ou seja, resultam dos processos de unificação política, administrativa e cultural associado a construção do Estado-Nação. A clivagem Centro-Periferia resulta da reacção da periferia às medidas uniformizadoras dos construtores nacionais, isto é, as minorias linguísticas e as populações culturalmente ameaçadas pela uniformização estatal opuseram-se as elites nacionais dominantes gerando clivagens territoriais, muitas vezes com bases étnico-cultural. Destas clivagens resultam os partidos elitistas, étnico, partidos de defesa religiosa e os radicais.

A clivagem Estado-Igreja é resultante da revolução nacional, da cisão entre as aspirações mobilizadoras dos estado-nação e as exigências corporativas da igreja. A questão fundamental da oposição entre o Estado e a Igreja é o controlo da educação. As Igrejas reivindicavam o direito de representar o homem do estado espiritual e controlar a educação dos filhos. O desenvolvimento do ensino obrigatório sobre o controlo centralizado do Estado para todas as crianças da

nação entrou em conflito directo com os direitos estabelecidos pelo poder intermediário religioso, provocando ondas de mobilização de massas em partidos de âmbito nacional de protesto que são os partidos liberais, radicais e o defensores da igreja.

A Clivagem Urbano-Rural tem como pressuposto o facto de haver concentração da riqueza e do controle político nas cidades, sobre a estrutura de propriedade na economia rural. Na maior parte dos países as cidades tinham tradicionalmente dominado a vida política nacional e a luta pela democracia e de um estado parlamentar foi desencadeada por meio de um amplo processo de mobilização dentro do campesinato. Ainda nesta clivagem se disputava sobre as taxas de produtos agrícolas e subsídios entre donos de terras, camponeses, burgueses e operários. Os camponeses queriam vender seus produtos aos melhores preços e comprar o que precisavam dos produtores industriais e urbanos a um preço baixo. Esta clivagem é do tipo territorial e podemos encontrar os partidos conservadores-agrários e os liberais-radicais.

Na clivagem Capital-Trabalho, a oposição era entre os proprietários e empregados, onde os proprietários lutavam para a manutenção do status adquirido, bem como para o seu reconhecimento enquanto os empregados lutavam contra a segurança dos contratos, as baixas remunerações e a alienação sócio cultural a que estes eram submetidos. Importa frisar que estes não só se opunham por questões de economia como também por questões de cultura e ideologia.

Desta divisão surgiram os sindicatos nacionais, os partidos socialistas e comunistas que combatiam os partidos conservadores-liberais. Esta clivagem permitiu o surgimento em todo mundo de partidos socialistas com uma base de o poio popular muito forte (Moçambique).

O aproveitamento de clivagens sociais como meio de sobrevivência

O partido é receptor, tanto das ânsias e desejos de uma população que, em princípio, representa, como das influências e pressões a que está sujeito, por outros actores nacionais e internacionais; por outro, materializa-se como o local privilegiado para a maximização dos ganhos, de todos aqueles que pertencem à

máquina partidária e que esquecem assim, tudo aquilo que representam para os que plebiscitariamente, ou não, representam.

O percurso até agora apresentado, procurou apresentar uma exposição minimamente coerente e encadeada que, apesar de alisar potenciais incoerências empiricamente observáveis, não deixa de se substantivar como útil, enquanto instrumento de análise do comportamento dos actores políticos, mesmo que estes, surjam como que orquestrado por um ente superior, cuja batuta dirige as massas partidárias, de modo a agirem de determinada forma, ou num determinado sentido. As realidades micro não foram tão lineares, na medida em que, as clivagens em que os partidos se basearam, complementaram-se, sobrepuseram-se e, em certos casos, opuseram-se mesmo, de modo a maximizar as potencialidades das carteiras de eleitores detidas e minimizar o risco de ocuparem um lugar precário no alinhamento partidário nacional, ou seja, na divisão do eleitorado pelos partidos políticos, de acordo com as clivagens do tecido social. Este conceito insere-se numa matriz teórica que defende que de entre as clivagens passíveis de dividir o eleitorado pelos partidos políticos, só algumas são relevantes num dado período e uma domina tipicamente.

Os comportamentos político partidários africano, a partir de uma escala epistémica demasiado elevada, proceder-se-á a uma breve apresentação de cada uma das clivagens consideradas como as mais relevantes, tanto para o espaço Subsaariano, como para o período em causa, que se estende, desde finais do século XIX até aos dias de hoje, na aurora do terceiro milénio. São de destacar as clivagens religiosas, tribais ou étnicas, socioeconómicas, políticas e espaciais

Clivagens Religiosas

Instrumentalizadas a partir de sentimentos de exclusão do outro, que não partilha a mesma matriz normativa religiosa usufruem de uma base teórica significativa, que ostentando um genoma milenar, profético e/ou messiânico, consegue promover a defesa de uma ruptura mítica, como forma de regresso a um passado glorioso, ou de passagem para uma Era Dourada.

Clivagens Tribais ou Étnicas

Quando manipuladas, assentam necessariamente num enorme sincretismo da retórica política apresentada que obriga a liderança partidária a explorar uma determinada genealogia de valores, que permita a sua elevação a um estatuto carismático e modernista, que lhe permita contudo argumentar a favor de uma multietnicidade saudável, de modo a não fechar de modo convoluto o eleitorado alvo sob uma única saliência identitária.

Clivagens Socioeconómicas

A retórica do discurso combina a optimização dos ganhos a que as classes ou determinadas categorias socioeconómicas podem aspirar, com a exortação dos direitos naturais, de que estas idealmente usufruiriam, mas dos quais se encontram expurgadas, por responsabilidade, ou da inaptidão do partido no poder, ou pela instabilidade criada pelos partidos na Oposição. Apesar de eficiente em meios industrializados, na medida em que assume o ónus da mediação entre as estruturas sociais e as práticas socialmente significativas, perde no entanto muito da sua operacionalidade em meios mais tradicionais e rurais, nos quais as relações entre os factores de produção se encontram ainda numa fase muito embrionária e epifenomenizada face a outros papéis sociais.

Clivagens Políticas

A exploração desta clivagem apenas se verifica quando a direcção do partido é constituída por indivíduos letrados e cujos ideais aí foram adquiridos. O apoio popular encontra-se fortemente dependente da capacidade de politicamente harmonizar esta clivagem, com outras, mais relevantes em termos eleitorais, sem todavia fazer depender a escolha destas da retórica ideológica apresentada.

Clivagens Espaciais

A exacerbação das reivindicações de um determinado espaço geográfico, ao colocar o ónus do discurso político, na exigência de uma maior autonomia de um território concreto, incorre no risco se transformar numa imposição de carácter militar, ou paramilitar, caso no curto prazo não se verifiquem passos nesse sentido.

Com base nestas clivagens, importa salientar dois aspectos: por um lado, a natureza intrincada e não estática desta abordagem, dado que, um partido pode, num determinado momento, basear a sua actuação numa clivagem em particular para, posteriormente a abandonar, modificando assim a sua estratégia, com o intuito de conseguir explorar uma outra, que lhe seja conjunturalmente mais vantajosa, ou optar pela adopção simultânea de duas ou mais clivagens e tentar atingir os pontos de sobreposição entre elas, por forma a conseguir cativar um maior número de apoiantes e, minimizar assim, os potenciais riscos de sobre especialização e de selecção adversa; por outro lado, a tipificação apresentada não é a única possível, muito menos, as categorias consideradas, apresentam qualquer tipo de estanquicidade entre elas, o que permite, que a retórica defendida por um partido possa trespassar transversalmente todas as clivagens, captando de cada uma delas, determinados aspectos considerados simultaneamente nucleares, mas neutrais entre si.

O aproveitamento das clivagens é dinâmico, encontrando-se dependente dos tecidos sociais existentes e dos equilíbrios susceptíveis de serem encontrados entre eles, adaptando-se a situações concretas, verificadas num determinado território e num dado momento. Ao longo das décadas de 40, 50 e 60, o fenómeno partidário maximizou a exploração das clivagens espaciais verificando-se ulteriormente, nas décadas de 60 a 80, a optimização da utilização das clivagens políticas e, mais recentemente se assiste, a uma cada vez mais inequívoca aposta, nas clivagens étnico tribais, socioeconómicas e espaciais, como forma de reivindicação social e identitária.

A utilização de clivagens religiosas é rara e tende mesmo a desaparecer à medida que as sociedades se tornam cada vez mais estratificadas, com base numa nomenclatura económica/profissional, porém o seu aproveitamento é uma constante, na medida em que o simbolismo que elas fornecem é essencial para a veiculação dos ideais doutrinários e ideológicos que os partidos.

Os movimentos políticos que se baseiam ostensiva e exclusivamente nas clivagens religiosas não deveriam ser colocados no mesmo patamar que os partidos políticos, pois ao se proporcionar tal comparação, e no limite, as missões do início deste século, poderiam ser, também elas, consideradas como partidos políticos, pois proporcionavam uma mais rápida integração dos tecidos sociais

autóctones no novo espaço administrativo e impunham um discurso político de apoio às potências colonizadoras. Por esta razão, e embora estes movimentos possam possuir uma forte tónica política, não devem todavia ser equiparados aos partidos políticos, na medida em que, ao actor partido político se deve procurar afectar conceptualmente, um conjunto limitado de papéis sociais.

Leituras complementares

Georges BALANDIER. *Antropologia Política*, Lisboa: Presença, 1967.

Jean Michel BERTHELOT. Os Novos Desafios Epistemológicos da Sociologia, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 33, 2000.

Orlando Fals BORDA & Luís E. MORA-OSEJO. A Superação do Eurocentrismo. Enriquecimento do Saber Sistemico e Endógeno sobre o Nosso Contexto Tropical. In Boaventura Sousa SANTOS (org), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*, Porto: Afrontamento, 2003.

JALALI, Carlos. *As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português*, in Freire, André et al. (Org.) *Portugal a votos – as eleições legislativas de 2002*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

Sumário

Nesta lição viste que o modelo da Clivagem Social subdivide-se em quatro e que os conflitos verificaram-se em diferentes áreas da sociedade, como é o caso da religiosa, da estatal, da étnica, da laboral. As clivagens influenciaram na formação dos partidos e, estes pretendiam alcançar as metas do seu surgimento, o que não eliminou totalmente as clivagens sociais, mas sim os partidos funcionaram como meio de organização mais burocratizado para melhor se alcançar os objectivos.

Auto avaliação

1. O que é partido?
2. O que são clivagens sociais?

A. Separação dos grupos sociais por razões ideológicas, religiosas, culturais, económicas ou étnicas.

B. Agrupamento conflituante dos grupos sociais por razões ideológicas, religiosas, culturais, económicas ou étnicas.

C. Separação de países por razões ideológicas, religiosas, culturais, económicas ou étnicas.

D. União na diversidade dos grupos sociais por razões ideológicas, religiosas, culturais, económicas ou étnicas.

3. Identifique os tipos de conflitos sociais.

A. Clivagem Centro-periferia, Estado-Igreja e Urbano-Rural.

B. Clivagem Estado-Igreja, clivagem Urbano-Rural e Capital-Trabalho.

C. Clivagem Centro-periferia, Estado-Igreja, e Capital-Trabalho

D. Clivagem Centro-periferia, Estado-Igreja, Urbano-Rural e Capital-Trabalho.

4. Mostre os resultados da tipologia das clivagens sociais.

5. Caracterize o espaço de um partido na sociedade.

6. Explica por que é que as clivagens em se basearam os partidos complementaram-se, sobrepuseram-se e se opuseram.

7. Identifique as clivagens típicas na África sub saariana.

A. Clivagens religiosas, socioeconómicas, políticas e espaciais.

B. Clivagens religiosas, tribais ou étnicas, socioeconómicas, políticas e espaciais.

C. Clivagens religiosas, tribais ou étnicas, socioeconómicas, políticas.

D. Clivagem Centro-periferia, Estado-Igreja e Urbano-Rural.

8. De que resultam as clivagens religiosas.

A. Resultam de sentimentos de exclusão do outro que não partilha a mesma matriz normativa religiosa.

B. Resultam de sentimentos de inclusão do outro que não partilha a mesma matriz normativa religiosa.

- C.** Resultam de sentimentos de exclusão do outro que não partilha a mesma matriz económica.
 - D.** Resultam de sentimentos de exclusão do outro que partilha a mesma matriz normativa religiosa.
9. Refira as causas das clivagens socioeconómicas.
10. Comente: “as clivagens políticas são dinâmicas”.
11. Em que circunstâncias são aproveitadas as clivagens religiosas?
- A.** Como um simbolismo para a veiculação dos ideais doutrinários e ideológicos que as comunidades.
 - B.** Como um sentimento para a veiculação dos ideais doutrinários e ideológicos que os partidos.
 - C.** Como um simbolismo para a veiculação dos ideais doutrinários e ideológicos que os partidos.
 - D.** Como um simbolismo para a veiculação dos interesses doutrinários e ideológicos que os partidos.
12. Comente: “as clivagens religiosas não devem ser colocada no mesmo patamar que os partidos políticos”.

3.2. Lição 2: Descolonização e regimes pós-independência em África

Introdução

Segundo Francis Fukuyama, os Estados “fracos” ou “fracassados”, caracterizados por uma fraca capacidade institucional na implementação e imposição de práticas políticas, serão os mais propensos ao surgimento de conflitos internos, étnicos ou de secessão. Aliado a este aspecto está também o da implantação de modelos económicos de desenvolvimento e de modernização que não conseguem romper com a

dependência face aos Estados centrais do sistema internacional, transformando, por isso, as múltiplas tentativas de aplicabilidade em verdadeiros fracassos:

O processo de globalização, nas suas dimensões socioeconómicas, reforçou, igualmente, a fragilidade geral das funções reguladoras do Estado bem como a sua capacidade de fornecer bens públicos. Este contexto empurrou os Estados pós-coloniais à obrigação de construir um Estado Moderno, transparente e eficaz num curto período de tempo e de acordo com padrões internacionais que os Estados ocidentais só alcançaram após séculos de construção estatal. Nesta lição vai aprender sobre a descolonização dos países africanos e sua posterior propensão aos conflitos. Sobre estes vais identificar e caracterizar os factores dos conflitos em África.

Ao completar esta lição, você deve:



**Objectivos
específicos**

- ❖ Identificar as fontes de conflitos em África;
- ❖ Descrever as fontes de conflitos em África.
- ❖ Explicar a reacção contra o imperialismo.
- ❖ Caracterizar os estados pós coloniais fracassados.

3.3. Descolonização e regimes pós-independência em África

A propensão para conflitos é proveniente dos elevados níveis de pobreza, da dependência económica dos recursos naturais e da rejeição ou colapso das instituições democráticas. Na verdade e porque um conflito é em si mesmo multidimensional e multi-causal, são muitos os factores e as causas que o despoletam. Para uma melhor sistematização da análise, vamos analisar as fontes do conflito em **fontes estruturais** (descolonização e regimes pós-independência, Estados fracos ou fracassados, pobreza, subdesenvolvimento e economia política, identidade, etnicidade e cidadania) e as **fontes**

próximas (liderança, recursos naturais, democratização e processos eleitorais).

Nas fontes estruturais encontramos as questões de governação, o funcionamento do aparelho do Estado, em particular com a relação destes dois factores com os cidadãos a eles afectos, ou seja, com questões de cidadania, legitimidade e com a capacidade, por parte dos Estado, do fornecimento de bens e serviços. Manifestam-se, geralmente nos Estados fracos ou com forte componente autocrática, marcados pela corrupção, discriminação, pobreza extrema e, de modo esperado, pela violação dos direitos humanos. Estes factores são caracterizados por terem um elevado grau de imutabilidade, apresentando alterações apenas a longo prazo. Estas causas (estruturais) não serão responsáveis pelo espoletar de um conflito, mas quando manipuladas, poderão estar na origem de conflitos prolongados.

As fontes próximas são dinâmicas, podem alterar-se com maior rapidez e levar o país à beira do abismo mediante a interacção com os factores estruturais. Por exemplo, quando a discriminação se torna legitimada pela promulgação de leis que ostracizam um determinado grupo étnico ou religioso, ou quando se verifica um declínio acentuado da qualidade de vida, criam-se condições para que o conflito ganhe contornos perigosos. Basta nos recordemos da situação da população sul-africana durante o Apartheid, os traumas sociais que sofreu deu origem às hostilidades.

A colonização encontrou justificação e legitimação tanto no aproveitamento dos recursos necessários ao progresso da humanidade como na transmissão às “raças atrasadas” ou mesmo “primitivas” dos valores culturais e técnicos da “raça branca”. Nestes termos, o domínio imperial foi visto como um factor histórico-natural, inquestionável, destinado a perdurar no tempo e com o consenso dos próprios colonizados, incapazes de se governarem a si mesmos.

A ideologia colonialista sofreu o primeiro ataque com o princípio da autodeterminação dos povos, anunciado em 1918 por Woodrow Wilson (Presidente dos EUA). O princípio

encerrava em si mesmo uma solução para as reivindicações de várias potências europeias no fim da Grande Guerra. Na verdade, esta solução deveria ter em conta, não apenas os desejos dos países europeus, mas também os interesses das populações dos territórios em questão, o que tendia a alterar os objectivos e os fundamentos da colonização, pondo em causa o simples direito de conquista. Estava-se longe da aplicação do princípio da autodeterminação subjacente aos catorze pontos de Wilson, mas ficava oficialmente consagrado que a colonização deveria ter em conta os direitos e interesses dos “indígenas”.

O imperialismo passou a ser alvo de uma contestação radical promovida pela Terceira Internacional que via no movimento anticolonial um aliado na luta contra o sistema capitalista à escala mundial. As reacções à presença imperial variavam largamente de território para território, consoante as políticas adoptadas e as condições locais. Na Ásia, assiste-se à emergência de um nacionalismo de massas, favorecido, não apenas pela deterioração das condições económicas de grande parte da população, mas também pela existência de uma classe média frustrada pela marginalização dos centros de decisão e pelas barreiras raciais.

Pan-Africanismo erigido sob o lema “*A África para os Africanos*” ganhou visibilidade com as acções de Marcus Mosiah Garvey e William Edward Burghardt du Bois. Mas foi com a acção de Kwame Nkruma que o movimento se apresenta como um fenómeno ideológico, cujo objectivo era, na unidade política do continente e no reagrupamento das diferentes etnias, divididas pelas imposições dos colonizadores. Com Nkruma, o Pan ergue-se como movimento promotor de defesa dos direitos do povo Africano e da unidade do continente, no âmbito de um único Estado soberano, para todos os africanos, tanto em África como na diáspora. Esta corrente daria, posteriormente, origem ao que hoje conhecemos como União Africana.

A II Guerra Mundial marcaria, de forma irremediável, o decurso da evolução dos impérios coloniais europeus. No final desta, assiste-se a expansão da economia de mercado,

com a inerente flexibilização ou destruição dos vínculos tradicionais que haviam afectado particularmente as regiões da Ásia e da África subsaariana. A África subsaariana, os efeitos do conflito militar se repercutiram na economia, tanto pelas restrições às importações, como pela mobilização de recursos a que esteve sujeita, tendo em vista a disponibilidade de bens alimentares e de matérias-primas exigidas pelo esforço de guerra. A II Grande Guerra desencadearia profundas alterações no seio da comunidade internacional, ao nível político e ideológico com a emergência dos Estados Unidos da América e a União Soviética, como superpotências. A Carta das Nações Unidas deu realce à questão dos territórios colonizados, consagrando, no seu capítulo XI, artigos 73º e 74º, os princípios que obrigavam os Estados à promoção do desenvolvimento político-económico, bem como ao respeito pelas diferenças culturais.

O ambiente internacional do pós-guerra e em diversos processos independentistas vividos na área, os impérios viam a necessidades a reconhecer a independência aos Estados africanos.

Dando dimensão vasta ao surto de independências asiáticas, em Abril de 1955, realiza-se em Bandung, uma conferência, cujos objectivos se relacionavam com a luta contra o colonialismo, o direito de todos os povos à autodeterminação, a luta pela independência e pela liberdade de escolha dos Estados relativamente aos seus próprios sistemas políticos. Em Bandung, o conceito de coexistência pacífica é substituído pelo conceito de tolerância, apelando-se à boa vizinhança dos Estados que iniciavam agora os respectivos processos de autodeterminação. Aí nasceria o Movimento de Países Não-Alinhados.

Com a independência, os Estados africanos reconvertem-se à autonomia/soberania. Antes da colonização existia uma diversidade de estruturas políticas tradicionais com um *modus operandi* e formas de organização que se aproximavam do que hoje se entende por Estado. Mas pode-se afirmar-se que o Estado em África é, na fase pós-colonial, um produto do colonialismo europeu. Esta influência é tão mais complexa de entender quanto se parte do pressuposto de que o processo não foi de todo homogéneo,

ou seja, os Estados Europeus colonizaram os territórios africanos de diferentes formas, originando nos distintos sistemas político-administrativos. Esta situação seria agravada por duas particularidades como a existência de Estados Nativos (as populações prestavam lealdade) e; existência de diferentes grupos étnicos que haviam ficado “aprisionados” num mesmo território continuavam a reger-se pelas respectivas instituições nativas, agudizando, se possível ainda mais, as diferenças que os separavam.

Os Estados Fracassados, mais propensos á ocorrência de conflitos, partilham de várias características estruturais, sendo que uma delas é a escassa ou nula existência de uma soberania vertical, reconhecimento da autoridade e da legitimidade do aparelho do Estado recém instituído. O que levaria a privilegiar o que designa por soberania horizontal, ou seja, aquela na qual a comunidade (através dos seus líderes tradicionais) estabelece a sua própria linha de conduta, muitas vezes fundamentada em opções aleatórias. Nestes casos, a exclusão de uns para a promoção de outros, tendo por base critérios subjectivos, como os da etnia, poderá constituir a receita ideal para o desencadeamento de um conflito.

O colonialismo esteve na origem de sistemas administrativos que em nada acautelaram as afinidades e lealdades pré-coloniais. A distribuição do território realizada de forma arbitrária, cortou laços étnicos, tribais, religiosos, linguísticos e desmembrou unidades político-administrativas. Os Estados independentes que emergiram da II Guerra Mundial, territorial e administrativamente, não eram, pois, legítimos sucessores dos que haviam subsistido no período pré-colonial. Dai que a construção do Estado deverá incluir a expansão e a consolidação do território, no qual se inclui o domínio demográfico e sobre o qual este deverá exercer autoridade política (manutenção da ordem) e o controle da extracção de recursos que visarão a sustentação da máquina do Estado (administrativa, económica ou em último caso, bélica).

Esta fragilidade latente no continente africano, levanta sérios entraves ao processo de construção do Estado, pois existem Estados que, mau grado o reconhecimento formal

concedido pelos seus pares e pela Comunidade Internacional, não apresentam, de acordo com os critérios do Direito Internacional Público, qualquer credibilidade, uma vez que não possuem exércitos que os defendam territorialmente se o ataque for desferido por um país industrializado, não detêm controlo absoluto dos seus territórios e internamente são instáveis.

Leituras complementares

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século 20*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Sumário

Nesta lição aprendeu sobre a conflitualidade em África, a tipologia das fontes dos conflitos em África, nas reacções contra o imperialismo em África, o aparecimento de sistemas políticos distintos em África no período pós colonial, as características dos países fracassados.

Auto avaliação

1. Como se explica a conflitualidade em África.
 - A.** Elevados níveis de pobreza, da dependência económica dos recursos naturais e da rejeição ou colapso das instituições democráticas.
 - B.** Elevados níveis de riqueza, da dependência económica dos recursos naturais e da rejeição ou colapso das instituições democráticas.
 - C.** Elevados níveis de pobreza e da rejeição ou colapso das instituições democráticas.
 - D.** Elevados níveis de pobreza, da dependência económica dos recursos naturais.
2. As fontes dos conflitos podem ser estruturais e próximas. Descreve as duas tipologias.
3. Mostre através de exemplos que as reacções contra o imperialismo variaram de um território para outro.
4. Mencione os objectivos da conferência de Bandung realizada em 1955 e o alcance da mesma.

5. Como se explica o aparecimento de sistemas políticos distintos em África no período pós colonial?
6. Identifique as características dos países fracassados.
 - A. Escassa ou nula existência de uma soberania vertical, reconhecimento da autoridade.
 - B. Reconhecimento da autoridade e da legitimidade do aparelho do Estado recém instituído.
 - C. Existência de uma soberania vertical, reconhecimento da autoridade e da legitimidade do aparelho do Estado recém instituído.
 - D. Escassa ou nula existência de uma soberania vertical, reconhecimento da autoridade e da legitimidade do aparelho do Estado recém instituído.
7. Comente: “O colonialismo esteve na origem de sistemas administrativos que em nada acautelaram as afinidades e lealdades pré-coloniais”.

3.3. Lição 3: Pobreza, subdesenvolvimento e economia política

Introdução

Segundo Francis Fukuyama, os Estados “fracos” ou “fracassados”, caracterizados por uma fraca capacidade institucional na implementação e imposição de práticas políticas, serão os mais propensos ao surgimento de conflitos internos, étnicos ou de secessão. Aliado a este aspecto está também o da implantação de modelos económicos de desenvolvimento e de modernização que não conseguem romper com a dependência face aos Estados centrais do sistema internacional, transformando, por isso, as múltiplas tentativas de aplicabilidade em verdadeiros fracassos.

O processo de globalização, nas suas dimensões socioeconómicas, reforçou, igualmente, a fragilidade geral das funções reguladoras do Estado bem como a sua capacidade de fornecer bens públicos. Este contexto empurrou os Estados pós-coloniais à obrigação de construir um Estado Moderno, transparente e eficaz num curto período de tempo e de acordo com padrões internacionais que os Estados ocidentais só alcançaram após séculos de construção estatal.

Nesta lição, você vai aprender sobre:

- ❖ Explicar em que consiste a acção colectiva.
- ❖ Enunciar a teoria de privação.
- ❖ Explicar o colapso económico de muitos países africanos nas últimas décadas do século XX.
- ❖ Caracterizar a economia no período pós independência.
- ❖ Enunciar o modelo liberal.
- ❖ Relacionar o desenvolvimento coma democracia.
- ❖ Enunciar a teoria da dependência.

3.3. Pobreza, subdesenvolvimento e economia política

Em contextos de extrema pobreza, as desigualdades entre grupos, mais do que entre indivíduo, são, talvez, uma das causas mais frequentes do desencadeamento de conflitos. Essas desigualdades abrem caminho a uma escalada da violência e podem manifestar-se em três níveis: económico, social e político.

Quando uma sociedade se encontra dividida em dois ou mais grupos (os que mandam e os que são forçados a obedecer), sentimentos como o ódio e o medo podem constituir factores desencadeantes de conflitos. A polarização e não a multiplicidade de grupos (étnicos e outros) que potencia a ocorrência de conflitos.

Desde os anos 60, a polemologia tem dado particular atenção às questões relacionadas com o binómio frustração-agressão, com a privação, ainda que momentânea, de bens ou serviços vitais à condição humana e à criação de expectativas, como determinantes na promoção de tensões das quais decorrem os conflitos. Todas elas decorrerão da

chamada acção colectiva, teoria desenvolvida por Charles Tilly. Segundo o autor, a transformação do que é um interesse individual num interesse colectivo pressupõe que este último passe a ser convergente, ou seja, que passe a influir de forma determinante na vida de um conjunto de pessoas, que, mobilizadas, passam a agir de forma conjunta.

A teoria da privação relativa tenta demonstrar como se processam comportamentos de violência individual ou colectiva que poderão estar na origem de conflitos. Desta óptica, o sentido de privação decorre do descontentamento sentido por um ou vários indivíduos e será um dos principais factores de detonação de alterações que resvalarão para o conflito. Quanto maior a privação sentida em relação às expectativas criadas, maior o descontentamento decorrente da frustração das mesmas e maior a possibilidade de se gerar um mal-estar generalizado, que tenderá, a criar as condições ideais ao surgimento do conflito.

Geograficamente esta caracterização se faz sentir com maior incidência em países em vias de desenvolvimento, onde a pobreza, a desigualdade, a escassez de recursos e a pressão de actores externos (forças económicas) têm sido apresentados como factores de desestabilização política.

Nas últimas duas décadas do século XX, o mundo assistiu ao colapso económico de muitos países da África devido a elevados níveis de desigualdade social (o que engloba a educação, saúde e assistência social); regimes políticos semi-democráticos (com fraca capacidade institucional na implementação e imposição de boas práticas políticas); economias mono culturais e pouco abertas assentes em dois ou três produtos primários exportáveis, o que os deixa totalmente dependentes da importação.

Desde as primeiras independências, nos primórdios da década de 1960, a maioria das lideranças africanas não foi capaz de manter aquilo por que tanto lutara, a “liberdade”, a democracia, a prosperidade. As actividades do Estado em África passaram a envolver, fundamentalmente, a gestão de

crises, no sentido de promover o partido governante na manutenção do seu monopólio, na perpetuação do controle da alocação dos recursos naturais, no uso da economia em benefício exclusivo da elite no poder e seus apoiantes, e a pacificação das clivagens étnicas e sociais, de modo a manter uma aparência de estabilidade política. O Estado pós-independência está a ser usado, não como um instrumento da transformação económica e social, mas como um agente para a maximização dos objectivos de um pequeno grupo de indivíduos. No geral, a política económica do pós-independência, veio a caracterizar-se por um elevado nível de oportunismo, incluindo, corrupção e clientelismo, pobreza e miséria, conflitos étnicos destrutivos, intolerância racial e elevados níveis de endividamento externo. Para além das questões internas, existiram também factores externos como a perda de competitividade dos produtos exportados, o aumento do preço do petróleo no decurso da década de 70 e a elevação dos impostos em meados de 80.

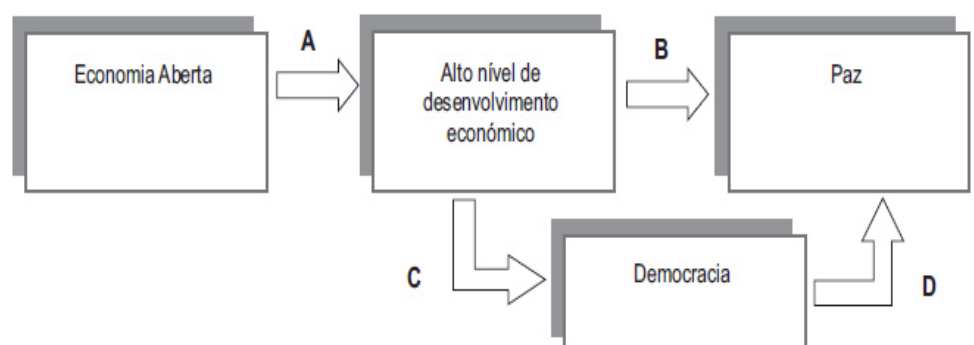
Perante este panorama acumulação de factores disruptivos, a década de 1980 acabou por ser da introdução dos Programas de Ajustamento Estrutural, cujo objectivo era, precisamente, o de travar o enfraquecimento gradual das economias dos países mais pobres, embora com perspectivas e metodologias de áreas mais ricas, e, portanto, obedecendo a uma lógica aceleradamente liberalizadora, que acabaria por ter efeitos perversos em tantos países africanos. Esses planos constituíam um conjunto de medidas de política económica, postas em prática em vários países em vias de desenvolvimento como forma de responder a uma grave crise económica e social. Genericamente, os objectivos desse ajustamento estrutural relacionavam-se com a viabilização das reformas institucionais e políticas da estrutura económica, com vista a eliminar o défice da balança, e a travar a inflação, procurando, ao mesmo tempo, a elevação do PIB e a liberalização da economia.

Os Programas de Ajustamento Estrutural incluíam medidas como desvalorização da moeda, liberalização das importações e dos preços no consumidor, taxa de juro positiva, privatização da banca e das empresas que, antes, não haviam

conseguido sujeitar-se à racionalidade do sector privado, liberalização da legislação do trabalho, racionalização e diminuição das despesas de funcionamento do aparelho central do Estado, limitação do crédito em especial para sectores não exportadores e a particulares, intervenção do Estado no que respeita a infra-estruturas de apoio à exportação e investimento em capital humano.

Embora destinados a permitir, financiar défices externos e viabilizar países em vias de desenvolvimento, os Programas de Ajustamento Estrutural provocaram a estagnação económica, fragilizando múltiplos países africanos. A austeridade imposta pelas novas medidas promoveu o desemprego e os cortes nos serviços públicos criando um fosso intransponível entre os governos que os aplicavam e as suas respectivas populações. Esta situação está a originar uma vaga de contestações, pondo em causa a legitimidade de muitas administrações (Caso do Zimbabwe).

As múltiplas abordagens sobre a influência dos factores económicos na ocorrência de conflitos podem ser reconduzidas a dois modelos de análise, o liberal e o estruturalista. O modelo liberal refere que uma economia aberta promove o desenvolvimento que, consequentemente, fomenta a paz e a democratização dos regimes. Este modelo, ainda que inspirado no sistema de segurança internacional, pode no entanto ser transposto para um âmbito mais restrito uma vez que, na actualidade, a maioria dos conflitos são do foro interno. Veja a representação esquemática do modelo liberal.



Os países com economias abertas apresentam, por norma, elevados índices de crescimento, o que se traduz na melhoria das condições de vida das comunidades; este facto, não é, no entanto, suficiente para evitar a ocorrência de conflitos, já que, existirão sempre grupos com motivações suficientes para desencadear rebeliões contra o poder instituído. À medida que as condições de vida melhoram, pode verificar-se um aumento das oportunidades de desencadeamento de movimentos insurrectos, que serão no entanto travados pelo elevado custo que o recrutamento aportará e pela escassa viabilidade financeira do próprio movimento.

As guerras civis tendem a acontecer com elevada dependência na exportação de um reduzido número de produtos, uma vez que o controlo daqueles se traduz numa mais-valia económica para a subsistência dos revoltosos. O desenvolvimento pode relativizar o valor daqueles produtos, pela introdução no sistema de novas fontes de rendimento, o que desencadeará a inviabilidade económica do próprio movimento. Note-se que, por norma, os Governos provenientes de países abastados serão suficientemente fortes para deter uma qualquer rebelião.

O modelo liberal, relaciona o desenvolvimento com os níveis de democracia, o que nos remete para a teoria da modernização de Seymour Lipset, segundo a qual quanto mais bem-estar uma Nação produzir, mais hipóteses terá de fazer vencer um regime democrático. Quanto mais elevados forem os níveis de educação e de subsistência nos extractos sociais mais desfavorecidos, mais garantias de compromisso existirão entre as comunidades e o poder vigente.

Estes factores, juntamente com os que decorrem da modernização do Estado, são responsáveis por elevados níveis de adaptabilidade, compromisso, tolerância e moderação. A relação entre o desenvolvimento e a democracia é evidente, segundo diversos autores, porque a última encontra terreno fértil em países com um grau de desenvolvimento económico elevado ou, mais simplesmente, porque o grau de desenvolvimento é determinante para a sobrevivência de regimes democráticos.

Os níveis de democracia têm relação directa com a paz vivida na comunidade, ou seja, normalmente, em democracia, o sistema de tomada de decisões tende a ser aceite pela população em geral, pelo que a desaprovação não é manifestada de forma a pôr em causa o regime vigente.

O modelo estruturalista acredita que uma economia aberta poderá estar na origem do desencadeamento de conflitos. Vejamos o gráfico que se segue:



Para os estruturalistas, a introdução do comércio e do capital estrangeiros em economias periféricas desencadeará um processo de exploração dos seus habitantes e dos recursos naturais. Este processo originará um ciclo de insatisfação, desigualdade e injustiça, agravado pelo não reinvestimento dos lucros daí provenientes e remetidos que são para os centros económicos.

A “exploração” a que os países em vias de desenvolvimento estão sujeitos trava o processo de desenvolvimento incluindo a produção de matérias-primas, obrigando-os a manter as rotas de exportação, das quais os países desenvolvidos retiram grandes benefícios. Acresce ainda o facto de que neste quadro, são, geralmente, criados, laços de conveniência entre os investidores e as elites locais, o que aumenta a desigualdade já de si bem patente em comunidades empobrecidas. Este raciocínio encontra alicerces na “Teoria da Dependência”. Segundo esta teoria, o investimento directo estrangeiro é responsável pela redução do crescimento económico dos países em vias de desenvolvimento, promovendo, consequentemente, a desigualdade; também se lhe atribui a criação de entraves à receita pública, desencorajando iniciativas empreendedoras internas e diminuindo os contactos das empresas com a economia nacional. A desigualdade que estes factores desencadeiam estará na base dos conflitos actuais. De

acordo com alguns autores, enquanto a pobreza extrema de uma comunidade pode conduzir a uma situação de inacção ou até de apatia geral, a noção de desigualdade pode inspirar movimento radicais e, conseqüentemente, a violência.

Muitas das revoluções que marcaram o curso da história foram despoletadas por ideais relacionados com a igualdade, o que indicia uma forte relação entre o binómio desigualdade/conflito.

As relações comerciais poderão contribuir para a estabilidade política, mas também podem estar na origem do aumento das desigualdades, facto que poderá originar reacções mais violentas, o que nem sempre pode significar e o espoletar de um conflito civil.

Leituras complementares

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século 20*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Sumário.

Nesta lição, você aprendeu sobre a acção colectiva como interesse individual num interesse colectivo pressupõe que este último passe a ser convergente; enunciou a teoria de privação, liberal bem como a teoria de dependência; aprendeu também que o modelo liberal, relaciona-se com o desenvolvimento dos níveis de democracia porque quanto mais elevados forem os níveis de educação e de subsistência nos extractos sociais mais desfavorecidos, mais garantias de compromisso existirão entre as comunidades e o poder vigente.

Auto avaliação

1. Em que consiste uma acção colectiva?
 - A. Um interesse individual num interesse colectivo e pressupõe que este último passe a ser convergente.
 - B. Um interesse do grupo num interesse colectivo e pressupõe que este último passe a ser convergente.
 - C. Um procedimento individual num interesse colectivo e pressupõe que este último passe a ser convergente.

D. Um interesse individual num interesse de poucos e pressupõe que este último passe a ser convergente.

2. Identifique a teoria de privação.

A. Quanto maior a privação sentida em relação às expectativas criadas, maior o descontentamento decorrente da frustração das mesmas e maior a possibilidade de se gerar um mal-estar generalizado.

B. Quanto menor a privação sentida em relação às expectativas criadas, maior o descontentamento decorrente da frustração das mesmas e maior a possibilidade de se gerar um mal-estar generalizado, que tenderá, a criar as condições ideais ao surgimento do conflito.

C. Quanto maior a privação sentida em relação às expectativas criadas, maior o descontentamento decorrente da frustração das mesmas e menor a possibilidade de se gerar um mal-estar generalizado, que tenderá, a criar as condições ideais ao surgimento do conflito.

D. Quanto maior a privação sentida em relação às expectativas criadas, maior o descontentamento decorrente da frustração das mesmas e maior a possibilidade de se gerar um mal-estar generalizado, que tenderá, a criar as condições ideais ao surgimento do conflito.

3. Como se explica o colapso económico de muitos países africanos nas ultimas décadas do século XX?
4. A maioria das lideranças africanas após a independência não foi capaz de manter a liberdade, a democracia e a prosperidade. Que actividades passaram a ser o centro das atenções dos estados?
5. Caracterize a economia no período pós independência.
6. Refira-se aos objectivos da introdução dos programas de ajustamento estrutural.
7. Mencione as medidas inclusas nos programas de ajustamento estrutural.
8. Qual o impacto dos programas de ajustamento estrutural.
9. Enuncie o modelo liberal.
10. Estabeleça a relação desenvolvimento e democracia.

11. Caracterize o modelo estruturalista.

12. Enuncie a teoria da dependência.

3.4. Lição 4: Identidade, Etnicidade e Cidadania

10. Introdução

O processo de globalização, nas suas dimensões socioeconómicas, reforçou, igualmente, a fragilidade geral das funções reguladoras do Estado bem como a sua capacidade de fornecer bens públicos. Este contexto empurrou os Estados pós-coloniais à obrigação de construir um Estado Moderno, transparente e eficaz num curto período de tempo e de acordo com padrões internacionais que os Estados ocidentais só alcançaram após séculos de construção estatal.

Nesta lição, você vai perceber sobre o conceito de etnia e aos aspectos que levam a etnicidade, a configuração e constituição identidade étnica, as causas dos conflitos étnicos e como reverter situação dos conflitos étnicos, a classificação dos recursos naturais quanto a geografia e localização, a relação entre recursos naturais com os conflitos, a diferença entre os recursos furtáveis dos não furtáveis e sua relação com os conflitos, a tipologia de conflitos pelos recursos e impacto dos conflitos em África.

Ao completar esta lição, você deve:



**Objectivos
específicos**

- ❖ Explicar o conceito de etnia e o desencadear da etnicidade.
- ❖ Identificar a configuração da identidade étnica.
- ❖ Descrever as causas dos conflitos étnicos.
- ❖ Classificar os recursos naturais.
- ❖ Identificar as potencialidades de recursos como geradores de conflitos.
- ❖ Descrever os tipos de conflitos pelos recursos.
- ❖ Analisar o impacto dos conflitos em África.

3.4. Identidade, Etnicidade e Cidadania

Quando associada à deflagração de um conflito, a palavra “etnia” toma várias interpretações. Uns vê-la-ão como a expressão ancestral de uma entidade mítica; outros entendê-la-ão como a manifestação de um fenómeno social moderno, consequência da herança colonial e instrumentalizada através de práticas políticas pouco dignas e cujo principal objectivo se insere na máxima “dividir para reinar”. Segundo os primeiros, a “etnia” corresponderá à representação atávica de uma África tribalista, onde se encontra o berço da raça humana; para os segundos, tratar-se-á de um

fenómeno relacionado directamente com a manutenção do poder político, colonial ou nacional, inventado com o propósito de dominar.

A etnicidade é normalmente desencadeada ou exacerbada por conflitos despoletados pela aquisição de determinados bens escassos (os recursos naturais), pela luta contra políticas intolerantes ou ditatoriais de um determinado Estado ou ainda pela manutenção de direitos ou privilégios de um determinado grupo. Importa ressaltar que em relação a esta última questão, o espírito inerente poderá revelar-se antagónico uma vez que dele poderá resultar uma estratégia de compromisso ou reconciliação (como na África do Sul) ou o mais sangrento dos conflitos (como no Burundi e no Ruanda).

Os conflitos étnicos requerem um entendimento mais profundo do que a simples análise de uma disputa envolvendo beligerantes pertencentes a diferentes etnias. A análise é mais complexa, mais profunda, uma vez que no centro destas contendas estão normalmente divergências étnicas irreconciliáveis. Por outras palavras, o cerne da questão deverá residir, não no facto de as diferenças étnicas estarem na base de divisões sociais, mas antes na percepção de como é que esta divisão poderá propiciar condições para a deflagração de um conflito.

Para a configuração de uma identidade étnica, elementos como a partilha de experiências históricas, mitos ou crenças religiosas são pouco importantes, a menos que se traduzam em percepções compartilhadas, permitindo a distinção ou a identificação de grupos entre si. Esta percepção comum é fortalecida através de experiências de discriminação de um grupo em prol de outro, ou através de acções deliberadas de mobilização política com vista à supremacia de um grupo em detrimento do outro.

A etnia é construída sobre alicerces linguísticos, simbólicos ou axiológicos (valores), isto é, um produto histórico oriundo de contextos sociais específicos, o que inclui os interesses de uma elite ou práticas políticas capazes de manipular as diferenças em momentos de stress ou de disputa pelo poder.

No estudo das causas que promovem a ocorrência de conflitos, importa reflectir sobre a questão de que cada caso é único e marcado pela combinação de diferentes factores. Diferenças culturais, desequilíbrios económicos ou elevados índices de pobreza, não são determinantes na deflagração de um conflito. No entanto, esta situação poderá ser revertida se a estes juntarmos outro tipo de factores, como possíveis alterações nos regimes políticos vigentes, nomeadamente quanto ao controlo político e económico ou ao papel desempenhado pelos líderes políticos na construção ou promoção da identidade.

Os governos locais ou centrais, com múltiplas comunidades étnicas, tendem a privá-las de necessidades básicas (como a educação), sendo caracterizados por elevados índices de instabilidade política e corrupção, pela indevida utilização de fundos provenientes da ajuda internacional e por uma má prestação de serviços. Em África, foram inúmeros os grupos étnicos sujeitos a práticas discriminatórias, alguns dos quais continuam a subsistir à margem da sociedade (caso do Ruanda e no Burundi).

Quando um grupo atinge a hegemonia reduz todo e qualquer tipo de concorrência, o que em termos políticos se traduzirá, particularmente a partir de meados da década de 80, num aumento da exclusão. Este facto terá um efeito directo no comportamento das facções que, devidamente manipuladas, poderão sentir-se no direito de contestar, utilizando para tal a força.

No território africano, não é necessariamente a diversidade étnica, a causadora dos mais recentes conflitos civis, assumindo antes tal papel as políticas “eticistas”. Por outras palavras, na deflagração de um conflito está por norma a inoculação da diferença étnica nas lealdades políticas, ou mesmo será dizer, a politização das identidades étnicas.

A situação poderá, no entanto, ser revertida se esta diversidade se transformar numa mais-valia para a preservação da paz, devendo encetar-se para tal múltiplas acções com vista à melhoria dos níveis de liberdade política, salvaguarda da qualidade de vida e promoção do desenvolvimento económico. Em condições favoráveis, tendo em conta

que os conflitos civis representam

casos extremos de não cooperação entre as partes, considera-se que a diversidade étnica poderá ser vista como um estímulo à interação, desde que o poder político vigente adote medidas que visem o aumento da participação e da inclusão.

O processo de construção do Estado foi feito de forma atabalhoada, tendo nascido num contexto internacional que o obrigou a um esforço acrescido no que respeitava à edificação do sistema. Lembremo-nos que no caso moçambicano os países vizinhos muito contribuíram para a criação de entraves que atrasariam em muito a implementação do aparelho do Estado que se queria moderno. A soberania atribuída aos novos Estados teria um efeito retardador na procura de um sistema político que melhor se adaptasse às necessidades da África pós-independente. Na África pós-colonial, a luta pela manutenção do poder e pela consolidação do regime, empurrou a autoridade política para um processo de personalização que contrastava com o desejado processo de institucionalização. Esta personalização do poder em África resultara numa acentuada incapacidade da máquina do Estado em actuar com princípios democráticos.

A questão da identidade, etnicidade ou cidadania teve alguma influência no território moçambicano mas estava longe de se assemelhar à que se vivia no Uganda ou no Burundi. Com uma forte diversidade étnica, o país sentiu o peso desta questão quando se iniciaram as conversações que levariam aos acordos de paz.

O subdesenvolvimento e a economia política ainda hoje são factores de destaque, a pobreza nas ruas é visível e a marginalidade abunda, a educação, a saúde e a assistência social são bens difíceis de obter em condições satisfatórias. A desigualdade que se vai tornando obvia é considerada como factor desencadeante de confrontos intensificados com a politização das etnias

Os recursos naturais como potenciadores de interesses

A abundância de recursos naturais (terra, petróleo, gás natural, minerais não combustíveis, pedras preciosas, madeiras e produtos agrícolas) emergiu nas últimas

décadas como factor determinante na explicação de alguns conflitos civis. Existe uma elevada propensão para a ocorrência de conflitos em países que façam depender a sua economia dos recursos naturais.

Determinados recursos naturais estão mais associados à ocorrência de conflitos que outros dependendo da sua localização geográfica ou da sua centralidade/acessibilidade. Quanto a geografia, os recursos naturais podem ser próximos (usurpados com facilidade pelo governo central) ou distantes (retidos com maior comodidade pelos rebeldes); quanto a sua localização podem estar concentrados numa área específica e, em consequência, são mais facilmente controlados por um grupo, ou dispersos numa área mais vasta, o que os torna menos acessíveis às partes.

Os recursos naturais que são simultaneamente próximos e concentrados estimulam a luta pelo controlo do Estado, enquanto os concentrados, mas distantes, serão antes responsáveis por movimentos de secessão. Os recursos que, sendo dispersos, se encontram próximos do centro do país, provocarão rebeliões, enquanto mais afastados serão responsáveis pela criação de áreas onde os senhores da guerra terão autonomia política e financeira.

Os recursos podem ser furtáveis se facilmente capturados por pequenos grupos de indivíduos não qualificados (pedras preciosas, droga) e não furtáveis como o petróleo, o gás natural ou jazidas minerais a grande profundidade e de fácil bloqueio. Os recursos furtáveis não são responsáveis pela deflagração de conflitos de secessão, uma vez que deles provêm elevados benefícios para as economias locais (caso do ruby em Namanhumbiri, na província de Cabo Delgado). No entanto, poderão prolongar a resolução de outro tipo de conflitos (étnicos), uma vez que aportam benefícios marginais aos combatentes com menos recursos, criando problemas disciplinares no interior dos próprios exércitos. Os recursos não furtáveis tenderão ser responsáveis pela criação de movimentos separatistas já que, ao não produzirem benefícios locais, estimulam antes cobiça pelo controlo da máquina do Estado. Os recursos de bloqueio fácil são aqueles cujo

transporte pode ser facilmente

travado por um grupo restrito de indivíduos e tenderão a prolongar e a intensificar os conflitos.

Quanto a tipologia de conflitos, a relação de influência entre recursos naturais e conflitos terá maior incidência em contendias de secessão e em disputas étnicas, pois as partes tenderão a usá-los como forma de auto-financiamento. Esta incidência é determinada pela motivação, normalmente associada à necessidade de contestação da condução da política interna ou simplesmente gerada pela ambição de um grupo, pela possibilidade ou oportunidade de alcançarem resultados e/ou por questões relacionadas com a identidade, determinante da formação do grupo e da manutenção da coesão, por um lado, por um lado, os benefícios oriundos dos recursos naturais são responsáveis pela geração de rendimentos escusos, incentivando a corrupção e estimulando práticas governativas pouco democráticas, antes referenciadas. Já, para os que as contestam, a pilhagem dos recursos naturais, manifestada através da extorsão sobre actividades de extracção, constituirá uma oportunidade económica aliciante para a constituição de movimentos rebeldes.

O uso ou mesmo abuso dos recursos naturais pode originar dois tipos de conflitos: os que resultam da sua escassez e os que se desenvolvem em torno da sua abundância. No que respeita à escassez, concerne os conflitos mais comuns, têm como principais intervenientes povos nómadas e relacionam-se com o controlo de terrenos de pastoreio e de nascentes de água (Ruanda, Costa do Marfim, Burkina Faso, Mali). Quanto aos conflitos por abundância são os países que fazem depender a sua economia de recursos como o petróleo (Angola, Nigéria, Sudão) ou os diamantes (Serra Leoa, Angola, Libéria, República Democrática do Congo) os que apresentam riscos mais elevados de conflitualidade.

Uma outra situação decorrente desta riqueza e responsável pelo crescente grau de instabilidade nas comunidades é o interesse que determinados recursos despertam em actores externos. Verificamos, assim, que em situações como as de Angola e o Congo, os

intervenientes políticos foram alvo de intromissões de países como os EUA e a antiga União Soviética. No caso angolano, durante o período da Guerra Fria, foram várias as tentativas de ingerência. Jonas Savimbi, na altura líder da UNITA (União Nacional para a Independência Total da Angola - Movimento do Galo Negro), chegou a ser condecorado como defensor da liberdade pelo ex-presidente Ronald Reagan e o governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), liderado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, só viria a ser reconhecido no mandato de Bill Clinton. No caso do Zaire de Mobutu, a acção dos EUA foi similar. O receio de que as riquezas naturais do país fossem tomadas pela União Soviética promoveu uma campanha de apoio ao líder zairense (Mobutu Sesse Seco), que, desta forma viu reforçada a sua posição política, o que lhe permitiu continuar a desenvolver um regime de terror e de corrupção.

Com o fim da Guerra Fria, as motivações deixaram de ser ideológicas e os interesses económicos começaram a determinar a condução da política externa das grandes potências. O sector privado pôde igualmente jogar um papel importante nos conflitos de abundância, uma vez que os beligerantes concessionam a empresas multinacionais a exploração e a comercialização dos recursos. Esta ingerência, longe de ser imparcial, tenderá a apoiar a facção que mais vantagens oferecer. Em última instância, esta influência também é responsável pelo comportamento das facções envolvidas, que passam a actuar em função dos ganhos adquiridos.

A relação entre a dependência dos recursos naturais e o conflito poderá vir a ser espúria. Os Estados pós-coloniais são exemplos claros deste tipo de situação, por se encontrarem associados a baixos níveis de legitimidade política, ou, por outras palavras, por elevados níveis de pobreza, ela própria produto de um conjunto de práticas políticas mal sucedidas e em relação à qual as teorias sobre guerras civis deveriam prestar mais atenção. Do exposto, se pode entender as causas que provocam conflito como o meio caminho feito no percurso da reconstrução e edificação da paz. Qualquer país africano que esteja exposto ao conflito é, por regra pobre, detém uma fraca capacidade institucional e governativa, um

pequeno sector privado, um elevado grau de iliteracia, capacidades limitadas no que à segurança interna concerne.

Leituras complementares

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século 20*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Sumário

Depois de ter o texto espero que perceba o conceito de etnia e aos aspectos que levam a etnicidade, a configuração e constituição identidade étnica, as causas dos conflitos étnicos e como reverter situação dos conflitos étnicos, a classificação dos recursos naturais quanto a geografia e localização, a relação entre recursos naturais com os conflitos, a diferença entre os recursos furtáveis dos não furtáveis e sua relação com os conflitos, a tipologia de conflitos pelos recursos e impacto dos conflitos em África.

AUTO-AVALIAÇÃO

1. O que entendes por etnia?
2. O que leva a etnicidade?
3. Como se configura a identidade étnica?
4. Identifique como se constitui a etnia.
 - A. Construída sobre alicerces simbólicos ou axiológicos.
 - B. Construída sobre alicerces políticos, simbólicos ou axiológicos.
 - C. Construída sobre alicerces linguísticos, simbólicos ou axiológicos.
 - D. Construída sobre alicerces linguísticos, ideológicos e políticos.
5. Identifique as causas dos conflitos étnicos.
 - A. Diferenças culturais, desequilíbrios económicos ou elevados índices de pobreza.
 - B. Desequilíbrios económicos ou elevados índices de pobreza.

- C. Diferenças culturais, desequilíbrios económicos ou elevados índices de pobreza.
- D. Diferenças ideológicas, desequilíbrios económicos ou elevados índices de pobreza.
- 6. Como reverter a situação dos conflitos étnicos?
- 7. Classifique os recursos naturais quanto a geografia e localização.
- 8. Relacione os recursos naturais com os conflitos.
- 9. Distingue os recursos furtáveis dos não furtáveis e sua relação com os conflitos.
- 10. Explica por que é que a relação de influência entre recursos naturais e conflitos terá mais incidência em contendias de secessão e em disputas étnicas.
- 11. Descreve a tipologia de conflitos pelos recursos.
- 12. Mostre através de exemplos que os actores externos são também responsáveis por conflitos em África.
- 13. O sector privado pode ter um papel nos conflitos. Concorda? Justifica a tua resposta.
- 14. Refira-se ao impacto dos conflitos em África.

UNIDADE IV: ARTICULAÇÃO, INTEGRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DOS PAÍSES AFRICANOS

UNIDADE IV: Articulação, Integração E Representação De Interesses dos Países Africanos

4. Introdução E Considerações Gerais

4.1. Lição 1: Conflitos em África

4.2. Lição 2: O terrorismo como ameaça transnacional

4.3. Auto avaliação

4.1. Lição 1: Conflitos em África

Introdução

Tendo em conta a inoperância da OUA e a sua incapacidade em responder satisfatoriamente aos desafios do continente africano, foram surgindo internamente várias correntes. Algumas defendiam uma reforma profunda da OUA, e esta passaria por uma revisão dos seus estatutos, o que lhe permitiria maior dinamismo face aos desafios modernos; outras preconizaram uma transformação política radical da organização com a criação de uma confederação de estados africanos: os Estados Unidos da África. No seio destes últimos, destacam-se dois grupos: os imediatistas e os

gradualistas. Os Estados membros foram posicionando-se mais ou menos nestas duas perspectivas. Uns defendiam para já um governo central africano, enquanto que os outros, mais pragmáticos, preferiam avançar por etapas e com cautelas. A primeira etapa do gradualismo acabaria por ser a criação da União Africana através da adopção do Acto Constitutivo na Cimeira de Lomé (Togo) em 2000. A OUA viria a ser formalmente banida e substituída pela União Africana a 9 de Julho de 2002.

Nesta lição, você vai aprender sobre os eixos básicos da União Africana, as evidências que mostram que os conflitos em África não são um fenómeno novo, que os conflitos em África têm sempre uma mão invisível das potências externas, as circunstâncias que contribuem nas guerras no continente africano, as causas dos conflitos em África e seu impacto, as acções arquitectadas pelos países africanos em busca de paz, a reconstrução pós-guerra ou pós conflito e que o período após o conflito é o mais perigoso.

Ao completar esta lição, você deve:

- ❖ Identificar os eixos básicos da União Africana.
- ❖ Mencionar os eixos sobre os quais assenta a União Africana.
- ❖ Mostrar evidência de que os conflitos em África não são um fenómeno novo.
- ❖ Descrever as circunstâncias que contribuem nas guerras no continente africano.
- ❖ Identificar as causas dos conflitos em África e seu impacto.
- ❖ Explicar as acções arquitectadas pelos países africanos em busca de paz.

4.1. Conflitos em África.

A nova organização regional veio implementar mudanças estruturais e operativas, dotando-se de órgãos institucionais e mecanismos proactivos com vista a colmatar o deficit da sua predecessora em matéria de prevenção e resolução de conflitos regionais, cujos sistemas se tornaram mais realistas, eficazes e adequados à actual conjuntura mundial e à realidade africana, tornando-se efectivamente uma organização de integração no lugar de uma organização de cooperação inter-governamental.

A União Africana assenta em três eixos principais: a paz e a segurança; os direitos humanos e a democracia; a integração económica. Este tripé inspira o seu lema: **Uma eficiente e efectiva União Africana para uma África Nova.** É neste sentido que os cinquenta anos da OUA (1963-2013) foram celebrados sob o pano-de-fundo do **Renascimento Africano**, tema que tem animado alguns africanistas nos últimos tempos. Os africanos e a comunidade internacional acolheram a nova organização com fundadas expectativas, sobretudo em relação às novas perspectivas tipicamente africanas na promoção da paz, segurança e estabilidade regionais.

Natureza dos Conflitos em África

Os cinquenta anos das independências africanas foram marcados por conflitos políticos intermináveis que na maior parte dos casos descambaram para a violência nas suas diversas manifestações (guerras civis, revoltas insurreccionais, guerrilhas, sabotagens económicas, repressão policial, golpes de estado, genocídios, etc. Na verdade, se revisitarmos a História colonial, veremos que o fenómeno dos conflitos violentos de matiz política em África não é novo nem é original, pois durante séculos de dominação europeia a violência política foi o principal esteio da sobrevivência do estado colonial contra as reivindicações nativistas e as pretensões emancipacionistas dos autóctones. A violência era um elemento constitutivo do estado colonial. Tanto assim é que algumas colónias (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Argélia, etc.) enveredaram pela violência armada como via extrema para libertação dos seus povos do jugo colonial. Ora, as independências africanas não imunizaram as sociedades africanas em relação à violência política, e não podia ser doutro modo. Os poderes africanos criaram estados fortemente centralizados, fazendo tábua rasa a todo um conjunto de pressupostos antropológicos e sociológicos da

realidade africana. Os antagonismos étnicos não se fizeram esperar apeando caminho para conflitos identitários e geopolíticos (disputas fronteiriças, fusionismos, cisionismos, irredentismos) que ensanguentaram a África muito recentemente com guerras civis, inter ou intra-estatais para a conquista ou conservação do poder, e para o controlo dos recursos minerais estratégicos (petróleo, diamantes, cobre, urânio, e outros).

Todavia esses conflitos tiveram sempre uma mão “visível” das potências externas, sobretudo, das antigas potências coloniais. A descolonização não foi propriamente uma ruptura radical entre as metrópoles europeias e suas antigas colónias. Antes pelo contrário, o receio paranóico de perder o controlo sobre os recursos africanos levou a que essas potências agissem na sombra, em certos casos envolvendo os seus serviços secretos, com planos estratégicos de desestabilização dos estados africanos, marcados ainda por uma tremenda fragilidade político-institucional e económica. Foram derrubados, com a sua ajuda, líderes africanos nacionalistas e visionários que não estavam dispostos a engolir o engodo do neocolonialismo e ajudaram os seus lacaios a conquistar o poder para proteger os seus novos interesses nas suas antigas colónias. A história contemporânea de África regista uma boa lista de figuras de proa da emancipação africana que acabaram por ser eliminados pela conspiração internacional. Veja só os casos de Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Patrice Lumumba, Agostinho Neto, Samora Machel, Anwar El Sadat, Kwame Nkrumah (este último foi vítima de um golpe de Estado durante uma visita de Estado a China). A guerra fria, por sua vez, alimentou muitas guerras por encomenda em África. Quer os EUA quer a URSS exportaram as suas disputas ideológicas e geoestratégicas para o continente africano apoiando logística e financeiramente regimes ou movimentos rebeldes, como no caso de Angola. Outro aspecto não menos importante é a disseminação de armamentos e a facilidade com que chegam às mãos de qualquer um. África tornou-se presa fácil dos magnatas da indústria armamentista que a transformaram em mercado lucrativo para o escoamento de grandes stocks de armas, não raras vezes obsoletas. As antigas potências coloniais como a França, a Inglaterra, Portugal, a Bélgica juntamente com as duas superpotências da Guerra Fria (EUA, URSS) foram actores dinâmicos e estratégicos no apoio militar aos seus aliados africanos (regimes ou movimentos rebeldes).

Esta realidade coloca-nos diante de um problema que tem constituído nos últimos anos matéria de estudo para alguns africanistas: **as debilidades do estado pós-colonial em África**. Podemos logo de partida referir que a geração dos libertadores africanos que assumiu o poder, fê-lo na maior parte dos casos de forma autocrática e populista acabando por confiscar para si todas as prerrogativas do estado republicano de que tanto se vangloriavam. O estado pós-colonial, a mercê dos novos predadores, passou a ser uma fabulosa máquina de opressão e de pilhagem sem precedentes. Esta realidade veio de algum modo propiciar a desfuncionalidade institucional e a irracionalidade política que desembocou quase sempre na desacreditação do estado ou da autoridade do estado levando os cidadãos a assumirem uma posição de contestação, de confronto ou de resignação. Assim sendo, não admira pois que o continente africano tenha perdido oportunidades de progresso por décadas de conflitos endémicos que a OUA não podia resolver por ter sido, desde logo, um ninho onde se acoitavam os principais ditadores africanos. É fácil compreender, portanto, «as causas e circunstâncias da ausência de uma vontade política que teria possibilitado a África transformar a sua imensidão geográfica, a abundância dos seus recursos naturais e humanos, num pólo de poder regional.

A Arquitectura de paz e Segurança Africana

No mundo globalizado, assiste-se uma fragmentação ou até mesmo erosão do Estado, com maior incidência desde o crepúsculo da Guerra Fria, com a emergência de novos actores de Direito Internacional Público que reivindicam também espaços tradicionalmente reservados aos Estados no sistema internacional. Um desses espaços é o da segurança e defesa. No Direito Internacional clássico o Estado soberano detinha para si o chamado Direito de Guerra; na perspectiva da ciência política, o estado hobbesiano detinha o monopólio do uso legítimo da violência política, no sentido de uso da força coerciva. Hoje a realidade parece tomar outros rumos, embora o Estado continue a ser o principal actor das relações internacionais. Os novos actores não estatais, supra-estatais ou sub-estatais que povoam as relações internacionais contemporâneas são as Organizações Internacionais (OI) nas suas vertentes de Organizações Inter-Governamentais (OIG) e Organizações Não-Governamentais e os movimentos de libertação. Para a nossa abordagem, destacamos aqui as Organizações Internacionais de âmbito universal (ONU) ou

regional (UE, UA, NATO) ou ainda sub-regional (SADC, CEDEAO, CEEAC, etc). Todas elas têm hoje uma palavra a dizer no âmbito do objecto deste estudo. Com a adopção da Carta de S. Francisco, fundadora da ONU, a comunidade internacional entendeu, depois da experiência das atrocidades das duas Grandes Guerras, despojar o Estado do direito de guerra. Este passa a ser uma prerrogativa exclusiva do Conselho de Segurança da ONU. Em contrapartida, é reservada aos Estados, no âmbito da sua soberania, o direito de legítima defesa. O próprio conceito de segurança ganha novas nuances multidimensionais e multidisciplinares; regista-se um alargamento do conceito de defesa e segurança estatocêntrica para um conceito mais abrangente corporizada na segurança e defesa comum ou colectiva.

A realidade africana, apesar da sua complexidade genética agravada pela porosidade do Estado-Nação, ora em construção, vai-se enquadrando também nessa dinâmica global. A Arquitectura de Paz e Segurança em África apresenta actualmente dois níveis interligados e interdependentes: **nível regional e nível sub-regional**. O nível regional é protagonizado pela organização pan-africana (UA); esta está no centro de todo o sistema securitário continental. O nível sub-regional é protagonizado pelas cinco organizações sub-regionais compostas pelos 54 Estados africanos, a saber: Economic Community of West African States (ECOWAS) com 15 Estados-membros; Southern African Development Community (SADC) com 14 Estados-membros; Economic Community of Central African States (ECCAS) com 11 Estados-membros; Community of Sahel-Saharan States (CEN-SAD) com 23 Estados-membros e; União do Magrebe Árabe (UMA) com cerca de 8 Estados-membros.

Para além destas organizações, foi criado um Conselho de Paz e Segurança. Este estabeleceu um sistema de alerta continental ligado a unidades implantadas no terreno que acompanham e monitorizam a situação de tensão regional, estando em interligação com os outros mecanismos complementares no nível sub-regional e permitindo a activação dos mecanismos de resposta rápida. De salientar ainda que este mecanismo de alerta é um importante indicador quer para a própria UA quer para a comunidade internacional para avaliar o nível de ameaça e de eclosão dos conflitos internos nos Estados africanos, possibilitando outrossim o acompanhamento do desenrolar de uma crise emergente. De

destacar também outra iniciativa mais virada para o emprego das forças: African Standby Forces (ASF). Este é o dispositivo continental de reacção ou intervenção rápida da UA para prevenção e resolução de conflitos regionais, e dispõe de cinco Brigadas. Estas forças da UA agem, contudo, em estreita ligação com as Nações Unidas e constituem uma peça fundamental na resposta em tempo útil ao surgimento de conflitos violentos. Elas foram criadas para desenvolver múltiplas missões, incluindo missões de monitorização e observação, projecção e pré posicionamento preventivo das forças, missões de operações de apoio à paz e intervenções militares convencionais.

A reconstrução pós-guerra ou pós-conflito podem ser identificadas seis diferentes funções iniciais e contextuais para as operações de paz, a saber: operações de interposição e monitorização; operações de descolonização; operações de restauração da democracia; operações de apoio à paz; operações de intervenção humanitária e; operações de mudança de regime.

As operações de apoio à paz são aquelas que parecem ser mais delicadas e complexas e ocorrem quando estamos diante de uma intervenção destinada a gerir o período de transição da guerra para a paz, depois de concluído o cessar-fogo ou outro acordo prévio de paz. O acordo de paz entre beligerantes por si só não é o fim do conflito, pois permanecem as rivalidades políticas e as desconfianças mútuas. Por esta razão, o período a seguir ao acordo tem sido muitas vezes o mais perigoso. Angola e Ruanda são exemplos acabados do colapso dos acordos de paz que acabou por comprometer os esforços da comunidade internacional no apoio à paz. A gestão pós-conflito aparece actualmente com especial acuidade sobretudo nas agências vocacionadas para as negociações de paz cujo interesse é recuperar os Estados no período pós-guerra e garantir a sua sustentabilidade.

O combate ao terrorismo, não se enquadra neste tipo de operações, pois a tipologia de conflito conta com outros elementos não tradicionais.

Leituras complementares

BERNARDINO, Luís. *Políticas de Segurança e Defesa em África. O Papel das Organizações Regionais Africanas*, in: Revista Militar, Nº 5, Maio 2008.

BERNARDINO, Luís, *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e de Segurança Africana. Análise da Função Estratégica das Forças Armadas*, Famalicão: Almedina, 2013.

Sumário

Depois da leitura do texto foi possível identificar os eixos básicos da União Africana, as evidências que mostram que os conflitos em África não são um fenómeno novo, que os conflitos em África têm sempre uma mão invisível das potências externas, as circunstâncias que contribuem nas guerras no continente africano, as causas dos conflitos em África e seu impacto, as acções arquitectadas pelos países africanos em busca de paz, a reconstrução pós-guerra ou pós conflito e que o período após o conflito é o mais perigoso.

Auto-Avaliação

1. Identifique os eixos sobre os quais assenta a União Africana.
 - A. A organização regional, a paz e a segurança; os direitos humanos e a democracia; a integração económica.
 - B. A paz e a segurança; os direitos humanos e a democracia; a integração económica e organização regional.
 - C. A paz e a segurança; os direitos humanos e a democracia.
 - D. A paz e a segurança; os direitos humanos e a democracia; a integração económica.
2. Apresentar evidência de que os conflitos em África não são um fenómeno novo.
3. Os conflitos em África têm sempre uma mão invisível das potências externas. Concorda? Justifique a tua resposta.
4. Descreve as circunstâncias que contribuem nas guerras no continente africano.
5. Identifique as causas dos conflitos em África e seu impacto.
 - A. O estado pós-colonial que passou a ser uma fabulosa máquina de opressão e de pilhagem sem precedentes.
 - B. O estado colonial que passou a ser uma fabulosa máquina de opressão e de pilhagem sem precedentes.

C. O estado pós-colonial que passou a ser uma fabulosa máquina de opressão e de estruturação económica sem precedentes.

D. O estado pós-colonial que passou a ser uma fabulosa máquina de enriquecimento e de pilhagem sem precedentes.

5.1. Identifique o impacto dos conflitos em África.

A. A desacreditação do estado ou da autoridade do estado levando os cidadãos a assumirem uma posição de confronto ou de resignação.

B. A desacreditação do estado ou da autoridade do estado levando os cidadãos a assumirem uma posição de contestação, de resignação.

C. A desacreditação do estado ou da autoridade do estado levando os cidadãos a assumirem uma posição de contestação, de confronto ou de resignação.

D. A desacreditação do estado ou da autoridade do estado levando os cidadãos a assumirem uma posição de contestação, de confronto.

6. Explica as acções arquitectadas pelos países africanos em busca de paz.

7. Como é feita a reconstrução pós-guerra ou pós conflito?

8. O período após o conflito é o mais perigoso. Concorda? Justifique a tua resposta através de exemplos concretos.

4.2. Lição 2: O terrorismo como ameaça transnacional

Introdução

O mundo pós-guerra fria confronta-se com uma nova realidade desde os ataques de 11 de Setembro de 2001: **o terrorismo transnacional**. Embora tenhamos de admitir que o terrorismo sempre existiu em épocas anteriores da História, hoje temos um fenómeno novo cujo conceito ainda representa algumas dificuldades entre os especialistas.

Nesta lição, você vai aprender as características do terrorismo, o código de conduta dos terroristas, os métodos de actuação dos terroristas, características do terrorismo actual, os obstáculos da União Africana no combate ao terrorismo, as necessidades do continente africano no combate ao terrorismo, mecanismos para combater o terrorismo em África, os elementos para combater o terrorismo internacional.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- ❖ Caracterizar o terrorismo.
- ❖ Identificar os métodos de actuação dos terroristas.
- ❖ Mencionar os obstáculos da União Africana no combate ao terrorismo.
- ❖ Identificar as necessidades do continente africano no combate ao terrorismo. Descrever os elementos para combater o terrorismo internacional.

4.2. Lição 2: O terrorismo como ameaça transnacional

O terrorismo é uma acção violenta (física e psicologicamente); afecta especialmente não-combatentes (população civil); visa fins políticos, religiosos e ideológicos; age sobre os governos ou organizações para lograr concessões às suas reivindicações; está dotado de capacidade de destruição; caracteriza-se pela desterritorialização, embora as suas acções estejam localizadas; não existem tréguas. Estas são apenas algumas características gerais, pois as diversas organizações terroristas não seguem necessariamente o mesmo código de conduta nem partilham do mesmo *modus operandi*. Por exemplo, o **Al Shabab** é o **Boko Haram**, pois uma coisa é combater a educação ocidental na Nigéria, como defende esta última, e outra é manter um país como um Estado falhado controlado por bandos criminosos, tal é o caso da Somália. Os seus métodos vão desde o uso estratégico das novas tecnologias de informação, como as redes sociais, para a propaganda persuasiva a fim de provocar a adesão de mais membros, ao proselitismo militante e coercivo. Embora tenhamos de admitir a pobreza, a marginalização e exclusão social como factores favoráveis e motivacionais para o recrutamento, o fenómeno é bem mais volátil alcançando até indivíduos de classe média, com boa formação e economicamente dotados. Por conseguinte, resulta de algum modo difícil determinar uma identidade da personalidade dos terroristas, tendo em conta a complexidade humana e social do fenómeno. Há quem associa o terrorismo ao subdesenvolvimento, mas não podemos evidentemente deduzir daí que o fenómeno tem fundamentalmente causas de natureza económica.

Devemos destacar um facto primordial que leva a diferenciar o novo terrorismo dos seus arquétipos: trata-se da cultura teocrática que o inspira. Trata-se de um tipo terrorismo em que a cultura de base é teocrática, uma cultura que potencia, que leva ao extremo, a mobilização para morrer. Ou seja, essa extraordinária arma que é morrer matando. Isto é uma coisa que

não é possível nas sociedades laicas e que é possível neste tipo de pensamento teocrático, e que é uma arma poderosíssima deste ponto de vista, digamos também, alguém que morre matando e que ganha, além disso, a salvação.

Este facto constitui por si só um desafio e uma ameaça à segurança e à paz dos Estados africanos. Por conseguinte, embora o fenómeno do terrorismo jihadista (de cariz islâmico) esteja circunscrito ainda na sua expressão em certos países da África, maioritariamente de confissão islâmica, não se pode negar que a ameaça (capacidade + intenção + possibilidade) paira potencialmente nos restantes países onde actualmente não se acham expressões ou acções terroristas. Este facto leva os Estados a empreenderem medidas securitárias preventivas sobretudo a nível das forças de segurança. Entretanto, estamos diante de um fenómeno global, também dito transnacional, que requer igualmente respostas globais. Por isso, o combate ao fenómeno não pode ser compartimentado em cada Estado de modo isolado e hermético. Daqui a relevância da União Africana e das organizações sub-regionais.

Desafios e possibilidades da União Africana face ao terrorismo

A União Africana, apesar de todos os seus esforços em curso e da confiança e créditos granjeados nos últimos anos no sistema político internacional, enfrenta ainda obstáculos e desafios pertinentes quer do ponto de vista estrutural quer do ponto de vista operacional. A situação financeira da organização regional e daquelas sub-regionais reflecte de algum modo os problemas económicos internos dos próprios Estados africanos. As operações de apoio à Paz são extremamente dispendiosas e requerem uma sustentabilidade financeira; se tivermos em conta o actual mapa das Zonas de Tensão e Conflito onde os conflitos ou crises embrionárias grassam erráticamente, aumentam ainda mais os obstáculos a enfrentar na medida em que a abrangência dos mesmos traduz-se na incapacidade de uma resposta eficaz dentro da arquitectura de paz e segurança africana.

Estas dificuldades abrem espaço para a cooperação e parcerias multilaterais em matéria de segurança

e defesa quer com as Nações Unidas quer com a União Europeia ou mesmo com a NATO ou ainda de forma bilateral com alguns países como os EUA e a França. A África precisa de financiamento, assessoria, fornecimento de equipamento, treinamento e, porque não, operações híbridas de intervenção directa de contingentes militares. Tendo em conta o índice de conflitualidade que faz da África uma das regiões mais voláteis do globo, tem sido entendimento comum a nível do Conselho de Segurança e da comunidade internacional de que a segurança em África é uma prioridade estratégica, na medida em que sem segurança não existe desenvolvimento humano sustentado, não há segurança do Estado ou das organizações, mas a dimensão da segurança real sentida e centrada na pessoa humana.

Neste sentido, várias missões de paz estão ainda em curso em África com o envolvimento directo de contingentes das Nações Unidas, como na República Democrática do Congo, República Centro-africana, Moçambique. A liderança política dos africanos, porventura apoiados num quadro de cooperação internacional holística é imprescindível para se encontrarem soluções progressivas, sustentadas e duradouras para as crises e conflitos que atingem países e vastas regiões africanas.

Embora tenhamos de realçar as limitações internas da UA no âmbito da gestão de conflitos e de operações de manutenção da paz, devemos reconhecer o mérito de ter conseguido três sucessos: ter conseguido congregar todos os países de África, com a excepção do Reino do Marrocos em torno das mesmas causas; ter levado as organizações não africanas a encontrarem nela o parceiro ideal e credível e; temmostrado trabalho no terreno, não só ao nível do apoio ao desenvolvimento e da concertação diplomática, mas principalmente como mecanismo estabilizador de conflitos em África.

O combate do terrorismo requer um estudo profundo para uma melhor compreensão, pois não podemos combater aquilo que não conhecemos. A primeira exigência que devemos ter para o poder combater eficazmente é perceber aquilo que temos pela frente: a ameaça, a natureza da ameaça que temos à nossa frente. A União Africana, neste sentido, deve contar com a cooperação de outras

organizações, grupos de inteligência, a fim de recolher, processar e disseminar informações classificadas sobre o fenómeno. Trata-se de se criar espaço e capacidades para construir uma segurança partilhada (cooperação) e uma segurança multisectorial.

Para o especialista Paul R. Pillar, o combate contra o terrorismo internacional envolve diferentes elementos, incluindo a dissuasão dos indivíduos em aderir aos grupos terroristas, a dissuasão de grupos terroristas em usar o terrorismo como veículo e expressão das suas ideias e reivindicações, reduzindo a capacidade operacional, criando sistemas de defesa física de ataques terroristas e mitigando os efeitos dos ataques. Trata-se de todo um conjunto de acções concertadas que designam-se contraterrorismo cujo objectivo é levar os terroristas a abdicar das acções de terror, a redução das suas capacidades operacionais e a redução da motivação dos indivíduos em aderir. O contraterrorismo envolve a diplomacia, a inteligência, controlo financeiro, o sistema de justiça penal e força militar. Estes mecanismos esbatem hoje com a impressionante resiliência dos combatentes jihadistas cujo fanatismo leva-os a destilar um ódio visceral e irracional contra os seus alvos e a estarem predispostos a morrer. É preciso persistência e paciência com acções estratégicas concertadas de curto, médio e longo prazo, pois a solução deve ser holística e não parcial.

Leituras complementares

BERNARDINO, Luis. *Políticas de Segurança e Defesa em África. O Papel das Organizações Regionais Africanas*, in «Revista Militar», Nº 5, Maio 2008.

BERNARDINO, Luis, *A Posição de Angola na Arquitetura de Paz e de Segurança Africana. Análise da Função Estratégica das Forças Armadas*, Famalicão: Almedina, 2013.

Sumário

Nesta lição certamente ficou a saber muita coisa sobre os aspectos que caracterizam o terrorismo, o código de conduta dos terroristas, os métodos de actuação dos terroristas, características do terrorismo actual, os obstáculos da União Africana no combate ao terrorismo, as necessidades do continente africano no combate ao terrorismo, mecanismos para combater o terrorismo em África, os elementos para combater o terrorismo internacional.

Auto-Avaliação

1. Refira-se aos aspectos que caracterizam o terrorismo.
2. Mencione os métodos de actuação dos terroristas.
 - A. A violência, ao proselitismo militante e coercivo.
 - B. As redes sociais, ao proselitismo militante e aliciamento.
 - C. As redes sociais, ao proselitismo económico e coercivo.
 - D. As redes sociais, ao proselitismo militante e coercivo.
3. O que caracteriza o terrorismo actual?
 - A. Cultura teocrática para a sua inspiração.
 - B. Cultura coerciva para a sua inspiração.
 - C. Cultura proselitista para a sua inspiração.
 - D. Cultura militarista para a sua inspiração.
4. Quais são os obstáculos da União Africana no combate ao terrorismo?
5. Identifique as necessidades do continente africano no combate ao terrorismo.
 - A. Financiamento, assessoria, treinamento e operações híbridas de intervenção directa de contingentes militares.
 - B. Financiamento, assessoria, fornecimento de equipamento, treinamento e operações híbridas de intervenção directa de contingentes militares.
 - C. Assessoria, fornecimento de equipamento, treinamento e operações híbridas de intervenção directa de contingentes militares.

- D.** Financiamento, assessoria, fornecimento de equipamento, treinamento e intervenção directa de contingentes militares.
6. Mesmo com dificuldades, a União Africana tem registado alguns sucessos. Mencione-os.
7. Como combater o terrorismo em África?
- A.** Perceber aquilo que temos pela frente (a ameaça, a natureza da ameaça que temos à nossa frente) e contar com a grupos de inteligência, a fim de recolher, processar e disseminar informações classificadas sobre o fenómeno.
- B.** Perceber aquilo que temos pela frente e contar com a cooperação de outras organizações, grupos de inteligência, a fim de recolher, processar e disseminar informações classificadas sobre o fenómeno.
- C.** Perceber aquilo que temos pela frente como a ameaça, a natureza da ameaça que temos à nossa frente
- D.** Perceber aquilo que temos pela frente (a ameaça, a natureza da ameaça que temos à nossa frente) e contar com a cooperação de outras organizações, grupos de inteligência, a fim de recolher, processar e disseminar informações classificadas sobre o fenómeno.
8. Quais os elementos para combater o terrorismo internacional?
9. Identifique os elementos do contra terrorismo.
- A.** A diplomacia, a inteligência, controlo financeiro, o sistema de justiça penal e força militar.
- B.** Financiamento, a inteligência, controlo financeiro, o sistema de justiça penal e força militar.
- C.** A assessoria, a inteligência, controlo financeiro, o sistema de justiça penal e força militar.
- D.** A diplomacia, controlo financeiro, o sistema de justiça penal e força militar.

UNIDADE V: Instituições Políticas nos países da União Africana

Unidade V: Instituições Políticas nos Países da União Africana

5. Introdução e Considerações Gerais

5.1. Os partidos políticos africanos - as paradoxalidades que não o são

5.2. A estrutura socioeconómica - mercado e planificação.
Dependência económica do terceiro mundo

5.3. Modernização do Terceiro Mundo.

5.4. Os sistemas eleitorais: os diferentes modos de escrutínio

5.5. Eleição e representação: a democracia directa.

5.6. Efeitos teóricos e práticos dos sistemas eleitorais

5.7. Auto avaliação

5.1. Lição 1: Os partidos políticos africanos - as paradoxalidades que não o são

Introdução

Nesta lição, vamos fazer uma análise de âmbito mais empírico dos partidos políticos africanos tendo todavia consciência que as homogeneizações que aqui se possam efectuar usufruem apenas de uma legitimidade metodológica, dado que a sua transposição linear para a realidade, não é possível, tais as originalidades e especificidades que no terreno é possível encontrar e; se está na presença de construções sociais que possuem quadros normativos particulares, que se procuram adaptar aos tecidos sociais aos quais se reportam extrinsecamente. Dado que estas organizações não são construções de génese tradicional africana, a sua forma foi influenciada, primeiro por forças exógenas, que rapidamente foram complementadas por processos de adaptação e mimetismo endógenos.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- ❖ Analisar as implicações da colonização de África.
- ❖ Caracterizar o significado da imposição de um modo de administração exógeno.
- ❖ Explicar como os partidos asseguram a sua modernização.
- ❖ Caracterizar a situação da África na década 90.

5.1. Os partidos políticos africanos - as paradoxalidades que não o são

Período Pré II Guerra Mundial (1895-1940)

Apesar da crise de transição, das sociedades tradicionais, para sociedades modernas só agora se começar a fazer sentir verdadeiramente, o mal-estar no seio da larga maioria dos tecidos sociais africanos era evidente e começava a ganhar relevância política para os dirigentes associativos mais atentos. Porém, neste período em particular, a colonização dos territórios implicou profundas rupturas, nomeadamente com os quadros normativos dos diversos sistemas sociais africanos por meio da aplicação de um modelo de estado-nação, tipicamente europeu, e que retalhou de forma discricionária as diversas unidades políticas autóctones originalmente existentes, preconizando assim, a destruição dos equilíbrios tradicionais e a implementação de um legado de autoridade política que ainda hoje é possível encontrar sob a forma de regimes despóticos, como o do Sudão.

A imposição de um modelo exógeno de administração implicou o esvaziamento da maioria das funções das chefias tradicionais, que viam assim, o seu poder simbólico enfraquecido e, conseqüentemente, a sua credibilidade, como representantes e líderes de uma comunidade, corroída. Esta situação, para além de ter criado um vazio de poder, gerou um quadro normativo e simbólico inane, que foi sendo preenchido, primeiro por indivíduos carismáticos e posteriormente, por partidos políticos que assumiram, para além de uma função de representatividade, um papel de charneira entre os desígnios da força colonizadora e as práticas dos tecidos sociais. Paradoxalmente, o poder que havia enfraquecido as chefaturas tradicionais, é exactamente o mesmo que despoleta e legitima a existência de partidos/associações políticas autóctones sem que, para isso, a administração colonial tenha imposto qualquer tipo de partidarização das relações de autoridade.

Um exemplo quase paradigmático da aglutinação de tecidos sociais díspares num único estado-nação, é

oferecido pela Nigéria, que congrega mais de 250 etnias nas suas fronteiras o que criou problemas de identidade durante o período colonial, dada a multiplicidade e sobreposição das identidades sub-coloniais. No entanto, seria abusivo afirmar que este foi um problema de todas as colónias, pois países como o Botswana, o Ruanda e o Burundi, apesar da coexistência de diversas etnias e religiões, não verificaram, neste período, grande atritos inter-étnicos ou inter-religiosos, na medida em que, tanto pela existência de uma etnia largamente predominante, como pela manutenção das fronteiras existentes, desde há várias gerações, a imposição exógena de uma quadrícula político-administrativa mostrou-se como um impacto de menor importância.

As construções políticas africanas foram igualmente, consubstanciadas pelos seus líderes e por todos quantos delas dependiam directa (ou indirectamente) em respostas à exploração económica dirigida a partir da metrópole, surgindo de forma mais ou menos espontânea, como o que aconteceu no Quénia com a *East African Association*, liderada por Harry Thuku que, em 1920, encabeçou um movimento de contestação às políticas por parte do Reino Unido, por um lado, por outro lado, o pan-africanismo começa a dar os primeiros passos como fica demonstrado pela criação do *National Congress of British West Africa* (NCBWA), logo após a I Guerra Mundial, e cuja apatia, o condenou à extinção, em meados da década de 20.

A segunda colonização e as independências (1940-1985)

A II Guerra Mundial surge, para o continente, como um dos marcos indeléveis da sua história recente, pois foi a partir deste episódio que a estratégia das potências colonizadoras se alterou, passando a prosseguir aquilo a que Freund apelida de «*New Deal Africano*» (FREUND, 1984), que assentou fundamentalmente na aposta na industrialização, numa tentativa de criação de uma classe operária urbana relativamente bem remunerada, na construção de infra-estruturas de suporte às indústrias recém-criadas, no desenvolvimento das agriculturas de plantação, na intensificação das anteriores formas de penetração do capital produtivo metropolitano e numa aparente

preocupação com o bem-estar das populações nativas. É neste período que as diferenças em termos de estratégia de colonização se agudizam, apostando a Inglaterra numa delegação de responsabilidades, no sentido de dar alguma representatividade aos interesses africanos, de modo a preparar uma eventual independência que só ocorreria a longo prazo; a França idealizando um grande império totalmente integrado, onde todos os indivíduos usufruiriam de uma nacionalidade francesa e teriam o mesmo estatuto de cidadania e; Portugal, continuando a prosseguir a política possível, dadas as diversas vicissitudes que o regime começava a enfrentar em termos internos. Estas diversas opções resultaram no crescimento efectivo dos partidos políticos africanos, nos dois primeiros casos, e no aparecimento de fenómenos que rapidamente degeneraram em movimentos de guerrilha nas colónias lusófonas.

Esta conquista de um espaço e de uma crescente visibilidade pelos partidos políticos levou-os a assumirem, por vezes, uma posição anti-colonialista, como no caso da *Union des Populations du Cameroun* (Camarões), que liderou uma revolta camponesa em 1955, do *Convention People's Party* (Costa do Ouro – Gana), que apelando à união nacional e apresentando um programa de prevenção de polarização de poderes conseguiu conduzir o Gana à independência em 1957, ou do TANU (*Tanganyika Africa National Union*), de Julius Nyerere que, utilizando um mix político semelhante ao do CPP, no Gana, conseguiu aliar os interesses de uma pequena burguesia florescente, com as necessidades das massas populacionais. Apesar desta aparente massificação partidária, a verdade é que poucos foram os partidos que, nesta fase, conseguiram ser genuinamente generalistas.

As influências da pequena burguesia e de líderes sindicais sobrepunham-se à inércia e a uma certa idiossincrasia anódina, que a população em geral demonstrava, o que resultou numa estratégia partidária de apoio pontual às reivindicações de tecidos sociais específicos, de forma a se poderem fazer apresentar extrinsecamente como representantes legitimados pelo povo, junto das autoridades coloniais, e assim, consolidar uma

posição de verdadeiros contra-poderes. Partidos como o *Sierra Leone Peoples's Party*, o *Uganda People's Congress*, ou o *National Congress of Nigeria and the Cameroons* adoptaram este comportamento profiláctico de preparação de um novo contracto social, em que a dependência, mais que (neo) colonial seria de âmbito ideológico.

Há medida que as potências coloniais viam os seus impérios a esboroarem-se, os partidos políticos africanos iam-se afirmando como herdeiros naturais do poder estatal e, simultaneamente, cimentavam a sua posição de instrumentos modernizantes, de base tradicional. É especialmente nestes anos, de convulsão social e política, que os partidos políticos se assumem como o primeiro dos meios de modernização, por virtude da sua origem ligada à iniciativa das elites modernistas, da sua organização, que lhe permite ter com as comunidades uma relação mais directa do que a administração e, finalmente, devido às suas funções e aos seus objectivos, visto que pretende ser, e é em diversos domínios, o empreendedor do desenvolvimento.

De modo a assegurar esta modernidade, os partidos fazem uso de um aparelho burocrático, de uma retórica de progresso e de diversos meios de difusão de informação que veiculam, no entanto, uma ambiguidade cultural, um corpo simbólico, homogeneizador das rugosidades existentes nas respectivas formações sociais territoriais, uma sacralização do líder do partido e uma ideologia amplamente ecléctica.

Os partidos assumem assim, mais uma característica paradoxal, traduzida pelo facto de a sua *praxis* alicerçar-se numa modernidade importada, tanto através dos seus líderes, como pelas elites que lhes asseguravam o poder. No entanto, ao negligenciarem assim as incompatibilidades ontológicas entre uma caixa de Pandora que lhes fornecia sustentação popular e a tentativa de aplicação de um quadro geral que alisava determinados particularismo e que estabelecia novas alianças, tanto com instituições da antiga ordem social, como com organizações semi-modernistas, o que de facto fica patente é a inaptidão dos políticos africanos deste período, em acomodarem a sua própria história, nos seus próprios programas: omnipresente, a tradição

impõe, à tarefa modernizante do partido político, limites que as opções mais radicais não conseguem reduzir sem o auxílio do tempo.

O aumento da urbanização, a maior escolarização dos próprios africanos, a formação de associações voluntárias, a difusão dos ideais de pan-africanismo e de negritude, o envolvimento de soldados africanos nas frentes de batalha tanto da I, como da II Grandes Guerras, as descolonizações na Ásia, as mudanças estruturais nos sistemas internacionais político-económicos. Esta listagem é elucidativa do ambiente em que as sociedades africanas se encontravam quando o nacionalismo africano surgiu como solução, para os partidos políticos superarem, de uma forma célere, os eventuais entraves que a tradição teimava em levantar à prossecução de uma ideologia imersa na modernidade e que era essencial para o sucesso da aproximação ao Ocidente e aos seus valores, que as elites procuravam atingir. No entanto, à medida que a euforia das independências se desgastava, os contra-poderes endógenos e autóctones ao continente começaram a surgir, e a homogeneização dos tecidos sociais deixou de ser, em muitos casos, sustentável. Dadas estas condicionantes, não é de estranhar portanto que o programa político dos partidos se resumisse a um de dois pilares: a independência do país e a ideia do progresso e de modernidade. O resto assentava numa retórica de base efectivamente tradicionalista e na existência de um líder carismático que fosse capaz de assegurar, para o partido, que a máquina partidária fosse assimilada pela máquina do Estado, assim que o poder fosse conquistado.

As décadas de 70 e 80 podem ser sumariamente descritas como a continuação da tendência já delineada, sendo todavia significativo um conjunto de inovações que gradualmente foram sendo introduzidas e consolidadas: *a)* a máquina burocrática dos partidos estendeu-se de tal forma, que os movimentos de índole regional apenas serviram para fortalecimento do partido no poder; *b)* o arquétipo de partido de massas africano torna-se uma ilusão quase mitológica; *c)* os partidos no poder fundem-se com a máquina estatal dando corpo aos conceitos de partido único, de neo-patrimonialismo de estado e de vampirismo político; *d)* a classe dirigente passa a ser composta

pela pequena burguesia, que vê assim, uma hipótese de maximizar os seus ganhos com a economia de renda vigente; e) o clientelismo surge como garante do poder e os golpes de estado sucedessem-se como forma de contestação à autoridade do poder estatal e consequente substituição deste por um novo poder cuja autoridade reside nas armas; f) o xadrez político passa a contar com uma nova peça, as transnacionais e; g) aos movimentos de guerrilha, de índole ideológica, juntam-se outros que resultam da destruição das estruturas tradicionais, pela modernidade, sem que se consiga repor uma ordem social mínima para a regeneração dos próprios tecidos sociais.

No que concerne à década de 80, um aspecto, em particular, convém ser salientado, a saber, a preponderância política dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE's) que sendo conduzidos por forças externas (de forma directa, pelas instituições de Bretton Woods e indirectamente, por toda uma Comunidade Internacional que alinhava pelo «bloco capitalista», liderado pelos EUA) produziram implicações profundas, tanto na generalidade dos tecidos sociais subsaarianos, como no comportamento dos partidos políticos africanos, em particular, na medida em que, as forças que se encontravam no poder foram obrigadas a repensar, ou mesmo abandonar, os esquemas de clientelismo e as forças da oposição começaram a utilizar como arma de arremesso político as questões das performances das políticas estatais, de modo a que a sua imagem em termos de comunidade internacional fosse credibilizada.

Todavia esta falência gradual dos regimes centralizados, apoiados numa forte máquina burocrática (casos da Tanzânia, Quênia, Zâmbia, Senegal, Camarões, Costa do Marfim, Malawi, Benin), não pode ser imputada de modo exclusivo à implementação dos PAE's e dos condicionalismos (económicos, financeiros, políticos e sociais), mas também, à generalizada degradação das condições económico-sociais que se vinham a agravar desde meados da década de 70 (nomeadamente a partir das crises petrolíferas de 1973 e 1979) e que atingiram o seu ponto mais alto ao longo dos anos 80.

A Globalização, 1990 em diante

O desmantelamento da URSS e o fim de um sonho socialista, acompanhados pelo evento da globalização, de uma cada vez maior intervenção, tanto do FMI, como do Banco Mundial, do fim do *Apartheid*, e da própria falência do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), para uma sua substituição pela OMC (Organização Mundial de Comércio), acabaram por imergir os partidos políticos africanos numa crise de identidade, que os obrigou a repensar as suas estratégias, de forma a assegurar a sua sobrevivência política, pois os discursos doutrinários exacerbados, de uma antinomia draconiana, que opunha o socialismo face ao capitalismo, e destes, face ao marxismo, haviam deixado de fazer sentido e a importante fonte de financiamento partidária, que provinha deste combate Ocidente/Leste, havia consequentemente sido minimizada, pelos respectivos patrocinadores. Mesmo com as vicissitudes sofridas pelos regimes de partido único, ao longo da década de 80, no início dos anos 90, o mapa democrático africano continuava a demonstrar uma forte tendência para a fraca democratização política. Embora a situação actual demonstre já sinais de uma aparente emergência dos valores plebiscitários, continua-se apesar de tudo, a estar longe da desejável democratização plena das instituições estatais, tanto mais, que importa não esquecer, que esta revolução, que este processo de transição de âmbito democrático, mais que um resultado de uma vontade expressa pelos próprios tecidos sociais africanos, representa sobretudo, uma imposição exógena, elevada a colateral primeiro e último, do financiamento atribuído através dos PAE's. O desfasamento que então é possível constatar, entre a aplicação dos primeiros programas de ajustamento e esta fase final da terceira vaga de democratizações é susceptível de ser explicado, pelo realinhamento teórico-ideológico introduzido pelo *Post-Washington Consensus*, que deixou de atribuir o primado operacional ao mercado, para o afectar alternativamente (ou nem tanto), à capacidade do Estado criar as condições para que este funcione, reconvertendo assim, o neo-liberalismo desde sempre prosseguido, num institucionalismo pouco adaptado às realidades africanas. É este, o ambiente situacional que enforma os anos 90 e que propicia todo um conjunto de reformas, rupturas e continuações, ao nível da vida político-partidária no continente africano, que não podendo ser elencadas em toda a sua

extensão, podem porém ser sintetizadas nas seguintes cinco linhas de força:

- Uma limitação real dos poderes do partido no poder, que implicou o início do desfasamento, entre a máquina partidária e a máquina do estado;
- Uma diminuição do clientelismo, como forma de perpetuação do poder e o estabelecimento de novas alianças políticas e/ou de tendências de cooptação governativa, como mecanismo de minimização das perdas resultantes da falência do vampirismo hegemónico do Estado;
- Um enfraquecimento efectivo, tanto da autoridade, como do poder estatais (em consequência dos dois factores anteriores);
- O reclamar, por uma sociedade civil cada vez mais ciente e segura do seu papel como agente político e de pressão, por uma abertura política e;
- O aparecimento de um revivalismo dos movimentos baseados em clivagens étnico/regionais (atente-se nos casos de Cabinda, em Angola, Casamance, no Senegal, Sahara Ocidental, em Marrocos, e *Somaliland*, na Somália), que se apresentam como contra-poderes e como voz dos que não a têm.

Esta democratização das instituições em África, não se apresentou contudo, de uma forma uniforme, nem em termos dos impactos imediatos despoletados nos tecidos sociais de uma dada formação territorial, nem em termos das consequências plebiscitárias de médio prazo promovidas, tanto mais, que estes processos foram instrumentalizados pela própria comunidade internacional, no sentido de legitimar situações anteriormente pouco cómodas, ou de destituir o partido governante. Mas se estas foram as duas situações extremas, entre elas é possível encontrarem-se uma infinidade de combinações, que vão desde reformas de cosmética, como as ocorridas no Gabão e Costa do Marfim, a reformas conduzidas unilateralmente pelo partido no poder, como na Tanzânia, ou mesmo manipulação dos processos eleitorais, como os próprios observadores internacionais constataram, no Quénia e no Senegal. O efeito final, foi no limite e de um ponto de vista minimalista, o enriquecimento do

mosaico político africano, sem que tal assegurasse, por si só, uma qualquer tendência inequívoca no sentido da democratização do continente.

Este processo político-social teve como maior ruptura, não a alteração do regime governativo, mas antes, uma alteração de estratégia dos partidos, que passaram a apoiar-se, com uma crescente preponderância, na manipulação das clivagens espaciais e socioeconómicas evidenciadas pelos tecidos sociais e na catalisação e reconversão dos ritos praticados no Ocidente, de modo a adaptá-los aos eleitorados alvo, e assim, conseguir converter o discurso da globalização e de desenvolvimento, num discurso de modernidade de base tradicionalista, local, particularista e endógena. O paradigma muda, mas o discurso, na sua essência mantém-se.

Leituras complementares

Georges BALANDIER. *Antropologia Política*, Lisboa: Presença, 1967.

Jean Michel BERTHELOT. Os Novos Desafios Epistemológicos da Sociologia, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 33, 2000.

Orlando Fals BORDA & Luís E. MORA-OSEJO. A Superação do Eurocentrismo. Enriquecimento do Saber Sistémico e Endógeno sobre o Nosso Contexto Tropical. In Boaventura Sousa SANTOS (org), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*, Porto: Afrontamento, 2003.

Alexandra DIAS. *Ensaio sobre os Alinhamentos Partidários no Botswana*, Tese de Mestrado em Estudos Africanos, Lisboa: ISCTE, 2000.

Sumário

Nesta lição abordou aspectos como as implicações do colonialismo, o significado da imposição de uma administração exógena, aprendeu como os partidos conseguiram garantir a modernização, a caracterização da situação da África na década 90 olhando a democratização não uniforme bem como as respectivas rupturas.

Auto-Avaliação

1. Que implicações teve a colonização?
2. Que significado teve a imposição de um modo exógeno de administração colonial?
3. Comente: “a II Guerra Mundial surge, para o continente africano, como um dos marcos indeléveis da sua história recente”.
4. Mostre através de exemplos concretos que a colonização da África pelos europeus assumiu estratégias distintas pelos colonizadores.
5. Mostre através de exemplos concretos que a conquista de um espaço e de uma crescente visibilidade pelos partidos políticos levou-os a assumir posições anti-coloniais.
6. Explica como é que os partidos políticos asseguraram a modernização.
7. Os partidos políticos surgem alicerçados a uma modernidade importada. Argumente mostrando o impacto desta realidade.
8. Refira-se ao ambiente em que as sociedades africanas se encontravam a quando do surgimento do nacionalismo.
9. Identifique os pilares dos programas dos partidos políticos.
 - A. A independência do país, a ideia do progresso e de modernidade.
 - B. A independência do país e a ideia do progresso e de liberdade.
 - C. A independência do país e a ideia do progresso e de expansão económica.
 - D. A independência do país e a ideia do progresso e de tolerância.

10. Mencione as inovações ocorridas nas décadas 70 e 80.
11. Mencione as implicações do programa de Reajustamento estrutural na África sub saariana.
12. Refira as causas da falência dos regimes centralizados.
13. Diga quais os acontecimentos que marcaram a década de 1990 e seu impacto.
 - A.** A globalização, maior intervenção do FMI, do Banco Mundial, do fim do *Apartheid*, e da própria falência do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*).
 - B.** O desmantelamento do muro de Berlim e o fim de um sonho socialista, acompanhados pelo evento da globalização, maior intervenção do FMI, do Banco Mundial, do fim do *Apartheid*, e da própria falência do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*).
 - C.** O desmantelamento da URSS e o fim de um sonho socialista, acompanhados pelo evento da globalização, do fim do *Apartheid*, e da própria falência do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*).
 - D.** O desmantelamento da URSS e o fim de um sonho socialista, acompanhados pelo evento da globalização, maior intervenção do FMI, do Banco Mundial, do fim do *Apartheid*, e da própria falência do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*).
14. Refira-se ao ambiente situacional dos anos 90.
15. Explica por que é que a democratização das instituições em África não se apresentou de forma uniforme.
16. Identifique a maior ruptura do processo político social.

5.2. Lição 2: A estrutura socioeconómica - mercado e planificação. Dependência económica do terceiro mundo.

Introdução

Nesta lição, vamos fazer uma análise de âmbito mais empírico dos partidos políticos africanos tendo todavia consciência que as homogeneizações que aqui se possam efectuar usufruem apenas de uma legitimidade metodológica, dado que a sua transposição linear para a realidade, não é possível, tais as originalidades e especificidades que no terreno é possível encontrar e; se está na presença de construções sociais que possuem quadros normativos particulares, que se procuram adaptar aos tecidos sociais aos quais se reportam extrinsecamente. Dado que estas organizações não são construções de génese tradicional africana, a sua forma foi influenciada, primeiro por forças exógenas, que rapidamente foram complementadas por processos de adaptação e mimetismo endógenos.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- ❖ Analisar as implicações da colonização de África.
- ❖ Caracterizar o significado da imposição de um modo de administração exógeno.
- ❖ Explicar como os partidos asseguram a sua modernização.
- ❖ Caracterizar a situação da África na década 90.

5.2. Lição 2: A estrutura socioeconómica - mercado e planificação.

Dependência económica do terceiro mundo.

Depois da Segunda Guerra Mundial propõe-se a planificação na Europa Ocidental. Aqui entende-se a planificação como indicativa para o sector privado; é limitada, não substitui ao mercado na atribuição de recursos.

A planificação expressa-se em projectos de crescimento, em programas dos sectores que vão crescer, e são fruto de pactos entre as forças sociais. Estes projectos e programas servem para orientar aos empresários em sua actividade económica, que não resulta dirigida. O melhor exemplo é o *Plano Monet*, de 1945. A finalidade destes programas é atalhar as falhas do mercado na atribuição de renda e no desenvolvimento económico. Tudo isso conduziu, a partir da Segunda Guerra Mundial, a uma importância crescente do sector público e a uma maior racionalização económica.

A crise dos anos 70 e 80 produziu uma desregulamentação trabalhista, e dos standards produtivos, e a privatização de empresas públicas nos países ocidentais.

A tendência actual é a de utilizar a política orçamental e a económica de modo geral, como principais instrumentos de planificação. As economias ocidentais operam sobre a base do mercado; esta proposição radicalizou-se na actualidade, pelo que o planeamento tem hoje uma natureza limitada e generalista, e a intervenção é escassa.

Teoria da dependência económica

Esta escola surge do marxismo, em concreto parte da análise do imperialismo de LENIN, aplicada ao estudo das condições de subdesenvolvimento; desde aqui extrapola-se à investigação do subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo em seu conjunto. Sua análise não toma como unidades de estudo aos entes nacionais, senão que considera um sistema de categoria global, no que há dois grupos de países: os do centro, países avançados e subdesenvolvidos; os da periferia, subdesenvolvidos.

A teoria da dependência entende o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como as duas caras de um mesmo processo, são dois factores vinculados e interdependentes, não contraditórios. O centro tem capacidade de desenvolvimento autónomo (é capaz de operar sobre suas próprias necessidades), e é o beneficiário dos relacionamentos comerciais estabelecidas a escala global. A periferia segue um desenvolvimento condicionado por sua adaptação aos requisitos de expansão do centro. Assim se configura uma situação de exploração pelo centro dominante.

A lógica da dependência acaba de explicar com o mecanismo que articula a exploração e a extracção dos recursos por parte do centro: o princípio de intercâmbio desigual. Seu enunciado mais básico é: a periferia entrega ao centro matérias prima a mudança de produtos manufacturados; o valor dos segundos é muito maior que o das primeiras. Os teóricos da dependência explicam que o princípio clássico das vantagens comparativas não é realmente efectivo.

A situação de dependência é global (abrange a todos os países do mundo) e histórica arranca desde o colonialismo do século XV; hoje caracteriza-se pelo capital transnacional: as sociedades transnacionais, em forma de empresas financeiras, utilizam os recursos da periferia.

Dinâmica dos sistemas: o processo de modernização política.

Segundo a teoria de sistemas, a mudança deriva da interacção com o modo, da adaptação do sistema político ao meio. A mudança de sistema é estudada pela teoria da modernização. Esta teoria baseia-se na ideia de modernidade. Há dois sistemas diferentes a destacar o sistema tradicional e o sistema moderno.

O sistema tradicional desenvolve-se em uma sociedade cujos relacionamentos sociais são de tipo pessoal, e na que domina a existência de organizações de tipo primário. O sistema económico é de subsistência, e concentra-se no sector primário, sobretudo na agricultura. Quanto à cultura, não há um desenvolvimento científico nem tecnológico; os valores que primam são a herança, a superstição e a lealdade. O poder no sistema

político está personalizado, toma como referencia a estrutura familiar. A autoridade descansa em uma espécie de pater *família* e com qualidades sobre-humanas. A política concebe-se como uma interrelação entre membros de uma grande família (tribos ou clãs, vinculados por nexos familiares ou pessoais). Se existe uma administração, limita-se a executar a vontade do chefe, e organiza-se sobre critérios de nepotismo.

O sistema moderno, sua estrutura social é complexo e impersonal, e baseia-se na meritocracia. Nela primam as organizações secundárias, grandes organizações especializadas de carácter impersonal: empresas, sindicatos, partidos políticos, igrejas, clubes, universidades, etc. Fundamentam-se em uma economia industrial, ou vinculada ao sector terciário. Os valores principais destas sociedades são o progresso, o conhecimento científico, o avanço tecnológico, etc. O sistema político está altamente burocratizado, e legitima-se de forma legal racional. A organização política adquire uma natureza secundária. A Administração Pública é burocrática e profissionalizada. A missão do sistema político consiste em articular interesses e resolver os conflitos que propõem os diferentes grupos.

O Desenvolvimento político é a consequência da modernização, pois a passagem da sociedade tradicional à moderna, produz-se uma modernização dentro da nova sociedade. O conceito de desenvolvimento político é complementar do de modernização. Parte de uma proposta economicista, que tem como referência a Teoria do desenvolvimento económico; ambos os desenvolvimentos políticos e o desenvolvimento económico fazem parte do processo de modernização. O desenvolvimento político é um conceito que pode ser aplicado tanto aos países do Terceiro Mundo como aos países de Ocidente. Existem duas propostas dentro do estudo do desenvolvimento político a destacar a da ocidentalização e a da institucionalização.

A da Ocidentalização concebe o processo de desenvolvimento político de forma única e linear ao referir que todas as sociedades sofrem um

processo muito similar de evolução, cujo termo está na democracia avançada ocidental.

A da Institucionalização dá grande importância às civilizações. A modernização não tem que levar sempre a uma democracia definida pelos valores ocidentais, senão que a cada civilização forma um regime especial, mas sempre com a característica da institucionalização do poder. Este é o modelo da Teoria Cíclica de HUNTINGTON, que sustenta que os sistemas políticos seguem processos cíclicos de modernização e deterioro, crise, violência, desarticulação.

A análise dos **teóricos da dependência** questiona o conceito de modernização. Afirmam que a modernização responde a uma focagem ideológica, pois o desenvolvimento social e político respondem ao processo que se dá na realidade, o do desenvolvimento do capital a escala global. O capital, e sua expansão, tratam de legitimar-se através de conceitos como o de modernização.

Esta é uma proposta mais económica, e sua expressão politológica se realiza através da denúncia da estrutura imperialista de dominação. Dois de seus máximos representantes são CELSO FURTADO e ANDRÉ GUNTHER FRANK. Os teóricos da dependência estão em relacionamento com a Teoria do Pensamento Único através do questionamento que realizam do processo de modernização global como uma legitimação ideológica para esconder a dominação.

A **modernização nos países desenvolvidos** realiza-se através de três grandes processos: Construção de um tipo de legitimidade especial, legal racional, apoiada na soberania nacional, Desenvolvimento da participação no sistema político e, Desenvolvimento da cidadania social

Construção de um tipo de legitimidade especial, legal racional, apoiada na soberania nacional. A construção deste tipo de legitimidade implica a construção de um Estado, o desenvolvimento da nação (de um princípio comunitário nacional) e a construção de uma legalidade de base racional, que legitima o poder do sistema político. Este processo arranca na renascença e dura até o século XIX (na Europa).

Desenvolvimento da participação no sistema político (finais século XIX a princípios do século XX). Supõe, primeiro, a incorporação das classes médias, seguida da integração do movimento operário. Tudo isto se traduz no desenvolvimento da

Desenvolvimento da cidadania social, cuja questão principal é a distribuição do produto social entre os diferentes grupos. Isso conduz à criação do Estado de Bem-estar a partir da Segunda Guerra Mundial.

Na actualidade surge um debate em torno do estado de Bem-estar, desde três grandes posições ideológicas: A dos neoliberais, que se baseiam em uma proposta conservadora, ancorado no liberalismo clássico. Postulam a não intervenção do Estado; A dos liberais reformistas e a democracia cristã, que se mostra a favor do Estado de Bem-estar. Este é a proposta dominante nas sociedades europeias, sobretudo em Centro da Europa e França e; A da social-democracia, vigente sobretudo nos países nórdicos e Áustria. Estas três propostas respondem de maneira diferente à cada uma das três questões que propõe o desenvolvimento do Estado de Bem-estar nas sociedades actuais:

No âmbito da democracia, **os neoliberais** sustentam que os sistemas democráticos actuais têm que ter certas restrições quanto à determinação das demandas que se lhe formulam ao sistema político, porque há uma sobrecarga de demandas; esta sobrecarga é causada porque os partidos políticos incluem ofertas de qualquer tipo na concorrência eleitoral, para satisfazer aos votantes. Isto é contraproducente para a democracia, porque lhe resta eficácia. **Os reformistas** entendem a democracia em termos de pluralismo e negociação de conflitos. **Os social-democratas** acham que a democracia tem que ter um sentido social e económico, para avançar para a socialização do Estado e permitir que a tomada de decisões se produza em todos os níveis.

No âmbito económico, **os neoliberais** propugnam a mínima intervenção do Estado na economia: primazia do Mercado. **Os reformistas** são keynesianos, pois aceitam que a economia possa estar organizada pelo Estado, e

mediante pactos e acordos sociais. Propõem também a regulação das obstruções com as que se encontra o Mercado, e sua eliminação, na medida em que este é o motor da actividade económica. **Os social-democratas** promovem o maior controlo social do Mercado e a economia, embora as decisões económicas tem que se tomar de acordo com a lei da oferta e a demanda. A política económica deve estar orientada para o controle social dos recursos económicos e para a eliminação das desigualdades económicas.

No âmbito da política social, para **os liberais**, a política social não tem que condicionar nunca o Mercado, para o qual se tem que auto financiar. A demais, as prestações sociais que se ofereçam devem estar fundamentadas em necessidades manifesta dos indivíduos. **Os reformistas** propugnam que o Estado deve garantir um mínimo vital para todos os cidadãos. Para **os social-democratas** a política social é o fundamento do processo de equilíbrio e igualitário e social, e é o aspecto essencial da cidadania social, o que implica que além de assegurar um mínimo vital, tem que possibilitar um bem-estar colectivo a cada vez mais estendido.

A conformação do Estado de Bem-estar, e a centralidade do debate em torno do mesmo, servem para situar às sociedades em um ou outro estágio do processo de modernização. Em Espanha, a discussão dos diferentes aspectos do Estado de Bem-estar situa-se a diário no centro do debate a respeito da modernização de nosso país.

Leituras complementares

K.W.DEUTSCH: O mundo dos países emergentes em *Política e Governo*, Madri: FCE, 1976.

T.SKOCPOL: A explicação das revoluções sociais: outras teorias nos *Estados e as revoluções sociais*, México: FCE, 1984.

Sumário

Nesta lição foram abordados aspectos relacionados com a teoria da dependência, o sistema tradicional e o sistema moderno, as propostas dentro do estudo do desenvolvimento político, a forma como se

processa a modernização nos países desenvolvidos e, a visão dos neoliberais quanto ao bem-estar.

Auto-Avaliação

1. Enuncie a teoria da dependência.
2. Há dois sistemas diferentes a destacar o sistema tradicional e o sistema moderno. Distingue-os.
3. Existem duas propostas dentro do estudo do desenvolvimento político a destacar a da ocidentalização e a da institucionalização. Caracterize-os.
4. Como se realiza a modernização nos países desenvolvidos.
 - A. Construção de um tipo de legitimidade especial, legal racional, apoiada na soberania nacional, Desenvolvimento da participação no sistema político e, Desenvolvimento da cidadania social.
 - B. Construção de um tipo de legitimidade especial, legal racional, apoiada na soberania nacional, Desenvolvimento da participação no sistema político.
 - C. Desenvolvimento da participação no sistema político e, Desenvolvimento da cidadania social.
 - D. Construção de um tipo de legitimidade especial, Desenvolvimento da participação no sistema político e, Desenvolvimento da cidadania social.
5. Apresente a visão dos neoliberais quanto ao bem-estar no âmbito da democracia e economia.
6. Distingue a visão neoliberal da reformista no âmbito da política social.

5.3. Lição 3: Modernização do Terceiro Mundo.

Introdução

O meio no que opera o sistema político é um socioeconómico. Nos países desenvolvidos, a questão central do debate político é a dos limites da intervenção do Estado, que contrapõe os postulados da liberdade de mercado com os da planificação estatal das actividades económicas. Propõe-se, sobretudo, depois da construção dos estados socialistas, que desenvolvem uma planificação central dos processos produtivos e dos relacionamentos económicos. Para isso requeriam uma organização política centralizada e ditatorial, que ao mesmo tempo se convertia em ineficaz, o que levou à crise

Nesta lição, você vai aprender aspectos como os factores que obrigam os países do terceiro mundo a se modernizar, como se expressa a modernização nos países do terceiro mundo, as características a ser desenvolvidas no processo de criação de um estado de bem-estar, características da elite tradicional, liberal, autoritária e radical, as características da institucionalização das instituições políticas, a ocorrência da desinstitucionalização, a causa da deterioração e crise dos sistemas políticos da actualidade, a origem de uma revolução segundo os marxistas e funcionalistas.

Ao completar esta lição, você deve:



Objectivos específicos

- ❖ Analisar os factores que obrigam os países do terceiro mundo a se modernizar
- ❖ Caracterizar a modernização nos países do terceiro mundo
- ❖ Explicar as características da elite tradicional, liberal, autoritária e radical,
- ❖ Identificar as causas da deterioração e crise dos sistemas políticos da actualidade.

5.3. Lição 3: Modernização do Terceiro Mundo.

Karl DEUTSCH afirma que os países do Terceiro Mundo não podem escapar do processo de modernização. Os factores que obrigam a isso são a melhoria da previdência, o crescimento económico e transformações demográficas: incremento das migrações, para os países ocidentais e para as cidades (processos de urbanização); mobilidade ocupacional e abandono do sector primário; melhoria das comunicações e desenvolvimento dos meios de transporte (estradas e ferrovias, principalmente); desenvolvimento dos meios de comunicação (rádio e cinema); literacia. Tudo isso produz mudanças no raciocínio lógico e a forma de conceber o mundo dos indivíduos, e a assimilação da cultura ocidental (mudanças nas atitudes e hábitos).

No ocidente, a modernização política expressou-se na construção do Estado-nação, no desenvolvimento de uma legitimidade democrática e de uma cultura de bem-estar. Nos países menos desenvolvidos, estes três processos dão-se ao mesmo tempo, não como na Europa. Para eles é fundamental a construção do Estado-nação, para institucionalizar o poder, que gera uma autoridade coactiva que promove a ordem política. O Estado serve ademais para destruir as instituições tradicionais, criando umas novas orientadas à mudança social. O Estado assim configurado é um poder autónomo político, não determinado nem reduzido pela acção de um grupo social concreto; é uma estrutura de poder, de poder legítimo. Nele se localizam os recursos económicos e culturais, utilizados por uma burocracia profissional. Seu poder é aceite pelos grupos sociais e as entidades internacionais.

As características que o processo de criação do Estado-nação tem que desenvolver aqui, são a centralização do poder, para exercer sobre a sociedade *territorial*; o lucro de autonomia em frente a grupos sociais e entidades estrangeiras e; por em marcha programas de criação de uma infra-estrutura económica, e de programas de serviços públicos. Assim, o Estado conseguirá converter na instância que articule o interesse social, reforce a solidariedade social e o espírito comunitário e nacional; isto é o que se espera do processo.

Os grupos operantes na modernização do terceiro mundo são a **elite tradicional** cuja autoridade procede de seu status histórico e da propriedade da terra que detêm. Esta elite se autoperpetua e reproduz em um círculo pequeno. Seus valores são os tradicionais, contrários à mudança. **A elite liberal**, favorável à reforma, pois apoia a industrialização e a democracia. Propunham um modelo democrático ocidental, o que inclui a elaboração de uma constituição, uma reforma eleitoral, etc. Esta elite está integrada pelas classes médias, e por profissionais. **A elite autoritária** que não pretende reproduzir o sistema ocidental de forma mimética, porque distinguem entre uma democracia formal e uma democracia real que se caracteriza pelo desenvolvimento económico e a igualdade de

oportunidades. A existência de uma oposição e de pluralismo político dificultam o desenvolvimento para a democracia real, pelo que criam um regime de partido único, promovem a unidade nacional, e a criação de uma elite educada, informada, responsável que dirija os progressos jurídicos e económicos. Quando se considere que se atingiu um grau suficiente de progresso, se admitirá o passo à democracia formal. **A elite radical**, que desenvolve uma proposta revolucionária, como forma de conseguir uma mudança drástica e rápida da estrutura económica e social. Organiza-se em um partido político revolucionário, desenhado para a tomada do poder, de forma violenta se necessário. Este partido apoia-se em sectores desfavorecidos, em operários urbanos e em estudantes. Propõem-se a industrialização rápida do país, mediante a disciplina das massas; outras características são o controlo social e a mobilização das massas. Este é o modelo totalitário. Na luta contra a metrópole, costuma haver dois grupos predominantes na oposição, um dos quais se acaba impondo: o autoritário e o totalitário.

Segundo S.P.HUNTINGTON, a modernização não tem porquê supor a ocidentalização dos países do Terceiro Mundo. O desenvolvimento destes países deveria ser expressado em uma progressiva institucionalização do poder.

Uma instituição social é um comportamento estável, recorrente e aceite (por exemplo, a família, a propriedade, etc.). As instituições políticas são organizações e procedimentos que adquirem estabilidade com o passar do tempo: são aceites e legitimados. As leis são instituições políticas nos sistemas políticos ocidentais; nos países não democráticos as instituições políticas são diferentes. Segundo Huntington, a institucionalização implica quatro características:

- Adaptabilidade ao meio no que se encontra inserido o sistema político. Mede-se em termos de velhice: a maior idade do sistema, maior institucionalização, e maiores possibilidades de permanecer. Os sistemas políticos medem sua idade por critérios geracionais e funcionais
- Complexidade: a maior complexidade, maior estabilidade e maior institucionalização, e maiores possibilidades de permanecer. Mede-se em termos de subunidades, nas que se decompõe o sistema. Nas ditaduras, o poder está centralizado em uma só pessoa; nas democracias, existe uma maior complexidade do poder: a primazia dos poderes é cambiante, produz-se uma sucessão na chefia das instituições.
- Autonomia, expressada através da independência e respeito de organizações sociais. As instituições não estão determinadas pelos interesses particulares, se talvez de forma mínima. A incorporação de novos grupos ao sistema não altera o mesmo.

- Coerência (consenso): existência de interesse *geral* na instituição, que tem uma finalidade coletiva.

A ideia oposta à de institucionalização é a desinstitucionalização, deterioração política. A deterioração explica-se através da própria modernização: a mudança social e económica, e nos valores, pode gerar uma desinstitucionalização, expressada em rigidez do sistema político/adaptabilidade, simplicidade/complexidade, subordinação a interesses particulares /autonomia e falta de consenso, de unidade /coerência.

A institucionalização do poder. A corrupção política.

Nos sistemas políticos actuais, a crise e a deterioração têm como base a corrupção, ao deixar de desempenhar as funções de input-output, porque vêm-se condicionadas pelos grupos de interesse. Em muitos países africanos a articulação entre as instituições não está muito desenvolvida e o sistema político não atinge um alto grau de complexidade; as forças políticas não estão consolidadas, não há uma coalizão dominante, há um elevado fraccionalismo e; existe um alto grau de delinquência e corrupção, e os interesses privados primam sobre os colectivos.

A mudança política através da revolução.

A mudança política pode ser realizada através de uma reforma (transição), ou de forma violenta através de uma revolução. Existem duas grandes formulações sobre a revolução a saber: **A marxista**, que assinala como protótipo de revolução à revolução burguesa. A revolução é definida como a mudança que leva a uma nova ordem social e político, pelo que implica um progresso; mas este é um progresso limitado, porque a nova ordem deve ser de novo superado. A revolução configura-se bem como algo necessário e inevitável para a mudança. **A dos funcionalistas e os teóricos da modernização**, que estudam a revolução como uma forma de crise no processo de modernização; um processo de modernização pode provocar revoluções ou não. Os que se adere a esta postura pensam que as melhores transformações são as que se fazem através de reformas. As que têm como base uma revolução produzem o contrário.

ARENDT e SKOCPOL assinalam como características da revolução a novidade, pois a revolução dá origem a uma ordem diferente do anterior; A liberdade, pois produzem uma libertação em relação a uma situação anterior, a um modelo de dominação anterior; A violência, que é inerente à revolução; A historicidade onde supõe que a revolução é algo objectivamente necessário; tem uma dinâmica própria; sua lógica supera à de seus agentes e implicados; toda revolução gera uma democratização, favorece a

participação do povo na vida política, o que serve para desenvolver um espírito comunitário; Os processos revolucionários produzem estruturas de poder fortes, fortemente organizadas.

A ideia de revolução nasce com as revoluções burguesas, que têm como germe à francesa de 1789. A outra revolução assinalada é a russa de 1917, que teve como última continuação a de Nicarágua. Hoje, as revoluções mais importantes são as islâmicas.

A reforma concebe a mudança política em termos similares a como o faz a revolução, trata-se de uma mudança **necessária**. No entanto, a reforma não propõe uma ordem totalmente nova, porque conserva elementos do anterior. Ademais, a reforma política não supõe violência; aceita que a reforma é necessária, mas existe um controle do processo.

O conceito de reforma é o preferido pelos funcionalistas se têm que elaborar um projecto de mudança. E também pelos social-democratas que adoptam, em frente à mudança, uma postura reformista, não violenta.

Leituras complementares

K.W.DEUTSCH: O mundo dos países emergentes em Política e Governo, Madri: FCE, 1976.

T.SKOCPOL: A explicação das revoluções sociais: outras teorias nos Estados e as revoluções sociais, México: FCE, 1984.

Sumário

Depois estudar esta lição, você deve reter aspectos sobre os factores que obrigam os países do terceiro mundo a se modernizar, como se expressa a modernização nos países do terceiro mundo, as características a ser desenvolvidas no processo de criação de um estado de bem-estar, características da elite tradicional, liberal, autoritária e radical, as características da institucionalização das instituições políticas, a ocorrência da desinstitucionalização, a causa da deterioração e crise dos sistemas políticos da actualidade, a origem de uma revolução segundo os marxistas e funcionalistas.

Auto-Avaliação

1. Refira-se aos factores que obrigam os países do terceiro mundo a se modernizar.

2. Mencione as características a ser desenvolvidas no processo de criação de um estado de bem-estar.
3. Caracterize a elite tradicional, liberal, autoritária e radical.
4. Refira-se às características da institucionalização das instituições políticas.
5. Quando é que ocorre a desinstitucionalização?
 - A. Mudança social e económica, e nos valores.
 - B. Mudança ideológica e económica, e nos valores.
 - C. Mudança estrutural, económica, e nos valores.
 - D. Mudança do governo, económica, e nos valores.
6. Qual é a causa da deterioração e crise dos sistemas políticos da actualidade?
 - A. A corrupção e a continuação do desempenho das funções de input-output.
 - B. A corrupção condicionada pelos grupos de interesse.
 - C. A corrupção e ao deixar de desempenhar as funções de input-output, porque vêm-se condicionadas pelos grupos de interesse.
 - D. A intromissão estrangeira e ao deixar de desempenhar as funções de input-output, porque vêm-se condicionadas pelos grupos de interesse.
7. Explica por que é que se considera que uma das características da revolução é a novidade?

5.4. Lição 4: Os sistemas eleitorais: os diferentes modos de escrutínio

Introdução

Um sistema eleitoral refere-se a um conjunto de regras formais através das quais os eleitores expressam as suas preferências numa eleição e cujos votos são convertidos em assentos parlamentares ou cargos executivos. Esta definição não inclui outros elementos que fazem parte de um processo eleitoral tal como o direito ao voto, a apresentação de candidaturas e aspectos organizativos tais como o recenseamento de eleitores, o financiamento de partidos políticos, a igualdade de oportunidades dos partidos políticos nos 'media' ou ainda a supervisão da votação e da contagem dos votos.

Nesta lição, você vai aprender sobre os requisitos dos sistemas eleitorais, mostrou-se que os efeitos práticos de um sistema eleitoral não dependem exclusivamente do sistema em si mas também de outros factores, dos diferentes tipos de escrutínio, suas características, e vantagens.

Ao completar esta lição, você deve:



Objectivos específicos

- ❖ Identificar os sistemas eleitorais.
- ❖ Mencionar os requisitos dos sistemas eleitorais.
- ❖ Caracterizar os sistemas eleitorais.
- ❖ Identificar as vantagens dos sistemas eleitorais.
- ❖ Distinguir os sistemas eleitorais.

5.4. Lição 4: Os sistemas eleitorais: os diferentes modos de escrutínio

Tendo em conta que as eleições devem cumprir o objectivo de delegar o poder político, espera-se que os sistemas eleitorais contribuam para a estruturação do sistema partidário e o processo político de um país.

Os sistemas eleitorais devem preencher os seguintes requisitos:

- Deve garantir uma justa representação dos diferentes grupos sociais, incluindo indivíduos dos diferentes sexos, classes sociais, religiões e grupos étnicos. Uma representação justa irá evitar sentimentos de derrota e marginalização entre alguns grupos, principalmente as minorias que poderiam – caso contrário - conduzir à insatisfação social ou mesmo à violência política. A diversidade cultural e étnica, em África e não só, torna a representação uma função essencial.
- Facilitar as decisões políticas. Por esta razão, ele deve contribuir para a concentração do sistema partidário. Existe uma maior probabilidade de eficiência no sistema político e no governo quando os partidos representados no parlamento não forem muito pequenos e extremamente diferentes.
- A função de “participação” não se refere à participação no sentido de afluência às urnas. Uma eleição deve ser considerada um acto de participação pelo simples facto de haver um recenseamento e uma votação justa e efectiva. A participação como função de um sistema eleitoral refere-se à oportunidade dos eleitores expressarem as suas preferências em relação a determinados candidatos. Existe a possibilidade de eles votarem no candidato de sua preferência ou lhes serão impostas listas invariáveis de candidatos por parte dos líderes políticos?
- Deve basear-se na simplicidade e transparência. Os eleitores devem perceber como funciona o sistema e o que acontecerá com o seu voto. Isto é particularmente importante para os países em desenvolvimento onde uma larga maioria da população tem um baixo grau de instrução. Além disso, a falta de transparência pode provocar suspeitas de fraude eleitoral. Sistemas eleitorais complexos e sofisticados, concebidos na perfeição em termos

de funções, raramente tornam-se simples e transparentes.

- Gozar de legitimidade, o que significa que ele deve ser aceite por toda a sociedade em geral. A satisfação dos requisitos citados - ou pelo menos dos mais importantes destes - é o que geralmente confere legitimidade a um sistema eleitoral. A contestação ao sistema eleitoral como parte central das regras do jogo político pode provocar graves tensões políticas.

Porém, deve-se afirmar que nenhum sistema eleitoral ajusta-se simultaneamente a todos os parâmetros acima mencionados. Os sistemas eleitorais diferem entre si em termos de vantagens e desvantagens. Como agravante, os efeitos práticos de um sistema eleitoral não dependem exclusivamente do sistema em si mas também de outros factores tais como a influência da estrutura social, das chamadas clivagens, dos conflitos históricos e das diferenças geográficas sobre o comportamento do eleitor. Às vezes, estes factores ambientais ou contextuais podem reverter ou neutralizar os efeitos de certos sistemas eleitorais.

Os modos como se vota ou modos de escrutínio são meios de expressão da soberania dos governados. Os modos de escrutínio são igualmente designados regimes eleitorais ou sistemas eleitorais. São indispensáveis para designar os eleitos, porque as eleições supõem regras que permitem calcular como é que os sufrágios favoráveis aos candidatos determinam aqueles que de entre eles serão eleitos. Esta necessidade prática repousa sobre técnicas precisas e muitas vezes complicadas.

Porém a escolha de um sistema eleitoral não levanta apenas problemas técnicos; trata-se de saber de acordo com que modalidades serão repartidas os lugares no parlamento, tendo em conta os sufrágios exprimidos pelos eleitores. A adopção de um sistema eleitoral é feita em razão de considerações políticas, dado os diferentes modos de escrutínio terem consequências muito diferentes.

Com efeito, diferentes métodos opõem-se este respeito: escrutínio maioritário de uma ou duas voltas; representação proporcional e; regimes mistos.

Até aos últimos anos do século XIX, a questão do modo escrutínio não levantou grandes discussões. O mais difundido era o sistema maioritário de uma volta que funcionava na Grã-Bretanha e nos domínios britânicos, na América Latina, na Suécia e Dinamarca. Exceptuando estes dois últimos países, o resto da Europa continental imitava o regime francês, quer dizer o escrutínio maioritário de duas voltas. Entretanto, entre 1850 e 1900, os técnicos desenvolveram a ideia de um sistema de representação proporcional, adoptado na Bélgica em 1899 e na Suécia em 1908. Este novo modo de escrutínio foi adoptado em toda a Europa continental entre 1914 e 1920. A própria França adoptou igualmente esse sistema em 1945, para o abandonar em 1958.

Não há um sistema eleitoral ideal. Nem sequer é possível afirmar que, em si mesmo, um determinado sistema eleitoral é melhor do que um outro. A escolha de um sistema eleitoral traduz um compromisso válido apenas, e não mais do que isso, para o país e para a conjuntura onde esse compromisso se produziu. É uma escolha política. Não é, apenas, técnica. Não tem um carácter “universal”, nem é “intemporal”. Enquanto escolha política, ela deve considerar um conjunto vasto de elementos porque as escolhas que se fazem são estruturantes do funcionamento do sistema democrático e devem, assumir a forma de um compromisso político interpartidário. Política e tecnicamente nada impede que um sistema eleitoral seja adoptado e aprovado apenas por um partido que disponha de maioria parlamentar suficiente.

Os modelos de lei eleitoral devem ser aprovados por maiorias de dois terços dos deputados. Assegura-se, assim, que a escolha feita tem uma larga base política de apoio e, não menos importante, que não pode ser mudada ao sabor de das conjunturas por uma maioria monopartidária – excepto, claro, o que é difícil, se ela obtiver dois terços dos deputados eleitos.

1. O Sistema maioritário de uma e duas voltas.

O escrutínio maioritário é o mais simples e o mais antigo dos sistemas eleitorais. O escrutínio maioritário de uma volta foi sempre utilizado na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e

outros países anglo-saxónicos. O escrutínio maioritário de duas voltas é tradicional em França. O candidato que obtenha o maior número de votos é eleito, sendo os demais candidatos excluídos.

No escrutínio maioritário de uma volta, o eleito é designado por maioria relativa sobre qualquer outro candidato, mesmo que esta maioria seja inferior á maioria absoluta (metade mais um) dos sufrágios exprimidos. Quer dizer, o candidato que obtêm na única volta, o maior número de votos é eleito, seja qual for o número de votos obtidos pelos demais candidatos e independentemente da percentagem de eleitores que hajam votado nele.

O escrutínio maioritário de duas voltas exige-se a maioria absoluta na primeira volta, enquanto que a maioria relativa basta na segunda. Na prática, os eleitores na segunda volta atingem quase sempre a maioria absoluta, que raramente é atingida na primeira volta. Da mesma forma, os eleitores no escrutínio maioritário de uma volta obtêm quase sempre a maioria absoluta. Este paradoxo aparente resulta da redução do número de candidatos da volta única ou da segunda volta e do facto de os eleitores concentrarem os votos nos candidatos com mais probabilidades de ganharem.

A escolha entre a volta única e as duas voltas depende, na prática, do número de partidos existentes no país. Se há dois grandes partidos a concorrer às eleições, a volta única basta; se há mais de dois partidos com probabilidade de ganharem as eleições a segunda volta é indispensável. A vantagem da segunda volta reside no facto de permitir aos eleitores exprimirem a sua preferência sem votarem inutilmente. Com efeito, é apenas na segunda volta que os partidos se reagrupam, de acordo com as suas tendências políticas, e que o eleitor cujo candidato preferido se retirou da competição verá a sua escolha ditada não tanto pela simpatia que tenha por um dos candidatos, mas pela hostilidade que ele nutre pelos outros. É por isso que é hábito, quando se refere o escrutínio maioritário de duas voltas, dizer-se que na primeira volta escolhe-se, e na segunda elimina-se, ou que na primeira volta se vota “por” e na segunda “contra”.

A existência deste modo de escrutínio leva os partidos com tendências vizinhas a concluírem acordos, com vista aos seus eleitores votarem no mesmo candidato na segunda volta. Vejamos um exemplo: se houver três candidatos A-B-C, sendo os dois primeiros de partidos de “direita” e o candidato C de um partido de “esquerda” e acontecer que na primeira volta o partido A tenha 20% dos votos, o candidato B 25% e o candidato C 30% dos votos, quando se passar á segunda volta, os partidos da “direita” se quiserem ganhar a eleição terão de se unir e orientar os seus eleitores no sentido de votarem no candidato B, que é o que têm mais possibilidades de bater o candidato C. Esta realidade é típica nos países da União Africana no geral e em particular da África do Sul nas eleições locais recentes, onde vários são os partidos que coligam para obter uma vitória num pleito eleitoral. Assim, todos os votos da “direita” na segunda volta, irão para um só candidato, o que provavelmente ganhar as eleições, porque á partida pode contar com 55% dos votos do eleitorado.

O sistema maioritário tem a vantagem de conduzir á formação de governos homogêneos, dado que o partido que ganhe as eleições pode, livremente, formar o governo. Porém o escrutínio maioritário de uma volta, apenas é viável em países onde não existem senão dois grandes partidos com possibilidade de ganhar as eleições. Nos países onde existem vários partidos, este sistema conduziria a resultados extremamente injustos.

O sistema maioritário de duas voltas é um pouco mais justo que o precedente. Como se referiu, para ser eleito na primeira volta é necessário obter a maioria absoluta dos sufrágios exprimidos.

Escrutínio uninominal e escrutínio de lista

O escrutínio pode ser uninominal e de lista. É uninominal quando cada circunscrição eleitoral pode eleger um deputado; é de lista (plurinominal) quando cada circunscrição elege vários candidatos que, geralmente, se agrupam por listas. O primeiro supõe que as circunscrições eleitorais são exíguas; o segundo corresponde as grandes circunscrições eleitorais.

A escolha entre o escrutínio de lista ou sistema uninominal depende sobretudo da escolha entre a representação proporcional e o regime maioritário. Aquele não pode funcionar senão no quadro do sistema de lista.

2. A representação proporcional: mecanismo da representação proporcional

Nos últimos anos do século XIX desenvolveu-se nos países europeus um movimento em favor da representação proporcional como modo de escrutínio para a eleição das assembleias. O objectivo dessa tendência era o de permitir que o parlamento em razão do seu modo de eleição fosse um reflexo mais fiel das correntes de opinião que se manifestavam em cada país, estando estas assim, representadas nas assembleias em proporção do número dos sufrágios que obtivessem.

O princípio de base da representação proporcional consiste em assegurar uma representação das minorias em cada circunscrição eleitoral, na proporção exacta do número de votos obtidos. O sistema funciona da seguinte maneira: cada circunscrição eleitoral sabe, á partida, quantos deputados pode eleger. Em cada circunscrição cada partido apresenta-se às eleições com uma lista que comporta tantos nomes quanto os lugares a preencher (número de deputados a eleger).

Depois da votação começa-se por determinar o quociente eleitoral. Este quociente é o resultado da divisão do número dos sufrágios exprimidos pelo número de lugares a preencher. Assim numa circunscrição onde o número de sufrágio exprimidos tenha sido de 100.000 e que tenha direito a eleger 5 deputados, o quociente será de 20.000. divide-se em seguida o resultado obtido por cada uma das listas por este quociente, e o número resultante dessa divisão determina o número de lugares atribuídos a cada lista. No exemplo precedente, onde o quociente eleitoral é 20.000, se a lista A obtiver 40.000 votos, a lista B 28.000, a lista C 20.000 e a lista D 12.000, a lista A terá 2 lugares ($40.000:20.000=2$), a lista B e C, cada uma 1 lugar, e a lista D não obterá nenhum lugar. Mas como foram apenas atribuídos quatro lugares, fica um por preencher, pertencendo 8.000 votos á lista B e 12.000 á lista D,

que não serão representados. Torna-se, portanto necessário distribuir os chamados restos.

A repartição dos restos

O problema da distribuição dos restos é o mais difícil de resolver de todos os que coloca a representação proporcional. A solução mais simples consiste em agrupar os restos no quadro nacional, isto é, tendo em conta o número de lugares não preenchidos e os votos não representados no plano nacional. Neste caso consegue-se uma representação proporcional integral. O sistema funciona assim: determina-se um novo quociente dividindo o número total dos votos não representados pelo número dos lugares não preenchidos, e procede-se a uma nova repartição de lugares com a ajuda do quociente, como se explicou. Os partidos afectam os lugares que recebem, seja aos candidatos de uma lista nacional que eles terão previamente depositado, seja aos candidatos não eleitos das listas das circunscrições.

Este sistema é o mais justo, mas é difícil de pôr em prática. É por isso que é preferível muitas vezes a repartição dos restos no quadro das circunscrições de origem, que conduz a uma representação proporcional aproximada. A repartição dos restos pode visar então a atribuição dos restos ao partido que ficou com um maior número de restos. Neste caso, os lugares por preencher são atribuídos às listas que totalizem um maior número de votos não representados. No nosso exemplo, o lugar restante será atribuído á lista D, que teve 12.000 votos não representados.

Este sistema é vantajoso para os pequenos partidos; com efeito, considerando-se os resultados definitivos, constata-se que a lista D com 12.000 votos dispõe finalmente de tantos lugares como lista B, com os seus 28.000 votos. A repartição dos votos pode ainda visar atribuição dos lugares por preencher ao partido que obtêm a média mais forte. Este exige grandes cálculos e beneficia os partidos mais fortes.

Um processo mais directo de calcular a repartição dos lugares com base na média mais forte foi

imaginado pelo matemático Hondt e é utilizado nalguns países quer como método de distribuir os restos, quer directamente como método de encontrar os resultados eleitorais, no âmbito da representação proporcional.

O sistema de Hondt consiste em dividir o número de votos obtidos por cada lista sucessivamente por 1,2,3, etc, (de acordo com número de listas), e em classificar os quocientes assim encontrados por ordem decrescente até á concorrência do número de lugares a preencher. O último quociente é designado divisor comum ou número repartidor. Cada lista tem tantos eleitos quantas vezes o número de sufrágios por ela obtidos contenha o divisor comum. Assim no exemplo precedente a divisão do número de votos 1,2,3... dá o quadro seguinte: Como há cinco lugares a preencher, classifica-se por ordem decrescente os cinco números mais fortes do quadro, ou seja: 40.000, 28.000, 20.000, 14.000. Este último número é o divisor comum. Dividindo em seguida o número de votos de cada uma das listas pelo número repartidor, obtêm-se o número de lugares que devem ser atribuídos a cada uma delas. Assim:

$40.000 : 14.000 = 2$ lugares; $28.000 : 14.000 = 2$ lugares;

$20.000 : 14.000 = 1$ lugar; $12.000 : 14.000 = 0$ lugares.

3. Os sistemas mistos

A representação proporcional, preconizada em 1846 pelo teórico socialista Victor Consideram, implantou-se progressivamente na Europa no decurso dos anos 1900 a 1945 (com excepção para os países anglo-saxónicos). Desde então, desenhou-se uma certa reacção, que se traduziu, quer por um regresso ao sistema maioritário (França), quer pela adaptação de regimes mistos, semi-maioritários.

Os dois sistemas mais referidos são o sistema alemão, implantado na República da Alemanha e o sistema de Hare utilizado no Eire, Ulster, Austrália e Austria.

No sistema alemão, cada eleitor vota duas vezes. O primeiro voto serve para eleger, através de escrutínio uninominal de uma só volta, a metade dos deputados. Portanto, através do primeiro voto escolhe-se um candidato individual. Os segundos

boletins permitem eleger outros deputados com base nas listas apresentadas pelos partidos.

Depois destas duas operações, calcula-se proporcionalmente (sistema de Hondt) o número total de lugares que obteve cada partido no conjunto dos membros do parlamento, por aplicação da representação proporcional, acrescentando-se eventualmente lugares para assegurar uma repartição exactamente proporcional.

Este sistema apresenta as seguintes vantagens: evita a despersonalização completa do escrutínio, que é o grande inconveniente dos escrutínios de lista. Os eleitores votam em favor de uma individualidade que não pode pertencer ao partido no qual o eleitor votará no segundo boletim; permite aos partidos fazerem eleger nas listas, os seus militantes ou especialistas que lhes são úteis e que não seriam eleitos directamente pelos eleitores, em face da sua fraca popularidade ou por serem pouco conhecidos.

No sistema de Hare (Austrália e Áustria) vigora o sistema criado em 1857 por Hare e também conhecido por sistema de voto único transferível. Este sistema é muito complicado quanto às regras de contagem. Cada eleitor dispõe de um único voto que ele dá a um candidato no quadro de circunscrições eleitorais com três lugares no mínimo, mas o eleitor indica também várias preferências por ordem decrescente para outros candidatos sendo o seu voto atribuído apenas a um deles. São eleitos os candidatos que assim obtenham um número de voto igual ou superior ao quociente necessário para ser eleito.

Estamos perante o sistema da representação proporcional sem listas, pois cada candidato apresenta-se individualmente.

Sumário

Na lição foram tratados sobre os requisitos dos sistemas eleitorais, mostrou-se que os efeitos práticos de um sistema eleitoral não dependem exclusivamente do sistema em si mas também de outros factores, dos diferentes tipos de escrutínio, suas características, e vantagens.

Auto-Avaliação

1. Mencione os requisitos dos sistemas eleitorais.
2. Como agravante, os efeitos práticos de um sistema eleitoral não dependem exclusivamente do sistema em si mas também de outros factores. Identifique-os.
3. Distingue o escrutínio maioritário de uma volta com o de duas voltas.
4. Refira-se a vantagem do escrutínio maioritário.
5. Diferencie o escrutínio maioritário com o de lista.
6. Caracterize a representação proporcional.

5.5. Lição 5: Eleição e representação: a democracia directa

Introdução

Todos sabemos que em democracia, os governantes são designados pelo conjunto dos governantes. De entre os diversos candidatos, os cidadãos escolhem os seus governantes – é eleição. A eleição decorre dos próprios princípios democráticos: uma vez que todos os homens são igualmente livres, não existe qualquer razão para que alguns se arroguem do direito de orientar, conduzir e governar os restantes.

Ao completar esta lição, você deve:



**Objectivos
específicos**

- ❖ Explicar a necessidade da delegação de poderes.

5.5. Lição 5: Eleição e representação: a democracia directa

O processo de formação do poder assenta, portanto, mas eleições livres que devem realizar-se em intervalos regulares e através dos quais a colectividade permite que alguns indivíduos a represente. Esta necessidade de delegação de poder justifica-se, logicamente, pelos factos ser difícil, se não impossível o exercício de poder por toda a colectividade como acontecia nas democracias antigas. Efectivamente, as democracias antigas constituíram-se em democracias directas, uma vez que, o poder político era exercido em assembleia-geral de cidadãos. Nestas assembleias, onde tinham assento todos os cidadãos, faziam-se as leis, tomavam-se as decisões e atribuíam-se os diversos cargos.

Naturalmente, a democracia directa só é viável em pequenas comunidades, como acontecia nas cidades – estado gregas. Actualmente, deparamos com este tipo de sistema em certos cantões suíços onde, anualmente, se reúne a assembleia dos cidadãos para tomar resoluções de carácter local.

Na generalidade dos estados democráticos actuais, o sistema de democracia directa é materialmente impossível, assistindo-se à eleição dos governantes que representam, para todos os efeitos, a vontade dos cidadãos. É a democracia representativa.

A democracia representativa.

Na democracia representativa o poder é exercido pelo conjunto de indivíduos que a Nação escolheu, através das eleições. Assim sendo, tendo eleito os representantes, a colectividade delega neles a sua autoridade soberana. Como seria de esperar, aqueles que recebem da colectividade a capacidade de executar o poder político deverão representá-la em todas situações e, perante ela, ser responsáveis. Estes factos exigem que nos regimes de democracia representativa o povo não só possa nomear periodicamente os seus representantes como deva dispor dos meios necessários ao cumprimento da sua vontade soberana. Estes meios são variados e encontram-se, na maior parte dos casos, consagrados constitucionalmente. De entre as modalidades que a democracia representativa apresenta são de

destacar: a democracia popular; a democracia parlamentar; a democracia presidencialista.

1. A democracia popular.

As democracias populares caracterizam-se pelo princípio da separação dos poderes ser rejeitado. Nestes regimes, todos os poderes soberanos se concentram numa assembleia representativa dos cidadãos. A existência de um único centro de poder só é possível pelo facto de os cidadãos nele terem delegado toda a sua soberania.

Nas democracias populares, o poder político só pode ser exercido através da assembleia. O exercício deste poder é desempenhado por comissões eleitas pela assembleia que, perante ela, respondem. Assim sendo, os órgãos que detêm o poder executivo não passam de meros executantes das instruções directas da assembleia, não detendo competências e soberania próprias.

Nas democracias populares não existe na maior parte das vezes, chefe de estado, singular. As funções correspondentes ao chefe do estado são desempenhadas por um órgão eleito pela assembleia que também desempenha as funções legislativas quando a assembleia não se encontra em funções. Este órgão colegial, por conselho de Estado ou Praesidium, elege o seu presidente, a quem caberá, posteriormente, dirigir os trabalhos.

2. A democracia parlamentar

Na democracia parlamentar, o princípio da separação dos poderes é aceite: o poder Legislativo compete as assembleias eleitas pelos cidadãos, o parlamento; o poder Executivo é exercido pelo governo e o poder Judicial pertence a juízes independentes e imparciais.

Neste regime, o governo é formado a partir das indicações do parlamento e é responsável, politicamente perante ele. Na verdade, muito embora o órgão executivo possua competências próprias, a actuação carece da confiança parlamentar. Se tal confiança lhe for retirada, deverá o executivo demitir-se. Esta situação não favorece,

logicamente a estabilidade governamental. De facto, tal estabilidade depende, em última análise do número de lugares que no parlamento obteve o partido a que cabe a iniciativa de formar governo. Se esse partido não obteve a maioria absoluta, o executivo assenta em acordos partidários cujo fracasso lhe retira o necessário apoio.

Com o objectivo de tornar mais equilibrados os poderes legislativo e executivo e de motivar a sua colaboração, o governo pode, em certos casos, e em conformidade com determinadas condições, dissolver o parlamento e convocar novas eleições parlamentares. Do novo parlamento irá surgir um novo governo.

Nas democracias parlamentares existe um Chefe de Estado escolhido por um colégio eleitoral, geralmente irresponsável, isto é, que não responde perante o parlamento. Assim, não é de estranhar que as competências próprias do Chefe do Estado sejam muito limitadas e assim, dependentes da aprovação de um ministro que responde, perante o parlamento, pelos seus actos.

3. A democracia presidencialista

Na democracia presidencialista, o princípio da separação dos poderes é absolutamente aceite e a independência dos poderes executivo e legislativo é absoluta, embora o executivo se realize no quadro jurídico formulado pelo parlamento.

O chefe Executivo é o Chefe de Estado que representa a Nação, visto que é eleito por sufrágio universal. Em consequência, o parlamento não pode demitir o Chefe de Estado nem originar a demissão do executivo já que o Chefe de Estado é, também, o Chefe do Executivo. Deste facto resulta que os membros do governo só são responsáveis perante o chefe do executivo que os pode nomear e demitir livremente.

O Chefe de Estado não tem poderes para dissolver o parlamento pelo que, nos regimes presidencialistas, os órgãos executivos e os órgãos legislativos tem de coexistir até ao fim dos respectivos mandatos.

Os países da União Africana são de facto marcados pela democracia presidencialista onde os respectivos chefes de estado e executivo são eleitos por um sufrágio universal e posterior nomeação do governo. Este, como é formado pela confiança política, geralmente não é um executivo tecnocrata, mas sim de membros que comungam a mesma ideologia partidária.

Regimes presidenciais

O regime presidencial assenta, ideologicamente, na teoria da divisão de poderes preconizada por Montesquieu, onde os órgãos de soberania deverão ser completamente independentes uns dos outros cabendo a cada um, todavia, para além da realização das suas funções, a fiscalização da actividade dos restantes.

Este regime foi o adoptado pela constituição Americana de 1787 e caracteriza-se por o executivo ser encabeçado por um presidente da Republica que é, simultaneamente, o Chefe de estado e o Chefe do Governo.

O presidente da Republica detém poderes efectivos, consagrados constitucionalmente, que exerce com renome independência. Para o exercício de cargo em que se encontra investido, o chefe de estado socorre-se de uma equipa governamental. Os membros da equipa executiva (os homens do presidente), não têm autoridade política própria, constituindo-se em seus conselheiros e colaboradores. Deste tipo de relações – Chefe do governo/ conselheiros – decorre que o executivo não funciona como um órgão colectivo. As decisões são sempre tomadas pelo presidente.

O presidente da república e o parlamento serem totalmente independentes. Esta independência decorre de facto de que os dois órgãos de soberania serem eleitos por sufrágio universal. Desta situação resulta, por um lado, não poder o parlamento conduzir à demissão do executivo e, não poder o chefe do governo dissolver o parlamento.

Este tipo de separação rígida de poderes confere ao executivo uma enorme estabilidade, mesmo que o sistema de partidos que apoia o presidente não possua a maioria parlamentar. A separação dos poderes permite a estabilidade do executivo, ainda que o parlamento, de maioritária, discorde da sua actuação.

Apesar deste regime de separação dos poderes, existem relação institucional entre o presidente e o parlamento, no sentido exposto por Montesquieu. Assim, nos países da União Africana:

- O presidente da república pode vetar as decisões do parlamento. Esse veto suspensivo só é ultrapassado se a decisão vetada for aprovada, em nova votação por uma maioria de dois terços dos membros de cada uma das bancadas; Cabe ao parlamento aprovar o orçamento do executivo;
- Ratificar tratados internacionais; investigar, através de comissões de inquérito, a actuação governamental; elaborar o quadro jurídico que enquadra a actuação do executivo; etc. Desta forma se limita o poder presidencial o que explica as dificuldades que o presidente “pode” encontrar em fazer votar os seus projectos legislativos e financeiros.

A aplicação dos princípios presidências tem originado regimes bem diferentes do regime presidencial, pois a transposição das instituições americanas para países Arcaicos, técnica e economicamente dependentes, onde a agricultura é ainda a actividade económica predominante, tem conduzido a regimes onde os poderes do parlamento são fortemente enfraquecidos. Estes regimes, que conhecem uma hipertrofia dos poderes do presidente são chamados de presidencialistas. Esta realidade é marcadamente de muitos países, se não todos da União Africana onde os chefes de executivos apesar da existência do parlamento, cujo presidente geralmente é do partido maioritário, podem fazer passar os projectos que interessam ao presidente da República e não dos interesses na Nação.

5.6. Lição 6: Efeitos teóricos e práticos dos sistemas eleitorais

I. Sistemas proporcionais

Os sistemas de Representação Proporcional garantem, de uma forma geral, uma representação justa.

1. Representação proporcional pura

Um sistema de Representação proporcional pura em princípio reflecte com a maior exactidão possível a relação das forças políticas. Daí a utilização de elementos técnicos específicos: o único círculo é a nação inteira. Os assentos são atribuídos de acordo com uma fórmula eleitoral específica que pode variar de país para país. Porém, a aplicação de diferentes fórmulas num país com um círculo eleitoral nacional não produz diferenças consideráveis. Além disso, a chamada barreira à representação normalmente não se aplica no âmbito de um sistema de representação pura.

Os sistemas de Representação proporcional pura raramente são utilizados no continente Africano. A excepção vem da Namíbia (que a utiliza desde 1989), a Libéria (desde 1997) e a África do Sul (desde 1994). Em teoria, a Representação proporcional pura deve provocar uma maior fragmentação aos sistemas partidários. Como exemplo disso temos a Alemanha pré-nazi e Israel actual.

Estranhamente, em todos os países africanos com o sistema de Representação proporcional pura que tomamos como exemplo, apesar da proporção entre votos e mandatos ser quase perfeita, a situação é dominada por um único partido: o ANC na África do Sul, a SWAPO na Namíbia e a NPP de Charles Taylor na Libéria. Esta situação explica-se pelo facto do comportamento de voto ser fortemente influenciado por conflitos históricos. Tanto na Namíbia como na África do Sul, a SWAPO e o ANC, respectivamente, gozam de um enorme prestígio devido a sua luta anti apartheid.

Alguns partidos da oposição nesses países, por seu turno, são conhecidos pelo seu passado complacente ou de colaboração com o antigo regime racista de Pretória. Para além disso, a questão étnica pode ter uma certa influência.

Porém, para além da alta fragmentação, existem desvantagens nos sistemas de Representação proporcional pura tal como a frequente utilização de listas bloqueadas, retirando assim a possibilidade dos eleitores votarem noutros candidatos,

sendo obrigados a aceitar as listas apresentadas pelos líderes partidários. Além disso, torna-se difícil neste sistema exigir prestação de contas aos deputados, visto não estarem ligados a nenhum círculo eleitoral específico, o que, por sua vez, torna os líderes políticos poderosos já que os deputados dependem deles para permanecerem nas listas.

Na Namíbia, têm-se feito sentir fortes críticas em relação a esta situação, principalmente por parte de apoiantes da oposição que temem que uma SWAPO e um presidente da República muito fortes não sejam bons para a democracia. Geralmente, o sistema de maioria nos círculos de assento único é tido como superior a este respeito, devido ao facto dos eleitores de um círculo poderem identificar o seu candidato e escolhê-lo e puni-lo ou recompensá-lo nas eleições seguintes, dependendo do seu desempenho.

2. Representação proporcional em círculos médios e grandes

A representação proporcional em círculos médios e grandes de vários assentos difere da representação proporcional pura: Na primeira não existe apenas um círculo de âmbito nacional mas vários, sendo que o efeito proporcional ou de maioria aí alcançado depende da sua magnitude, isto é, do número de assentos (e não da dimensão geográfica ou demográfica).

Entre cinco e nove assentos, fala-se em círculos médios. Dez ou mais assentos referem-se já à círculos grandes. Quanto maior for o número de assentos num círculo, mais proporcional será o resultado final.

Estes tipos de círculos (médio e grande) são utilizados em alguns países africanos como Angola, o Níger e Moçambique. Teoricamente, espera-se que ocorra uma fragmentação menor aos sistemas partidários neste sistema em relação ao de Representação proporcional pura. Mas a realidade é diferente. No Níger, principalmente em 1993 e 1995, este tipo de círculo contribuiu para a fragmentação partidária. Com o surgimento de frágeis coligações, o primeiro-ministro e o presidente da República daquele país envolveram-se numa disputa que terminou num impasse institucional. No início de 1996, teve lugar um golpe de estado e a democracia veio abaixo.

Em Moçambique, porém, não houve fragmentação. É verdade que foi estabelecida a barreira legal de 5%

aos votos mas os dois principais partidos arrecadaram mais de 80% do total dos votos. Aqui a explicação reside novamente em factores históricos. Os conflitos históricos são a chave para o entendimento do impacto das eleições de 1992 em Angola. Neste caso, foi utilizado um sistema que pode ser considerado como de representação proporcional com círculos médios ou grandes. Dos 220 deputados ao parlamento, 130 foram eleitos pelo círculo nacional enquanto que os restantes 90 foram eleitos em 18 círculos provinciais de cinco membros cada. Apesar de ter havido um ligeiro efeito desproporcional a favor do MPLA, este sistema é sem dúvida, um sistema proporcional. Tal como em Moçambique, o comportamento de voto foi fortemente influenciado por factores históricos e regionais. Como consequência, não surgiu um sistema partidário fragmentado, mas um com características de concentração: o MPLA obteve mais do que 50% do total dos votos, tendo a UNITA arrecadado mais de 30%.

Deve-se atribuir culpas ao sistema eleitoral utilizado pelo reacender da violência a partir de 1993? Em primeiro lugar, deve-se ter em conta que a UNITA retirou-se do processo eleitoral após a realização da primeira volta das eleições presidenciais, e não por causa das legislativas, de que trata a nossa discussão. Em segundo lugar, nenhum sistema eleitoral pode evitar completamente que as pessoas derrotadas numa eleição se sintam infelizes devido aos resultados das eleições.

Vantagens teóricas dos sistemas eleitorais

Sistemas de maioria	Sistemas de representação proporcional
Evitam a fragmentação partidária	Promovem a representação de todas as opiniões e interesses de acordo com a sua força na sociedade
Promovem a concentração do sistema partidário com vista a um sistema bipartidário	Evitam a criação de maiorias artificiais que não reflectam a relação de forças na sociedade sendo antes consequência de efeitos de desproporção no sistema eleitoral
Promovem a estabilidade governamental	Promovem maiorias negociadas no governo através de compromissos entre diferentes grupos sociais.
Evitam o extremismo político; os partidos têm de orientar-se em direcção aos círculos moderados da sociedade	Evitam mudanças políticas extremas como resultado de distorções institucionais que não reflectem as mudanças reais.
Promovem mudanças políticas. Pequenas mudanças na votação	Promovem a representação de forças emergentes no parlamento

podem provocar grandes mudanças na distribuição de assentos	
Permitem ao eleitor decidir sobre o governo em vez de se negociar coligações	Evitam sistemas políticos dominados por um ou poucos partidos
Promovem a prestação de contas directa do deputado ao seu eleitorado	

II. Sistemas de maioria

Círculos pequenos de vários assentos com representação proporcional

O efeito proporcional do sistema de representação proporcional é considerado bastante mais fraco quando aplicado em círculos relativamente pequenos. Um sistema que combine uma fórmula proporcional como princípio de decisão com um círculo pequeno terá efeitos desproporcionais relativamente fortes, podendo por esta razão ser incluído no grupo de sistemas de maioria.

Em África, este sistema foi utilizado por exemplo no Benin (desde 1995), no Burundi (em 1993) e em Cabo Verde (desde 1991). Os correspondentes sistemas partidários, porém, variam consideravelmente: No Benin, o sistema foi abandonado após a realização das eleições de 1991 com a adopção de um sistema mais proporcional. Entre 1995 e 1999, o novo sistema não conseguiu reduzir a enorme fragmentação do sistema partidário causada por uma votação de cariz étnico e regional e por factores pessoais.

Em Cabo Verde, aplicou-se um sistema similar a partir de 1991. Aqui, os resultados foram completamente diferentes, conduzindo a uma situação similar à de um sistema bipartidário: em 1991 e 1996, o MPD conseguiu maiorias confortáveis derrotando o PAICV, o antigo partido único, que ganhava cerca de 30% dos votos. Em 2001 o PAICV sucedeu em substituir o MPD como partido de maioria absoluta na Assembleia Nacional do país.

No Burundi, em 1993, este tipo de sistema com uma barreira à representação resultou numa esmagadora maioria por parte da FRODEBU. Os 73% dos votos obtidos por este partido foram convertidos em 80% dos assentos parlamentares. Apenas alguns meses após a vitória da FRODEBU, o governo recém-eleito foi derrubado por um golpe de estado militar motivado por razões étnicas

que por sua vez provocou um intenso

banho de sangue. Não seria justo, na minha forma de ver, relacionar o sistema eleitoral utilizado com o início da guerra civil. Enquanto as questões étnicas desempenharem um papel predominante no Burundi, com a agravante de cerca de 80% da população ser da etnia Hutu, o grupo que se identifica com a FRODEBU, qualquer sistema eleitoral tornará as eleições num triunfo dos Hutu.

2. Sistema de maioria simples em círculos de assento único

Existe um sistema de maioria muito simples denominado sistema de maioria de assento único que consiste em dividir o país num determinado número de círculos, havendo em cada um deles um determinado número de candidaturas para um mandato único.

O candidato que obtiver o maior número de votos em cada círculo eleitoral vence, não sendo obrigatória a maioria de 50% dos votos. O parlamento será assim formado pelos vencedores de cada círculo. Em África, a maioria das antigas colónias britânicas adoptaram este sistema.

Teoricamente, este sistema tende a provocar uma concentração do sistema partidário ou a evitar a sua fragmentação, favorecendo a estabilidade governamental. Pode-se dizer que existem algumas bases empíricas que sustentam essas ideias: no Botswana, por exemplo, o BDP, o partido no poder, conseguiu, desde a independência, assegurar uma larga maioria no parlamento que ultrapassa significativamente o número de votos obtidos. Por outro lado, essas maiorias tornam-se por vezes exageradamente grandes, o que pode provocar frustração por parte dos partidos da oposição. Este é o caso do Botswana, onde existe uma grande insatisfação em relação ao sistema eleitoral, principalmente entre os partidos da oposição.

Assim sendo, o sistema eleitoral goza apenas de uma legitimidade reduzida na sociedade. Um outro exemplo concreto é o caso do Lesoto, onde em 1993 e 1998, o BNP, apesar de ser o maior partido da oposição com mais de 22% dos votos, obteve nada mais do que um assento no parlamento. Embora não existam provas de que o sistema de maioria em vigor tenha exercido alguma influência nos distúrbios políticos ocorridos a partir de 1993, pode-se dizer com toda a certeza que o mesmo não contribuiu para a estabilidade política. Assim, conseguiu-se recentemente uma reforma eleitoral, tendo sido

introduzido um sistema eleitora fragmentado.

Por vezes, o sistema de maioria não provoca a concentração partidária. Quando o apoio de um partido político tem origens regionais, ele facilmente obtém assentos parlamentares. No caso de haver um grande número de partidos de natureza regional, haverá naturalmente um grande número de partidos representados. Por exemplo, em 1986 no Sudão, 11 partidos obtiveram assentos na Assembleia Constitucional apesar da utilização de um sistema de maioria.

A votação regional é capaz de neutralizar outra vantagem teórica dos sistemas de maioria: os que advogam este sistema esperam alcançar um nível baixo de polarização política visto que os partidos tendem a aliar-se aos sectores moderados da sociedade a fim de garantir o maior apoio possível. Este não foi o caso da Nigéria. Nas eleições realizadas após a independência, notabilizaram-se três partidos de natureza étnica e polarizada, cujo descontentamento contribuiu para um golpe militar em 1966 que marcou o prenúncio do que viria a acontecer: a guerra de secessão do Biafra (1967-70).

3. Sistema de maioria absoluta

O sistema de maioria absoluta em círculo de assento único parece-se com o sistema de maioria simples em vários aspectos mas requer uma maioria absoluta dos votos, isto é, mais do que 50% do total dos votos. No caso de nenhum candidato o conseguir, haverá uma segunda volta (duas semanas depois, por exemplo), na qual concorrem geralmente os dois candidatos mais votados. Na Europa, este sistema é utilizado em França e, não causa surpresa o facto de várias ex-colónias francesas utilizarem este sistema que por vezes é combinado com o sistema de círculos de vários assentos. Mais uma vez, os efeitos deste sistema recordam-nos o sistema de maioria simples, apesar de serem menos intensos. Tende a produzir um sistema multipartidário com um número limitado de partidos.

III. Sistemas combinados

Estes sistemas podem ser incorporados ora nos sistemas de maioria ora nos de representação proporcional.

1. Sistemas fragmentados ou paralelos

Neste tipo de sistema existem dois grupos de deputados que são escolhidos de forma diferente: enquanto que um grupo é eleito por maioria, o outro o é por representação proporcional. O parlamento é então formado por ambos os grupos. Os efeitos de desproporção aqui dependem da relação numérica entre ambos os grupos. Quanto maior for o grupo maioritário (em termos de assentos), maior será o efeito de maioria. Em África, este sistema é utilizado na Guiné Equatorial, uma ex-colónia francesa. Devido ao facto de que as eleições ali não podem ser consideradas realmente livres e justas.

2. Sistema misto (Representação proporcional personalizada)

Neste sistema, a atribuição de assentos é efectuada através de representação proporcional, num círculo de âmbito nacional. No entanto, os eleitores igualmente votam para um candidato de um círculo local, sendo o número destes círculos consideravelmente menor do que o número total de assentos (por exemplo metade).

A diferença entre os assentos de um partido, atribuídos por representação proporcional, e os deputados eleitos em círculos de assento único é preenchido por candidatos de listas partidárias. O importante a reter é que apesar da atribuição de assentos ser proporcional, assegura-se um certo grau de responsabilização a uma parte considerável dos deputados devido à sua eleição directa a partir dos círculos locais.

Este sistema é utilizado na República Federal da Alemanha onde é ainda aplicada a barreira legal de 5%. O objectivo deste sistema é o de satisfazer as funções de representação, concentração e participação.

IV. Sistemas eleitorais presidenciais

As eleições presidenciais são um capítulo negligenciado no campo dos estudos eleitorais. Embora seja possível que duas ou mais individualidades ocupem o cargo de presidente da República simultânea ou consecutivamente durante o mesmo mandato, a realidade é bem mais simples: só pode haver um chefe do executivo. Consequentemente, os sistemas para as eleições presidenciais são sistemas de maioria. Geralmente, o candidato necessita de uma maioria absoluta, caso contrário, realiza-se uma segunda volta. Por vezes, é apenas necessária uma maioria simples ou ainda o próprio parlamento

elege um dos candidatos de maior sucesso na primeira volta.

Nas eleições presidenciais, as críticas abatem-se frequentemente sobre o efeito “o vencedor leva tudo”, em que a parte derrotada sente-se traída, podendo recorrer à violência. Na verdade, isto foi exactamente o que aconteceu em Angola, em 1992, como bem sabem e tem vindo a acontecer em Moçambique, mas não em forma de violência, mas sim reclamações de eleições fraudulentas e negociações para a governação das províncias onde a oposição venceu as eleições. Alguns estudiosos preferem, por esta razão, adoptar um outro sistema político no qual a direcção do executivo não é eleita pelo povo, mas pelo parlamento. Este sistema denomina-se, por isso mesmo, Parlamentarismo.

Mas existirão outros tipos de sistemas eleitorais presidenciais em que não se faz sentir com tanta intensidade o efeito “o vencedor leva tudo”? Foi utilizada uma variante desse sistema Nigéria, em que o candidato presidencial vencedor deverá não apenas assegurar uma maioria absoluta a nível nacional, mas também pelo menos 25% dos votos em 2/3 dos estados federados de modo a garantir que a sua eleição obtenha apoio, não apenas em uma ou duas regiões do país, mas de âmbito nacional. Vê-se claramente que se realizou aqui um esforço para apaziguar questões étnicas e regionais através de um método eleitoral engenhoso.

CHAVE DE CORRECÇÃO DA AUTO AVALIAÇÃO

Lição 1: Sistema político

1. O que é sistema político?

B. Interações existentes em todas as sociedades independentes que desempenhe as funções de integração e adaptação através do recurso ou da ameaça de recurso a um constrangimento físico mais ou menos legítimo.

2. Mencione as propriedades que caracterizam as interações do sistema político.

A. O campo de aplicação; a interdependência e; a existência de limites.

3. O que significa interdependência e a existência de fronteiras ou limites no sistema político?

A. Que qualquer alteração no subconjunto de interações implica alteração em todos os outros subconjuntos.

4. Identifique as características comuns dos sistemas políticos.

Todos os sistemas políticos incluindo os mais simples têm uma estrutura política.

As mesmas funções são desempenhadas em todos os sistemas políticos, ainda que essas funções possam ser mais ou menos preenchidas de acordo com os sistemas e através dos tipos diferentes de estrutura.

Toda estrutura política, independentemente do seu grau de especialização, em qualquer sociedade, é sempre multifuncional.

Todos os sistemas são, numa perspectiva cultural, sistemas mistos, pois não existem culturas ou estruturas completamente tradicionais nem modernos.

5. Refira-se às funções dos sistemas políticos.

Os sistemas políticos desempenham seguintes funções: a expressão dos interesses, a agregação dos interesses, a comunicação política, a função de recrutamento e socialização.

6. Comente: “os sistemas políticos modernos são multifuncionais”.

Os sistemas políticos modernos são multifuncionais porque as investigações demonstram que os

tribunais não só julgam como também legislam; a administração é uma das fontes mais importantes de legislação e que os corpos legislativos influenciam simultaneamente a administração e o corpo judicial; os grupos de pressão podem encontrar-se na origem de certas leis, intervindo além disso na administração e que os meios de comunicação representam certos interesses e estão por vezes ligados a origem das leis.

7. Qual o impacto do desenvolvimento dos grupos de interesse e das estruturas reguladoras especializadas.

O impacto do desenvolvimento de grupos de interesses especializados é que certas instituições tendam a passar e a ser elaboradas pelos grupos de interesses organizados antes de se traduzirem em actos de expressão de interesses.

O impacto do desenvolvimento das estruturas reguladoras especializadas é a origem do sistema democrático moderno e ao modelo particular de manutenção de fronteiras que caracteriza as relações internas entre os subsistemas do sistema político e as relações entre o sistema político e a sociedade.

Lição 2: O sistemismo de David Easton

1. O que é a política?

D. sistema de comportamento incluído num determinado meio e exposto às influências, mas com possibilidades de lhe responder.

2. Como é que os sistemas políticos sobrevivem às influencias do meio e o que significam os mecanismos de reacção?

A. Os sistemas políticos sobrevivem aos golpes do meio porque tem possibilidade e os meios concretos de respostas às perturbações e a possibilidade de se adaptarem às condições em que se encontram. Por isso, a organização do sistema político dispõe de capacidade de resposta às condições em que funciona.

3. Que dificuldades são encaradas ao utilizar a noção de equilíbrio na análise política.

Ao utilizar a noção de equilíbrio na análise política, encaram-se várias dificuldades conceptuais e empíricas tais como: Acredita-se sempre que os membros do sistema têm como finalidades reencontrar o equilíbrio anterior ou procurar novo sempre que há alteração e perturbação e; Presta-se pouca atenção às vias seguidas para alcançar o estado de equilíbrio anterior ou novo.

4. Que estratégias a tomar para manter equilíbrio de um sistema político?

Para manter o equilíbrio é necessário: Tomar medidas positivas para destruir o equilíbrio anterior e atingir um novo. Acontece quando as autoridades procuram manter-se no poder através da agitação interna ou determinados perigos externos; Suscitar ações positivas, construtivas e inovadoras para resistir às forças de transformação; Isolar-se da influência futura do meio; Transformar as relações e modificar os objetivos e métodos para aumentar as possibilidades de enfrentar os inputs do meio.

5. O que representa a adaptação para os sistemas sociais e políticos?

Para todos os sistemas sociais e políticos, a adaptação representa um ajuste em relação aos acontecimentos, pois compõe de esforços para controlar, modificar ou alterar o meio ou o próprio sistema.

6. Define seguintes conceitos: sistema, sistema político.

Sistema trata-se de um conjunto de variáveis independentemente da relação existente entre eles.

Sistema político é o conjunto das interações através das quais numa sociedade, se realiza a atribuição autoritária dos valores.

7. Identifique a tipologia dos sistemas do meio político e caracterize-os.

Os sistemas do meio político podem ser o meio intra- societal e o meio extra-societal. O meio intra-societal compreende sistemas que não são políticos, mas que pertence à mesma sociedade do sistema político. Por isso, compreendem, ao conjunto de comportamentos, atitudes e de ideias (economia, cultura, estrutura social e as

personalidades). Trata-se de elementos funcionais da sociedade de que o sistema político é componente. O meio extra-societal são sistemas que existem fora da sociedade (internacional). É destes sistemas que partem os focos de tensão para o sistema político.

8. Como é que os sistemas políticos podem durar muito tempo.

Os sistemas políticos podem durar muito tempo se desempenharem com sucesso as seguintes funções: Distribuição de valores na sociedade; Capacidade de levar os seus membros a aceitar a distribuição como autoritária.

9. Explica quando é que pode se considerar que num sistema político há tensão.

Através destas variáveis, pode se saber quando e como as perturbações podem ser fonte de tensão. Há tensão quando é possível rezear que as variáveis essenciais ultrapassem o limiar crítico e, isto acontece quando há alguma coisa no meio que pode ser derrota militar total; crise econômica que desorganiza o sistema político levando as autoridades a tornar se incapazes de tomar decisões ou os membros já não se sente ligados a eles.

10. Mostre através de exemplos que o sistema político reage às tensões políticas.

Quando a tensão política é forte desaparece a persistência por essa sociedade, mas, o desmembramento de um sistema político nunca é completo, pois, apesar da tensão o sistema continua a persistir sob qualquer forma e as autoridades tomam decisões para que alguns problemas da sua existência sejam resolvidos.

Um sistema tem a possibilidade de fazer face às tensões, mas, nem sempre consegue, por isso, um sistema pode cair por não ter sabido tomar as medidas apropriadas para lhes resistir.

11. Como é feita a ligação entre os sistemas políticos com os aspectos de comportamento social?

Os sistemas políticos estão ligados com os aspectos do comportamento social e, essa ligação é acompanhada por um

método que permita descrever a cumplicidade das trocas (inputs-outputs).

12. Descreve o papel dos inputs e outputs.

Os inputs permitem-nos compreender os efeitos da grande diversidade dos acontecimentos e das condições do meio sobre a duração de um sistema político, isto é, servem como variáveis que conduzem e refletem tudo aquilo que no meio se relaciona com as tensões políticas. Desta forma, englobam todos os acontecimentos exteriores que alteram, modificam ou afetam o sistema. As influências mais importantes do meio são os pedidos e apoios. Estes indicam-nos a influência e circunstância do meio modificam e moldam o modo de funcionamento do sistema político. É através dos pedidos e apoios que podemos perceber como as influências do meio atuam sobre o sistema político.

13. Qual é a importância dos inputs ligados aos pedidos e apoios?

Os outputs e retroações permitem-nos compreender as consequências do comportamento dos membros do sistema para o seu meio. Os outputs exercem influência na sociedade a que pertence o sistema e determinam os inputs que procuram penetrar no sistema político. Forma-se neste caso um anel de retroação que nos permite explicar os processos com os quais o sistema procura fazer face às tensões, levando-o a ajustar o seu comportamento futuro. A ação coletiva dos membros de um sistema político é expressa pelas autoridades. Estas, para satisfazer os pedidos precisam ter informações sobre os resultados das vagas de decisões precedentes para não agir às cegas. Por isso, tudo aquilo que atrasa, falseia ou entrava a boa informação das autoridades diminui a capacidade de tomar as medidas necessárias para manter o apoio a um nível suficiente.

14. Qual é a importância dos outputs e retroações?

Os outputs e retroações permitem-nos compreender as consequências do comportamento dos membros do sistema para o seu meio. Os outputs exercem influência na sociedade a que pertence o sistema e determinam os inputs que procuram penetrar no sistema político. Forma-

se neste caso um anel de retroação que nos permite explicar os processos com os quais o sistema procura fazer face às tensões, levando-o a ajustar o seu comportamento futuro. A ação coletiva dos membros de um sistema político é expressa pelas autoridades. Estas, para satisfazer os pedidos precisam ter informações sobre os resultados das vagas de decisões precedentes para não agir às cegas. Por isso, tudo aquilo que atrasa, falseia ou entrava a boa informação das autoridades diminui a capacidade de tomar as medidas necessárias para manter o apoio a um nível suficiente.

15. Quais são os elementos do anel de retroação?

O anel de retroação é constituído pelas seguintes zonas: A elaboração das decisões pelas autoridades; A resposta dos membros da sociedade a essas decisões; A comunicação às autoridades de informações relativas a essa resposta; As medidas tomadas pelas autoridades.

Lição 3 -Os Métodos de análise: a pluralidade dos métodos de análise

1. Contextualize o desenvolvimento do método comparado.

A. O desenvolvimento da concepção de método comparativo se deve, em grande parte, ao trabalho de John Stuart Mill ao propor as regras fundamentais do que deveria ser o raciocínio lógico e científico

2. Refira-se à divisão do método comparado segundo Stuart Mill

C. Um consiste em comparar os diferentes casos em que o fenómeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenómeno não ocorre.

3. Em que consiste o método de concordância?

A. O método da concordância, se uma circunstância pode ser eliminada sem alterar o fenómeno, ela não tem relação causal. Se eliminada altera o fenómeno, tem relação causal. Os casos

devem concordar em um ponto, mas discordar em todos os demais.

4. Em que consiste o método de diferença?

- B.** O método de diferença busca o uso de casos idênticos, salvo em relação ao fenómeno a ser estudado. Neste caso, se comparam um caso onde ele ocorre e um onde não ocorre.

5. Quais as características negativas do estudo tradicional da política comparada.

O que intitulam de estudo tradicional de política comparada possui seis características negativas: configurações descritivas, legalismo formal, paroquialismo, conservadorismo, ênfases não teóricas e insensibilidade metodológica.

6. Como estudar a ciência política.

Para fazer investigação e teorização em ciência política existem três métodos a destacar: a observação participante, o experimental, o estatístico e o comparado.

7. O que distingue os métodos da ciência política.

A diferença destes se dá no tratamento dado a parâmetros e variáveis operativas.

Exemplo: O uso do método experimental consiste em manipular directamente a situação para criar parâmetros e variáveis operativas. O método estatístico busca o mesmo objectivo do método experimental, de transformar condições operativas em parâmetros.

Sua diferença em relação ao método experimental é que o alcançaria através de manipulação conceitual, pelo uso da matemática.

8. Identifique a tipologia do método comparativo.

Existem duas formas do método comparativo: a comparação de casos similares e o método de replicação em diferentes níveis para o estabelecimento de descobertas comparativas

9. Refira-se as vantagens e desvantagens do âmbito da aplicação do método de observação participante.

A vantagem é que o cientista obtém um volume de material que nenhum observador externo poderia esperar ter à sua disposição; o observador participante sabe quais são os materiais que melhor podem

completar a informação de que necessita, onde procurá-los e encontrá-los, a quem pedi-los e quais são os protagonistas que estão em condições de fornecer outras informações úteis através de entrevistas ou de relatos escritos. A desvantagem deste método é o possível envolvimento político e emocional do observador nos fenómenos em estudo.

10. Para que serve o acto de comparar?

Comparar serve para controlar se uma generalização se mantém perante os casos aos quais é aplicada.

Por isso, o método comparativo é um método de controlo que permite aprender e explicar.

11. Que resultados podem esperar ao procurar comparar sincronicamente as orientações dos cidadãos sobre o sistema político na sociedade na modalidade de expressão de exigências.

Desta proposição resultam três proposições sobre a cultura política a destacar: os provincianos que sabem muito pouco ou quase nada; os súbditos que reconhecem o peso do sistema político sobre as suas vidas; os participantes que sabem bastante sobre o sistema político e ao papel que aí podem ter.

As três orientações constituem as três variáveis independentes que desenham as três configurações de cultura política.

UNIDADE II: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DA ÁFRICA

Lição 1: O continente africano: a África e o processo de hominização

1. Comenta a afirmação: A África é o berço da humanidade.

África é o berço da humanidade por que é evidente a sucessão de todas as etapas da evolução da espécie humana; Foi em África onde se descobriu a mais numerosa, a mais completa e a mais contínua série de restos pré-históricos; é em África e somente em África, sobretudo nos planaltos orientais e meridionais que se encontraram todos os elos que nos ligam aos mais longínquos antepassados do homem; É em África que se observa o ritmo mais variado e mais contínuo na evolução dos utensílios e diferiram nos outros

continentes; só em África encontram-se os vestígios de todas as fases da hominização e podem ser reconstituídas as fases que levaram dos primeiros primatas ao homo sapiens.

2. Refira-se aos locais que tornam a África como berço da humanidade.

Os sítios onde foram revelados fosseis números os seguintes: Perto do lago Turkana no Quênia, Olduvai na Tanzânia, Haddar e vale do Homo na Etiópia, Taung, Makapansgat, Sterkfontein, Kromdraai, Swartkrans na África do Sul.

3. Caracterize os homínídeos pré-históricos da África.

O Australopithecus afarensis (pré australopiteco) caracteriza-se por apresentar uma altura reduzida; capacidade craniana pouco elevada (300 a 400 cm); robustez dos membros e bipedia bem assegurada; braços muito compridos; vida em grupo, mas sem habitat organizado; não utilização de utensílios fabricados.

O Australopiteco africanus caracteriza-se por apresentar um cérebro mais volumoso (400 a 500 cm) e melhor irrigado; possui uma dentadura mais forte permitindo mastigar vegetais e despedaçar pequenas presas de animais; não utiliza instrumentos de trabalho.

O Australopitecos boisei também conhecida por Zinjanthropus boisei caracteriza-se por apresentar uma altura de 1.50 a 1.70 m; um peso que ia até 100 kg, uma capacidade craniana entre 500 a 550 cm; uma dentadura que evidencia alimentação vegetariana com base em tubérculos, raízes e bolbos, mas nada indica que tenha utilizado utensílios.

4. Localize no tempo o surgimento do género homo e apresente-o.

O género homo constituiu-se a cerca de 4 milhões de anos e distinguem-se três graus ou taxos: Homo habilis, Homo erectus, Homo sapiens.

5. Que condicionalismos levaram a evolução do género homo?

A evolução do género humano teria sido o resultado das evoluções climáticas e ambientais em

relação com as mutações geológicas, pois as mudanças do regime de precipitação e do clima provocaram uma evolução muito diferenciada da floresta obrigando a novas adaptações em relação ao meio, mas a adaptação num meio cada vez mais seco ou se cobertura vegetal teria levado a uma serie de mutações nos caracteres anatómicos bem como nas capacidades intelectuais.

6. Descreve as teorias sobre a origem do Homem.

O monogenismo defende uma origem humana única e de acordo com a qual as raças se teriam diferenciado progressivamente, a partir de uma fonte comum, sob o efeito do meio natural ou da hereditariedade.

O poligenismo defende uma origem múltipla ou uma criação separada das raças actuais.

7. Caracterize o homo habilis.

Homo habilis caracteriza-se por apresentar uma estatura de 1.10 a 1.30 m, mas com uma capacidade craniana entre 500 e 700 cm³; dentadura a indicar uma alimentação carnívora; fabrico de utensílios em pedra; vida social baseada numa organização em famílias e bandos; construção de campos e de abrigos para se proteger do vento e dos predadores.

8. Descreve os modelos de evolução paleontológica.

O modelo da evolução multiregional (policentrismo) que defende a existência de uma população ancestral comum nascida em África, Homo erectus, tendo emigrado e povoado a Europa e Ásia; formação de contrastes entre centro (África) e periferia (Ásia e Europa) no seio do Homo erectus; estabelecimento precoce de traços regionais, levando esta continuidade regional às raças actuais que teriam evoluído paralelamente.

O modelo do monocentrismo (jardim do Eden) defende a existência de um antepassado comum aparecido em África, Homo erectus; emigração tardia para fora de África de populações que possuíam caracteres anatómicos presentes nas populações actuais; substituição completa do Homo erectus por homens modernos de origem africana.

9. O continente africano se divide em duas grandes regiões ligadas ao respectivo povoamento. Descreve-as.

África islâmica - o clima é desértico e a maioria dos habitantes é de origem árabe e seguidora do islamismo. A agricultura nessa região é desenvolvida nas proximidades do Rio Nilo e na área denominada Magreb. Porém, as principais fontes de receitas são oriundas da produção de petróleo, gás natural, além de vários outros minérios: fosfato, ouro, cobre e turismo.

África Subsariana - tem uma população majoritariamente negra, a África, pluralidade religiosa, conflitos armados desencadeados por diferentes grupos étnicos, grandes reservas de diamante, cromo, platina, ouro (maior produtor mundial), entre outros minérios. Apesar dessa grande riqueza mineral, a África Subsaariana apresenta vários problemas socioeconômicos, vírus HIV, os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) das nações que compõem a África Subsaariana são os piores do planeta, reflexo da baixa expectativa de vida e do PIB *per capita*, além das altas taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil.

Lição 2: O continente africano e a cultura africana

1. Mostre através de exemplos que a África teve uma mobilidade tal como qualquer outro povo desde a antiguidade.

Os povos antigos inclusive os africanos navegavam os mares à procura da rota para as Índias.

Os egípcios construíam navios de grande porte desde o terceiro milénio a.C. Os mouros, basicamente povos africanos islamizados, dominaram a península ibérica durante séculos, ocasionando um verdadeiro iluminismo na Idade Média europeia ao “protagonizar” o avanço dinâmico do conhecimento humano.

2. **Comente: “o desenvolvimento africano que antecede o período da escravidão mercantil, essa perspectiva encoberta um fato incontestável”** porque: Os africanos viveram apenas uma ínfima parte de seu tempo histórico amarrados aos grilhões da escravidão mercantil; Durante milénios, foram agentes activos do

desenvolvimento da civilização humana em todo o mundo; Sobre a ocupação no território do continente africano e o desenvolvimento das milhares de línguas africanas; A lenta transformação do Saara em deserto provocou migrações, as populações se misturavam; O domínio da tecnologia do ferro se integra a esses fluxos, formando um factor de desenvolvimento comum entre os povos do continente.

3. Mencione exemplos de produções africanas ao longo do tempo.

Os povos africanos desenvolveram sistemas de escrita e de altos conhecimentos na astronomia, na matemática, na agricultura, na navegação, na metalurgia, na arquitectura e na engenharia. Na medicina, praticavam desde a cesariana até a autópsia, passando por vários outros tipos de cirurgia, mencionando ainda a vacina contra a varíola e outras doenças. Construíram centros urbanos de conhecimento internacional em Timbuktu e os maiores.

Lição 3: Alguns aspectos da história de África e critica de algumas ideias-chave

1. Identifique as características do continente africano quanto aos recursos económicos.

D. Rica em recursos minerais, enormes extensões de terra fértil propícia a culturas rendosas.

2. Comente: “A África não tem História ou factos dignos de a preencherem antes da chegada dos europeus”.

A afirmação não corresponde a verdade porque os povos africanos têm uma história possivelmente tão longa como a própria humanidade, pois os antepassados do Homem tiveram a sua origem em África, por um lado, por outro, a história africana está repleta de acontecimentos significativos tais como a introdução da agricultura neolítica no Sudoeste da África, a chegada dos indonésios à costa oriental do Continente 1000 a.C., pela formação e expansão dos impérios do Ghana, do Mali, de Kanem e Songhay, até ao início dos contactos dos árabes islamizados com os povos negros.

3. Mencione os aspectos que contribuíram para modificar a fisionomia do continente africano.

Alguns dos factos que mais contribuíram para modificar a fisionomia da África foram a expansão dos banto e a introdução das culturas e plantas indopolinésicas. Os banto deram origem a uma certa homogeneidade na África Central e retirou bastante influência aos povos bochimanes e hotentontes e esbateu a dos povos cushitas. A introdução das culturas indopolinésicas na África e a sua difusão contribuíram muito para a modificação do panorama económico da África no sentido positivo de um maior enriquecimento.

4. As civilizações negras permaneceram fechadas durante toda a sua evolução aos contactos com outros povos. Concorda? Justifica a tua resposta.

Não concordo por que Os contactos das sociedades negras com as civilizações alheias são antigos e não raros: vão desde os estabelecidos com as civilizações egípcia, berbere, fenícia, grega e romana, passando pelas polinésicas, hindus e árabes, até finalmente ao contacto íntimo com as europeias que os portugueses iniciaram.

5. Como se explica a utilização do camelo ao longo do deserto do saara?

A. Pelo progressivo aquecimento do clima e o consequente desaparecimento da água.

6. Comente: “o deserto de saara acabou com a vontade dos homens de realizar o comércio”.

Não é de concordar porque o deserto nunca aniquilou a vontade dos homens de contactar e comerciar, embora dificultasse e reduzisse grandemente a sua efectivação. Esse comércio com o Norte do Continente manteve-se durante muito tempo e, por sua vez, reflectiu-se num comércio interior, razoavelmente intenso, nos impérios de Songhay, Kanem, Mali e Ghana, e sobretudo nas cidades de Gao, Tombuctu, Kano, Uagadugu, Ifé e Benin.

7. Mostre através de exemplos que a África nunca foi um continente isolado.

A África nunca foi um continente isolado, pois quando os portugueses chegaram à costa oriental da África encontraram um vasto império, com mais de 500 anos, embora não se tratasse de uma unidade política organizada; era o império de Zanj (em persa quer dizer preto), cuja capital comercial era Quiloa. O comércio com chineses que, no século X a XV, aportaram às costas de África nos seus juncos. O comércio no Império do Monomotapa era avultado para a época.

8. Mostre através de exemplos que a cultura africana sempre esteve activa e não parada como pretende fazer passar os eurocentristas.

Exemplos: ss panos de algodão tingido, fabricados na costa oriental, exportavam-se para a Ásia, onde eram apreciados.

Os trabalhos em marfim, ouro e bronze de que ainda hoje se conservam espécimes, eram produtos finamente elaborados.

As ruínas do Grande Zimbabwe, Meroé e Nalitali revelam também que a construção teve grandezas passadas e atingiu níveis muito superiores às das simples choças.

A manufactura do ferro era conhecida dos povos negros desde o ano 300 A.C. Quando os portugueses estabeleceram o primeiro contacto com os povos congolezes encontraram a extracção e a manufactura do ferro bastante estendida.

9. Diga qual foi o impacto da presença árabe em África.

O impacto da presença árabe em África foi o início de um intenso proselitismo religioso e domínio das posições chave na vida religiosa, comercial e política; O comércio de escravos negros para a Arábia, Egipto e posteriormente Turquia tomou incremento notável; a islamização de uma boa parte das tribos sudanesas ocidentais, a intensificação do comércio com os árabes do Norte e um aumento da influência cultural destes e; criam-se alguns centros culturais de importância, como Tombuctu, Djene e Gao.

10. Caracterize os países não condicionados pelos elementos externos.

B. Relativa liberdade para se adaptarem ao meio físico que lhes serve de suporte, alcançarem os seus pontos de equilíbrio e evoluíram segundo a sua lógica própria.

Lição 4: O nível do rendimento e a Democracia

1. Explica por que é que a consolidação e durabilidade da governação democrática numa sociedade cujos rendimentos médios são elevados se garante a durabilidade da democracia. A justificação para esta relação encontrar-se na redução de intensidade dos conflitos distributivos quando o nível de rendimento médio, ou a sua taxa de crescimento, são elevados, o que permite que estes conflitos possam ser resolvidos sob o império da lei em vez de o serem sob o da força; no facto de um rendimento médio elevado ser fundamental para a constituição das classes médias vigorosas e, na importância que tem como impulsionador da melhoria dos níveis de educação da população.

2. Como é que os governos democráticos reforçam e legitimam o poder?

Os governos democráticos reforçam e legitimam o poder porque o rendimento, tem servido, sobretudo, aos governos autocráticos para oferecer alguma legitimidade de vontade em iniciar um processo de transição democrática, e em proporcionar às pessoas tanto direitos civis e políticos como direitos económicos, sociais e culturais.

3. Explica por que é que em África neste momento não pode existir uma democracia verdadeira.

Em África não pode haver democracia verdadeira devido as desigualdades na distribuição do rendimento, pois a redução dos conflitos distributivos depende mais do modo como o rendimento está distribuído do que do seu nível médio. Uma forte desigualdade contribui para criar um sentimento de insegurança económica e isso levaria a um desgaste na adesão das pessoas e dos governantes à

democracia, por um lado, por outro, uma desigualdade na distribuição do rendimento, em regra, é acompanhada por uma desigualdade no acesso a outros recursos políticos, como o respeito, o estatuto, a informação, ou o conhecimento, responsável por uma sub-representação política dos grupos sociais mais desfavorecidos.

4. Identifique os obstáculos culturais da democracia.

C. As incidências sobre a democracia das diferenças nacionais, étnicas ou religiosas que caracterizam o território geográfico onde assenta uma Demos particular e; o carácter potencialmente mais autoritário ou mais democrático da cultura política de uma dada sociedade.

5. Comente: “a diversidade étnica contribui para reprimir a democracia”.

A diversidade étnica contribui para reprimir a democracia por que sempre que houver uma forte diversidade étnica, as estruturas políticas tendem a organizar-se em torno de grupos étnicos em lugar de o serem em torno de grupos de interesses. Assim, quando é realizada uma eleição é sobretudo o sentimento de pertença ou o vigor demográfico que é sufragado em detrimento das estratégias desenhadas para incrementar o bem comum. Os simpatizantes de uma cultura particular consideram, frequentemente, as suas exigências como questões de princípio, demasiado cruciais para aceitarem compromissos, enquanto que a resolução de conflitos políticos requer, precisamente, negociação, conciliação e compromisso.

6. Explica por que é que algumas culturas estão mais aptas do que outras para viver a democracia.

Algumas culturas estão mais aptas do que outras para viver a democracia por que, por exemplo, as diferenças entre as culturas protestante e católica no mundo cristão explicariam a inclinação da primeira pela democracia e da última pelo autoritarismo

7. Identifique os traços da cultura africana.

C. A excessiva concentração da autoridade e do poder num só indivíduo que reivindica, a posse de virtudes mágicas e a

possibilidade do povo poder derrubar os seus dirigentes sob diversas formas institucionais.

8. Enuncie a teoria de compromisso clássico institucional.

A teoria de compromisso clássico institucional que considera que a mudança institucional ocorrerá de preferência quando os agentes detentores do poder político se aperceberem das vantagens de perseguirem os seus interesses privados de acordo com regras do jogo diferentes.

9. Explica por que é que os dirigentes africanos são marcados por um sentimento anti democrático ou estratégias autoritárias?

Os dirigentes africanos são marcados por um sentimento anti democrático ou estratégias autoritárias devido a necessidade de apropriação do rendimento nacional; a esperança de poder obter uma fatia maior do bolo, pois quanto mais escassa for a elite, e quanto maior for a desigualdade na distribuição do rendimento, maior será o incentivo para optar por uma estratégia extractiva e, quanto mais marcado for o carácter extractivo da economia, maior será o risco do grupo no poder de se tornar num perdedor político.

10. Como se explica a grande dificuldade de transferência do poder político para outras forças políticas rivais.

A grande dificuldade de transferência do poder político para outras forças políticas rivais por que quando os políticos beneficiam de um acesso directo aos recursos da nação, através do governo, torna-se, de facto, mais difícil convencê-los a aceitarem transferir pacificamente o poder para agrupamentos políticos rivais.

Lição 5: A herança colonial e a Democracia

1. Como se explica a emergência em África de instituições não democráticas e extractivas.

A emergência em África de instituições não democráticas e extractivas foi pelo facto da administração colonial ter delegado a gestão do dia-a-dia do Estado numa

magra elite doméstica. Depois de ter tomado o controlo do Estado, na manhã seguinte às independências, estas elites receberam poucos incentivos para operar mudanças institucionais e, conseqüentemente, acabaram por favorecer as instituições não democráticas e extractivas prevalentes durante a era colonial.

2. Explica o porquê da discrepância política entre Botsuana e Lesotho mesmo sabendo que, ambos, na era pré-colonial partilhavam as mesmas instituições tradicionais.

A discrepância política entre Botsuana e Lesotho mesmo sabendo que, ambos, na era pré-colonial partilhavam as mesmas instituições tradicionais resulta do impacto limitado da dominação colonial no Botswana quando comparado com as experiências de muitas outras nações em África, permitiu aí uma certa continuidade das instituições pré coloniais. As elites que subiram ao poder depois da independência eram parcialmente oriundas da anterior elite administrativa colonial e o poder assumiu. No Lesoto, as guerras contra os Boers e o facto de que a colonização Britânica era, aqui, muito mais interventiva, acabaram por minar as instituições tradicionais e contribuíram, para a centralização do poder nas mãos da antiga elite administrativa colonial, favorecendo, então, uma governação autoritária.

3. Refira-se ao impacto da globalização na democratização dos países em vias de desenvolvimento.

O impacto da globalização na democratização dos países em vias de desenvolvimento está ligado a agudização dos conflitos distributivos não apenas em torno do rendimento, mas também, por acréscimo, em torno do conjunto dos recursos políticos; as tendências verificadas no comércio externo e na especialização; as tendências verificadas no comércio externo e, a intensificação do comércio internacional e a especialização dos países dentro da divisão internacional do trabalho leva ao reforço da viciosa dependência de muitos países em relação à exportação de recursos naturais; o fardo da dívida externa, e a conseqüente necessidade de fazer face aos compromissos financeiros internacionais que dele

advêm, fornece mais uma contribuição para o enfraquecimento do processo de democratização nos países em desenvolvimento.

4. O que aconteceu aos países que viram-se forçados a aderir aos programas de ajustamento estrutural e a adoptar políticas económicas e sociais.

Os países que viram-se forçados a aderir aos programas de ajustamento estrutural e a adoptar políticas económicas e sociais, não só a luta contra a pobreza e os esforços para subir o nível de educação abrandaram, aumentando a desigualdade na distribuição dos rendimentos, como a economia, pela necessidade de obtenção de divisas, se tornou ainda mais dependente da exportação de recursos naturais e de produtos da agricultura tropical.

5. Refira-se ao impacto dos programas de ajustamento estrutural nos países em desenvolvimento.

A. Esvaziar o papel positivo do Estado e para transferir para as empresas o ónus do desrespeito dos direitos humanos.

6. Mencione as alternativas para a democratização do continente africano.

As alternativas para a democratização do continente africano são: a eliminação da diversidade étnica; a admissão de que governação democrática que não rima forçosamente com democracia maioritária, ou seja que o princípio segundo o qual o vencedor das eleições arrebatava a totalidade das apostas em cima da mesa não deve, ser aplicada no caso de países etnicamente divididos. Deve-se recorrer a uma democracia consociacional, o governo não é politicamente homogéneo mas, antes, composto pelas diferentes organizações políticas na proporção do seu peso no parlamento.

7. Explica por que é que as reformas democráticas implementadas em África, nos anos noventa do século vinte, apenas tiveram efeitos formais.

As reformas democráticas implementadas em África, nos anos noventa do século vinte, apenas tiveram efeitos formais porque

o sistema maioritário confere o poder

à organização que obtém a maioria dos assentos no parlamento, frustrando todas as outras.

8. Qual a importância da democracia consociacional?

D. Quebrar o círculo vicioso em que muitas sociedades em desenvolvimento se têm visto enredadas desde a formação dos seus Estados-nação.

9. Qual a vantagem de um desenho institucional dos sistemas políticos.

A vantagem de um desenho institucional dos sistemas políticos são esvaziar de sentido os discursos extremistas sobre a interacção dos factores económicos e culturais no processo de desenvolvimento democrático, o primeiro afirmando que as especificidades culturais dos países africanos constituem um obstáculo quase intransponível para a democratização e o segundo que a democracia parlamentar constitui um conceito ocidental e, portanto, inadaptável à realidade africana.

10. Como se explica o exacerbar do problema do perdedor político e ao aparecimento de novas elites.

O exacerbar do problema do perdedor político e ao aparecimento de novas elites é justificado pelas reformas económicas, à expressão local da ordem económica mundial, a concentração das grandes fontes de rendimento em poucas actividades ligadas à exploração dos recursos naturais e das culturas tropicais; a desigualdade na distribuição dos recursos políticos, seja o rendimento ou a educação; o fardo da dívida externa aliada às restrições macroeconómicas impostas pelas instituições financeiras internacionais.

11. Mencione os objectivos sociais que devem nortear a Nova Política económica.

Os objectivos sociais que devem nortear a Nova Política económica são **reduzir** as desigualdades de distribuição do rendimento e de afectação da despesa pública em lugar de simplesmente procurar aumentar o nível do rendimento médio; **inovar** do ponto de vista institucional em lugar de tentar homogeneizar os padrões culturais; **diversificar** as fontes internas e externas de rendimento em

lugar de proceder a uma sobre exploração das fontes tradicionais de rendimento, impelidos pela necessidade de reembolsar a dívida externa e legitimados por uma muito frágil teoria de especialização competitiva; **procurar** uma distribuição mais equitativa dos benefícios do comércio internacional em lugar de impor uma desregulamentação das trocas; **apagar** a dívida externa em lugar de multiplicar esquemas de condicionalidade que apenas autorizam uma redução homeopática do fardo da dívida, e, portanto, a continuidade do status quo.

UNIDADE III: FONTES SOCIAIS DO CONFLITO POLÍTICO NOS PAÍSES DE ÁFRICA.

Lição 1: Clivagens Sociais

1. O que é partido?

Partido político é qualquer grupo identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, que seja capaz de colocar através de eleições candidatos a cargos públicos.

Partidos políticos são organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento, necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou pelo contrato, com objectivo de obtenção de votos para cargos políticos.

2. O que são clivagens sociais?

A. Separação ou diferenciação dos grupos sociais, por razões ideológicas, religiosas, culturais, económicas ou étnicas.

3. Identifique os tipos de conflitos sociais.

D. Clivagem Centro-periferia, Estado-Igreja, Urbano-Rural e Capital-Trabalho.

4. Mostre os resultados da tipologia das clivagens sociais.

As clivagens centro-Periferia e Estado-Igreja resultam dos processos de unificação política, administrativa e cultural associado a construção do Estado-Nação ou da reacção da periferia às medidas uniformizadoras dos construtores nacionais.

A clivagem Estado-Igreja resultam da revolução nacional, da cisão entre as aspirações mobilizadoras do estado-nação e as exigências corporativas da igreja.

A Clivagem Urbano-Rural resulta da concentração da riqueza e do controle político nas cidades, sobre a estrutura de propriedade na economia rural; resultam das taxas de produtos agrícolas e subsídios entre donos de terras, camponeses, burgueses e operários

Na clivagem Capital-Trabalho resultam da oposição era entre os proprietários e empregados, onde os proprietários lutavam para a manutenção do status adquirido, bem como para o seu reconhecimento enquanto os empregados lutavam contra a segurança dos contratos, as baixas remunerações e a alienação sócio cultural a que estes eram submetidos.

5. Caracterize o espaço de um partido na sociedade.

O espaço de um partido na sociedade caracteriza-se por ser receptor, tanto das ânsias e desejos de uma população que representa, como das influências e pressões a que está sujeito, por outros actores nacionais e internacionais; por outro, materializa-se como o local privilegiado para a maximização dos ganhos, de todos aqueles que pertencem à máquina partidária e que esquecem assim, tudo aquilo que representam para os que plebiscitariamente, ou não, representam.

6. Explica por que é que as clivagens em se basearam os partidos complementaram-se, sobrepuseram-se e se opuseram.

As clivagens em se basearam os partidos complementaram-se, sobrepuseram-se e se opuseram modo a maximizar as potencialidades das carteiras de eleitores detidas e minimizar o risco de ocuparem um lugar precário no alinhamento partidário nacional, ou seja, na divisão do eleitorado pelos partidos políticos, de acordo com as clivagens do tecido social.

7. Identifique as clivagens típicas na África sub saariana.

B. Clivagens religiosas, tribais ou étnicas, socioeconómicas, políticas e espaciais.

8. De que resultam as clivagens religiosas.

A. Resultam de sentimentos de exclusão do outro que não partilha a mesma matriz normativa religiosa.

9. Refira as causas das clivagens socioeconómicas.

As causas das clivagens socioeconómicas são a retórica do discurso que combina a optimização dos ganhos a que as classes ou determinadas categorias socioeconómicas podem aspirar, com a exortação dos direitos naturais, de que estas idealmente usufruiriam, mas dos quais se encontram expurgadas, por responsabilidade, ou da inaptidão do partido no poder, ou pela instabilidade criada pelos partidos na Oposição.

10. Comente: “as clivagens políticas são dinâmicas”.

As clivagens políticas são dinâmicas porque dependente dos tecidos sociais existentes e dos equilíbrios susceptíveis de serem encontrados entre eles, adaptando-se a situações concretas, verificadas num determinado território e num dado momento.

11. Em que circunstâncias são aproveitadas as clivagens religiosas?

C. Como um simbolismo para a veiculação dos ideais doutrinários e ideológicos que os partidos.

12. Comente: “as clivagens religiosas não devem ser colocada no mesmo patamar que os partidos políticos”.

As clivagens religiosas não devem ser colocada no mesmo patamar que os partidos políticos porque ao proporcionar tal comparação, as missões do início deste século, poderiam ser, também elas, consideradas como partidos políticos, pois proporcionavam uma mais rápida integração dos tecidos sociais autóctones no novo espaço administrativo e impunham um discurso político de apoio às potências colonizadoras.

Lição 2: Descolonização e regimes pós-independência em África

1. Como se explica a conflitualidade em África.

A. Elevados níveis de pobreza, da dependência económica dos recursos naturais e da rejeição ou colapso das instituições democráticas.

2. As fontes dos conflitos podem ser estruturais e próximas. Descreve as duas tipologias.

Fontes estruturais encontramos as questões de governação, o funcionamento do aparelho do Estado, em particular com a relação destes dois factores com os cidadãos a eles afectos, ou seja, com questões de cidadania, legitimidade e com a capacidade, por parte dos Estado, do fornecimento de bens e serviços. Manifestam-se, geralmente nos Estados fracos ou com forte componente autocrática, marcados pela corrupção, discriminação, pobreza extrema e, de modo esperado, pela violação dos direitos humanos.

Fontes próximas são dinâmicas, podem alterar-se com maior rapidez e levar o país à beira do abismo mediante a interacção com os factores estruturais. Por exemplo, quando a discriminação se torna legitimada pela promulgação de leis que ostracizam um determinado grupo étnico ou religioso, ou quando se verifica um declínio acentuado da qualidade de vida,

criam-se condições para que o conflito ganhe contornos perigosos.

3. Mostre através de exemplos que as reacções contra o imperialismo variaram de um território para outro.

As reacções à presença imperial variavam largamente de território para território porque depende das políticas adoptadas e as condições locais. Por exemplo, na Ásia, assiste-se à emergência de um nacionalismo de massas, favorecido, não apenas pela deterioração das condições económicas de grande parte da população, mas também pela existência de uma classe média frustrada pela marginalização dos centros de decisão e pelas barreiras raciais.

Em África, o Pan-Africanismo ergue-se como movimento promotor de defesa dos direitos do povo Africano e da unidade do continente, no âmbito de um único Estado soberano, para todos os africanos, tanto em África como na diáspora.

4. Mencione os objectivos da conferência de Bandung realizada em 1955.

A conferência tinha como objectivos a luta contra o colonialismo, o direito de todos os povos à autodeterminação, a luta pela independência e pela liberdade de escolha dos Estados relativamente aos seus próprios sistemas políticos.

5. Como se explica o aparecimento de sistemas políticos distintos em África no período pós colonial?

O aparecimento de sistemas políticos distintos em África no período pós colonial é justificada pelas distintas formas de colonização dos territórios africanos. Esta situação seria agravada por duas particularidades como a existência de Estados Nativos e; existência de diferentes grupos étnicos que haviam ficado “aprisionados” num mesmo território continuavam a reger-se pelas respectivas instituições nativas, agudizando, se possível ainda mais, as diferenças que os separavam.

6. Identifique as características dos países fracassados.

D. Escassa ou nula existência de uma soberania vertical, reconhecimento da autoridade e da legitimidade do aparelho do Estado recém instituído.

7. Comente: “O colonialismo esteve na origem de sistemas administrativos que em nada acautelaram as afinidades e lealdades pré-coloniais”.

O colonialismo esteve na origem de sistemas administrativos que em nada acautelaram as afinidades e lealdades pré-coloniais porque a distribuição do território realizada de forma arbitrária, cortou laços étnicos, tribais, religiosos, linguísticos e desmembrou unidades político-administrativas. Os Estados independentes que emergiram da II Guerra Mundial, territorial e administrativamente, não eram, pois, legítimos sucessores dos que haviam subsistido no período pré-colonial.

Lição 3: Pobreza, subdesenvolvimento e economia política

13. Em que consiste uma acção colectiva?

A. Um interesse individual num interesse colectivo e pressupõe que este último passe a ser convergente.

14. Enuncie a teoria de privação.

B. Quanto maior a privação sentida em relação às expectativas criadas, maior o descontentamento decorrente da frustração das mesmas e maior a possibilidade de se gerar um mal-estar generalizado, que tenderá, a criar as condições ideais ao surgimento do conflito.

15. Como se explica o colapso económico de muitos países africanos nas ultimas décadas do século XX?

O colapso económico de muitos países da África resulta de elevados níveis de desigualdade social (o que engloba a educação, saúde e assistência social); regimes políticos semi-democráticos (com fraca capacidade institucional na implementação e imposição de boas práticas políticas); economias mono culturais e pouco abertas assentes em dois ou três produtos primários exportáveis, o que os deixa totalmente dependentes da importação.

16. A maioria das lideranças africanas após a independência não foi capaz de manter a liberdade, a democracia e a prosperidade.

Que actividades passaram a ser o centro das atenções dos estados?

As actividades que passaram a ser o centro das atenções dos estados são a gestão de crises, no sentido de promover o partido governante na manutenção do seu monopólio, na perpetuação do controle da alocação dos recursos naturais, no uso da economia em benefício exclusivo da elite no poder e seus apoiantes, e a pacificação das clivagens étnicas e sociais, de modo a manter uma aparência de estabilidade política.

17. Caracterize a economia no período pós independência.

A política económica do pós-independência, veio a caracterizar-se por um elevado nível de oportunismo, incluindo, corrupção e clientelismo, pobreza e miséria, conflitos étnicos destrutivos, intolerância racial e elevados níveis de endividamento externo. Para além das questões internas, existiram também factores externos como a perda de competitividade dos produtos exportados, o aumento do preço do petróleo no decurso da década de 70 e a elevação dos impostos em meados de 80.

18. Refira-se aos objectivos da introdução dos programas de ajustamento estrutural.

Os objectivos da introdução dos programas de ajustamento estrutural são travar o enfraquecimento gradual das economias dos países mais pobres, embora com perspectivas e metodologias de áreas mais ricas, e, portanto, obedecendo a uma lógica aceleradamente liberalizadora, que acabaria por ter efeitos perversos em tantos países africanos.

19. Mencione as medidas inclusas nos programas de ajustamento estrutural.

Os Programas de Ajustamento Estrutural incluíam medidas como desvalorização da moeda, liberalização das importações e dos preços no consumidor, taxa de juro positiva, privatização da banca e das empresas que, antes, não haviam conseguido sujeitar-se à racionalidade do sector privado, liberalização da legislação do trabalho, racionalização e diminuição das despesas de funcionamento do aparelho central do Estado, limitação do crédito em especial para sectores não exportadores e a particulares, intervenção do

Estado no que respeita a infra-estruturas de apoio à exportação e investimento em capital humano.

20. Qual o impacto dos programas de ajustamento estrutural.

Os Programas de Ajustamento Estrutural provocaram a estagnação económica, fragilizando múltiplos países africanos. A austeridade imposta pelas novas medidas promoveu o desemprego e os cortes nos serviços públicos criando um fosso intransponível entre os governos que os aplicavam e as suas respectivas populações.

21. Enuncie o modelo liberal.

O modelo liberal refere que uma economia aberta promove o desenvolvimento que, consequentemente, fomenta a paz e a democratização dos regimes. Este modelo, ainda que inspirado no sistema de segurança internacional, pode no entanto ser transposto para um âmbito mais restrito uma vez que, na actualidade, a maioria dos conflitos são do foro interno.

22. Estabeleça a relação desenvolvimento e democracia.

O modelo liberal, relaciona-se com o desenvolvimento com os níveis de democracia porque quanto mais elevados forem os níveis de educação e de subsistência nos extractos sociais mais desfavorecidos, mais garantias de compromisso existirão entre as comunidades e o poder vigente.

23. Caracterize o modelo estruturalista.

O modelo estruturalista considera que a introdução do comércio e do capital estrangeiros em economias periféricas desencadeará um processo de exploração dos seus habitantes e dos recursos naturais. Este processo originará um ciclo de insatisfação, desigualdade e injustiça, agravado pelo não reinvestimento dos lucros daí provenientes e remetidos que são para os centros económicos.

24. Enuncie a teoria da dependência.

A Teoria da Dependência refere que o investimento directo estrangeiro é responsável pela redução do crescimento económico dos países em vias desenvolvimento, promovendo, consequentemente, a desigualdade; também se lhe atribui a criação de entraves à receita pública, desencorajando iniciativas

empreendedoras internas e

diminuindo os contactos das empresas com a economia nacional.

Lição 4: Identidade, Etnicidade e Cidadania

1. O que entendes por etnia?

Etnia é a representação atávica de uma África tribalista, onde se encontra o berço da raça humana. Para outros tratar-se-á de um fenómeno relacionado directamente com a manutenção do poder político, colonial ou nacional, inventado com o propósito de dominar.

2. O que leva a etnicidade?

A etnicidade é desencadeada ou exacerbada por conflitos despoletados pela aquisição de determinados bens escassos (os recursos naturais), pela luta contra políticas intolerantes ou ditatoriais de um determinado Estado ou ainda pela manutenção de direitos ou privilégios de um determinado grupo. Importa ressaltar que em relação a esta última questão, o espírito inerente poderá revelar-se antagónico uma vez que dele poderá resultar uma estratégia de compromisso ou reconciliação (como na África do Sul) ou o mais sangrento dos conflitos (como no Burundi e no Ruanda).

3. Como se configura a identidade étnica?

A configuração de uma identidade étnica é a partir de elementos como a partilha de experiências históricas, mitos ou crenças religiosas são pouco importantes, a menos que se traduzam em percepções compartilhadas, permitindo a distinção ou a identificação de grupos entre si.

4. Identifique como se constitui da etnia.

C. Construída sobre alicerces linguísticos, simbólicos ou axiológicos.

5. Identifique as causas dos conflitos étnicos.

A. Diferenças culturais, desequilíbrios económicos ou elevados índices de pobreza, não são determinantes na deflagração de um conflito.

6. Como reverter a situação dos conflitos étnicos?

A situação poderá, no entanto, ser revertida se esta diversidade se transformar numa mais-valia para a preservação da paz, devendo encetar-se para tal múltiplas acções com vista à melhoria dos níveis de liberdade política, salvaguarda da qualidade de vida e promoção do desenvolvimento económico.

7. Classifique os recursos naturais quanto a geografia e localização.

Quanto a geografia, os recursos naturais podem ser próximos (usurpados com facilidade pelo governo central) ou distantes (retidos com maior comodidade pelos rebeldes)

Quanto a sua localização podem estar concentrados numa área específica e, em consequência, são mais facilmente controlados por um grupo, ou dispersos numa área mais vasta, o que os torna menos acessíveis às partes.

8. Relacione os recursos naturais com os conflitos.

Os recursos naturais que são simultaneamente próximos e concentrados estimulam a luta pelo controlo do Estado.

Os concentrados, mas distantes, serão antes responsáveis por movimentos de secessão.

Os recursos que, sendo dispersos, se encontram próximos do centro do país, provocarão rebeliões.

Os recursos mais afastados serão responsáveis pela criação de áreas onde os senhores da guerra terão autonomia política e financeira.

9. Distingue os recursos furtáveis dos não furtáveis e sua relação com os conflitos.

Os recursos furtáveis se facilmente capturados por pequenos grupos de indivíduos não qualificados (pedras preciosas, droga) enquanto que os não furtáveis como o petróleo, o gás natural ou jazidas minerais a grande profundidade e de fácil bloqueio.

Os recursos furtáveis não são responsáveis pela deflagração de conflitos de secessão, uma vez que deles provêm elevados benefícios para as economias locais (caso do ruby em Namanhumbiri, na província de Cabo Delgado) enquanto que os recursos não furtáveis tenderão ser responsáveis pela criação de movimentos separatistas já que, ao não produzirem

benefícios locais, estimulam antes cobiça pelo controlo da máquina do Estado.

10. Explica por que é que a relação de influência entre recursos naturais e conflitos terá mais incidência em contendias de secessão e em disputas étnicas.

A incidência é determinada pela motivação associada à necessidade de contestação da condução da política interna ou simplesmente gerada pela ambição de um grupo, pela possibilidade ou oportunidade de alcançarem resultados e/ou por questões relacionadas com a identidade, determinante da formação do grupo e da manutenção da coesão, por um lado, por um lado, os benefícios oriundos dos recursos naturais são responsáveis pela geração de rendimentos escusos, incentivando a corrupção e estimulando práticas governativas pouco democráticas, antes referenciadas.

11. Descreve a tipologia de conflitos pelos recursos.

Conflitos de escassez são os conflitos mais comuns, têm como principais intervenientes povos nómadas e relacionam-se com o controlo de terrenos de pastoreio e de nascentes de água (Ruanda, Costa do Marfim, Burkina Faso, Mali).

Conflitos por abundância são os países que fazem depender a sua economia de recursos como o petróleo (Angola, Nigéria, Sudão) ou os diamantes (Serra Leoa, Angola, Libéria, República Democrática do Congo) os que apresentam riscos mais elevados de conflitualidade.

12. Mostre através de exemplos que os actores externos são também responsáveis por conflitos em África.

Os exemplos que mostram que os actores externos são também responsáveis por conflitos em África são: as situações como as de Angola e o Congo onde os intervenientes políticos foram alvo de intromissões de países como os EUA e da antiga União Soviética. Jonas Savimbi, na altura líder da UNITA, chegou a ser condecorado como defensor da liberdade pelo ex-presidente Ronald Reagan e o governo do MPLA liderado só viria a ser reconhecido no mandato de Bill Clinton. No caso do Zaire de Mobuto, a acção dos EUA foi similar. O receio de que as riquezas naturais do país fossem

tomadas pela União Soviética promoveu uma campanha de apoio ao líder zairese (Mobutu Sesse Seco), que, desta forma viu reforçada a sua posição política, o que lhe permitiu continuar a desenvolver um regime de terror e de corrupção.

13. O sector privado pode ter um papel nos conflitos.

Concorda? Justifica a tua resposta.

Concordo porque os beligerantes concessionam a empresas multinacionais a exploração e a comercialização dos recursos. Esta ingerência, longe de ser imparcial, tenderá a apoiar a facção que mais vantagens oferecer.

14. Refira-se ao impacto dos conflitos em África.

Os conflitos em África geram uma fraca capacidade institucional e governativa, um pequeno sector privado, um elevado grau de iliteracia, capacidades limitadas no que à segurança interna concerne.

UNIDADE IV: ARTICULAÇÃO, INTEGRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NA UNIÃO AFRICANA

Lição 1: Conflitos em África.

1. Identifique os eixos sobre os quais assenta a União Africana.

D. A paz e a segurança; os direitos humanos e a democracia; a integração económica.

2. Apresentar evidências que mostram que os conflitos em África não são um fenómeno novo.

Os conflitos em África não são um fenómeno novo, pois durante séculos de dominação europeia a violência política foi o principal esteio da sobrevivência do estado colonial contra as reivindicações nativistas e as pretensões emancipacionistas dos autóctones. A violência era um elemento constitutivo do estado colonial. Tanto assim é que algumas colónias (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Argélia, etc.) enveredaram pela violência armada como via extrema para libertação dos seus povos do jugo colonial.

3. Os conflitos em África têm sempre uma mão invisível das potências externas. Concorda? Justifique a tua resposta.

Concordo porque o receio paranóico de perder o controlo sobre os recursos africanos levou a que essas potências agissem na sombra, em certos casos envolvendo os seus serviços secretos, com planos estratégicos de desestabilização dos estados africanos, marcados ainda por uma tremenda fragilidade político-institucional e económica

4. Descreve as circunstâncias que contribuem nas guerras no continente africano.

As circunstâncias que contribuem nas guerras no continente africano são: A guerra fria que alimentou guerras por encomenda em África onde os EUA e URSS exportaram as suas disputas ideológicas e geoestratégicas para o continente africano apoiando logística e financeiramente regimes ou movimentos rebeldes, como no caso de Angola; A disseminação de armamentos e a facilidade com que chegam às mãos de qualquer um; Os magnatas da indústria armamentista transformaram a África em mercado lucrativo para o escoamento de grandes stocks de armas; As antigas potências coloniais foram e são actores dinâmicos e estratégicos no apoio militar aos seus aliados africanos.

5. Identifique as causas dos conflitos em África e seu impacto.

A. O estado pós-colonial que passou a ser uma fabulosa máquina de opressão e de pilhagem sem precedentes.

5.1. Identifique o impacto dos conflitos em África.

C. A desacreditação do estado ou da autoridade do estado levando os cidadãos a assumirem uma posição de contestação, de confronto ou de resignação.

6. Explica as acções arquitectadas pelos países africanos em busca de paz.

A Arquitectura de Paz e Segurança em África apresenta actualmente dois níveis interligados e interdependentes: **nível regional e nível sub-regional**. O nível regional é protagonizado pela organização pan-africana (UA); O nível sub-regional é protagonizado pelas cinco organizações sub-

regionais compostas pelos 54 Estados africanos.

7. Como é feita a reconstrução pós-guerra ou pós conflito?

A reconstrução pós-guerra ou pós-conflito é feita através de operações de interposição e monitorização; operações de descolonização; operações de restauração da democracia; operações de apoio à paz; operações de intervenção humanitária e; operações de mudança de regime.

8. O período após o conflito é o mais perigoso. Concorda? Justifique a tua resposta através de exemplos concretos.

Concordo que este período a seguir ao acordo tem sido muitas vezes o mais perigoso. Angola e Ruanda são exemplos acabados do colapso dos acordos de paz que acabou por comprometer os esforços da comunidade internacional no apoio à paz. A gestão pós-conflito aparece actualmente com especial acuidade sobretudo nas agências vocacionadas para as negociações de paz cujo interesse é recuperar os Estados no período pós-guerra e garantir a sua sustentabilidade.

Lição 2: O terrorismo como ameaça transnacional

1. Refira-se aos aspectos que caracterizam o terrorismo.

O terrorismo é uma acção violenta (física e psicologicamente); afecta especialmente não-combatentes (população civil); visa fins políticos, religiosos e ideológicos; age sobre os governos ou organizações para lograr concessões às suas reivindicações; está dotado de capacidade de destruição; caracteriza-se pela desterritorialização, embora as suas acções estejam localizadas; não existem tréguas.

2. Identifique os métodos de actuação dos terroristas.

D. As redes sociais, ao proselitismo militante e coercivo.

3. O que caracteriza o terrorismo actual?

A. O terrorismo actual é caracterizado por uma cultura teocrática para a sua inspiração. Trata-se de um tipo terrorismo em que a cultura de base é teocrática, uma cultura que potencia, que leva

ao extremo, a mobilização para morrer.

4. Quais são os obstáculos da União Africana no combate ao terrorismo?

Os obstáculos da União Africana no combate ao terrorismo são a situação financeira da organização regional e das sub-regionais; As operações de apoio à Paz são extremamente dispendiosas e requerem uma sustentabilidade financeira; abrangência das zonas de conflito em África traduz-se na incapacidade de uma resposta eficaz dentro da arquitectura de paz e segurança africana.

5. Identifique as necessidades do continente africano no combate ao terrorismo.

B. Financiamento, assessoria, fornecimento de equipamento, treinamento e operações híbridas de intervenção directa de contingentes militares.

6. Mesmo com dificuldades, a União Africana tem registado alguns sucessos. Mencione-os.

Ter conseguido congregar todos os países de África, com a excepção do Reino do Marrocos em torno das mesmas causas; Ter levado as organizações não africanas a encontrarem nela o parceiro ideal e credível e;

Tem mostrado trabalho no terreno, não só ao nível do apoio ao desenvolvimento e da concertação diplomática, mas principalmente como mecanismo estabilizador de conflitos em África.

7. Como combater o terrorismo em África?

D. Perceber aquilo que temos pela frente (a ameaça, a natureza da ameaça que temos à nossa frente) e contar com a cooperação de outras organizações, grupos de inteligência, a fim de recolher, processar e disseminar informações classificadas sobre o fenómeno.

8. Quais os elementos para combater o terrorismo internacional?

Os elementos para combater o terrorismo internacional são a dissuasão dos indivíduos em aderir aos grupos terroristas, a dissuasão de grupos terroristas em usar o terrorismo como

veículo e expressão das suas ideias e reivindicações, reduzindo a capacidade operacional.

9. Identifique os elementos do contra terrorismo.

A. A diplomacia, a inteligência, controlo financeiro, o sistema de justiça penal e força militar.

UNIDADE V: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NOS PAÍSES DA UNIÃO AFRICANA

5.1. Lição 1: Os partidos políticos africanos - as paradoxalidades que não o são

1. Que implicações teve a colonização?

A colonização dos territórios implicou profundas rupturas, nomeadamente com os quadros normativos dos diversos sistemas sociais africanos por meio da aplicação de um modelo de estado-nação, tipicamente europeu, e que retalhou de forma discricionária as diversas unidades políticas autóctones originalmente existentes, preconizando assim, a destruição dos equilíbrios tradicionais e a implementação de um legado de autoridade política que ainda hoje é possível encontrar sob a forma de regimes despóticos, como o do Sudão.

2. Que significado teve a imposição de um modo exógeno de administração colonial?

A imposição de um modelo exógeno de administração implicou o esvaziamento da maioria das funções das chefias tradicionais, que viam assim, o seu poder simbólico enfraquecido e, consequentemente, a sua credibilidade, como representantes e líderes de uma comunidade, corroída.

3. Comente: “a II Guerra Mundial surge, para o continente africano, como um dos marcos indelévels da sua história recente”.

pois foi a partir deste episódio que a estratégia das potências colonizadoras se alterou, passando a prosseguir aquilo a que Freund apelida de «*New Deal Africano*» (FREUND, 1984), que assentou fundamentalmente na aposta na industrialização, numa tentativa de criação de uma classe operária urbana

relativamente bem remunerada, na construção de infra-estruturas de suporte às indústrias recém-criadas, no desenvolvimento das agriculturas de plantação, na intensificação das anteriores formas de penetração do capital produtivo metropolitano e numa aparente preocupação com o bem-estar das populações nativas.

4. Mostre através de exemplos concretos que a colonização da África pelos europeus assumiu estratégias distintas pelos colonizadores.

A Inglaterra apostou numa delegação de responsabilidades, no sentido de dar alguma representatividade aos interesses africanos, de modo a preparar uma eventual independência que só ocorreria a longo prazo; a França idealizando um grande império totalmente integrado, onde todos os indivíduos usufruíam de uma nacionalidade francesa e teriam o mesmo estatuto de cidadania e; Portugal, continuando a prosseguir a política possível, dadas as diversas vicissitudes que o regime começava a enfrentar em termos internos.

5. Mostre através de exemplos concretos que a conquista de um espaço e de uma crescente visibilidade pelos partidos políticos levou-os a assumir posições anti-coloniais.

Como no caso da *Union des Populations du Cameroun* (Camarões), que liderou uma revolta camponesa em 1955, do *Convention People's Party* (Costa do Ouro – Gana), que apelando à união nacional e apresentando um programa de prevenção de polarização de poderes conseguiu conduzir o Gana à independência em 1957, ou do TANU (*Tanganyika Africa National Union*), de Julius Nyerere que, utilizando um mix político semelhante ao do CPP, no Gana, conseguiu aliar os interesses de uma pequena burguesia florescente, com as necessidades das massas populacionais.

6. Explica como é que os partidos políticos asseguraram a modernização.

Há medida que as potências coloniais viam os seus impérios a esboroarem-se, os partidos políticos africanos iam-se afirmando

como herdeiros naturais do poder

estatal e, simultaneamente, cimentavam a sua posição de instrumentos modernizantes, de base tradicional.

7. Os partidos políticos surgem alicerçados a uma modernidade importada. Argumente mostrando o impactodestarealidade.

Os partidos assumem assim, mais uma característica paradoxal, traduzida pelo facto de a sua *praxis* alicerçar-se numa modernidade importada, tanto através dos seus líderes, como pelas elites que lhes asseguravam o poder.

8. Refira-se ao ambiente em que as sociedades africanas se encontravam a quando do surgimento do nacionalismo.

O aumento da urbanização, a maior escolarização dos próprios africanos, a formação de associações voluntárias, a difusão dos ideais de pan-africanismo e de negritude, o envolvimento de soldados africanos nas frentes de batalha tanto da I, como da II Grandes Guerras, as descolonizações na Ásia, as mudanças estruturais nos sistemas internacionais político-económicos.

9. Identifique os pilares dos programas dos partidos políticos.

A. A independência do país e a ideia do progresso e de modernidade.

10. Mencione as inovações ocorridas nas décadas 70 e 80.

a) a máquina burocrática dos partidos estendeu-se de tal forma, que os movimentos de índole regional apenas serviram para fortalecimento do partido no poder;

b) o arquétipo de partido de massas africano torna-se uma ilusão quase mitológica;

c) os partidos no poder fundem-se com a máquina estatal dando corpo aos conceitos de partido único, de neo-patrimonialismo de estado e de vampirismo político;

d) a classe dirigente passa a ser composta pela pequena burguesia, que vê assim, uma hipótese de maximizar os seus ganhos com a economia de renda vigente;

e) o clientelismo surge como garante do poder e os golpes de estado sucedessem-se como forma de contestação à autoridade do poder estatal e consequente substituição deste por um novo poder cuja autoridade reside nas armas;

f) o xadrez político passa a contar com uma nova peça, as transnacionais e;

g) aos movimentos de guerrilha, de índole ideológica, juntam-se outros que resultam da destruição das estruturas tradicionais, pela modernidade, sem que se consiga repor uma ordem social mínima para a regeneração dos próprios tecidos sociais.

11. Mencione as implicações do programa de Reajustamento estrutural na África sub saariana.

As forças que se encontravam no poder foram obrigadas a repensar, ou mesmo abandonar, os esquemas de clientelismo e as forças da oposição começaram a utilizar como arma de arremesso político as questões das performances das políticas estatais, de modo a que a sua imagem em termos de comunidade internacional fosse credibilizada.

12. Refira as causas da falência dos regimes centralizados.

A falência gradual dos regimes centralizados, apoiados numa forte máquina burocrática (casos da Tanzânia, Quênia, Zâmbia, Senegal, Camarões, Costa do Marfim, Malawi, Benin), não pode ser imputada de modo exclusivo à implementação dos PAE's e dos condicionalismos (económicos, financeiros, políticos e sociais), mas também, à generalizada degradação das condições económico-sociais que se vinham a agravar desde meados da década de 70 (nomeadamente a partir das crises petrolíferas de 1973 e 1979) e que atingiram o seu ponto mais alto ao longo dos anos 80.

13. Diga quais os acontecimentos que marcaram a década de 1990 e seu impacto.

D. O desmantelamento da URSS e o fim de um sonho socialista, acompanhados pelo evento da globalização, maior intervenção do FMI, do Banco Mundial, do fim do *Apartheid*, e da própria falência do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*).

14. Refira-se ao ambiente situacional dos anos 90.

O ambiente situacional nos anos 90 propicia todo um conjunto de reformas, rupturas e continuações, ao nível da vida político-partidária no continente africano, que

não podendo ser elencadas em toda a sua extensão, podem porém ser sintetizadas nas seguintes cinco linhas de força: Uma limitação real dos poderes do partido no poder, que implicou o início do desfasamento, entre a máquina partidária e a máquina do estado; Uma diminuição do clientelismo, como forma de perpetuação do poder e o estabelecimento de novas alianças políticas e/ou de tendências de cooptação governativa, como mecanismo de minimização das perdas resultantes da falência do vampirismo hegemónico do Estado; Um enfraquecimento efectivo, tanto da autoridade, como do poder estatais (em consequência dos dois factores anteriores); O reclamar, por uma sociedade civil cada vez mais ciente e segura do seu papel como agente político e de pressão, por uma abertura política e; O aparecimento de um revivalismo dos movimentos baseados em clivagens étnico/regionais (atente-se nos casos de Cabinda, em Angola, Casamance, no Senegal, Sahara Ocidental, em Marrocos, e *Somaliland*, na Somália), que se apresentam como contra-poderes e como voz dos que não a têm.

15. Explica por que é que a democratização das instituições em África não se apresentou de forma uniforme.

A democratização das instituições em África não se apresentou de forma uniforme porque os processos inerentes foram instrumentalizados pela própria comunidade internacional, no sentido de legitimar situações anteriormente pouco cómodas, ou de destituir o partido governante

16. Identifique a maior ruptura do processo político social.

Na alteração de estratégia dos partidos, que passaram a apoiar-se, com uma crescente preponderância, na manipulação das clivagens espaciais e socioeconómicas evidenciadas pelos tecidos sociais e na catalisação e reconversão dos ritos praticados no Ocidente, de modo a adaptá-los aos eleitorados alvo, e assim, conseguir converter o discurso da globalização e de desenvolvimento, num discurso de modernidade de base tradicionalista, local, particularista e endógena.

Lição 2: A estrutura socioeconómica - mercado e planificação. Dependência económica do terceiro mundo.

1. Enuncie a teoria da dependência.

A teoria da dependência defende que o centro tem capacidade de desenvolvimento autónomo e é o beneficiário dos relacionamentos comerciais estabelecidas a escala global. A periferia segue um desenvolvimento condicionado por sua adaptação aos requisitos de expansão do centro. Assim se configura uma situação de exploração pelo centro dominante.

2. Há dois sistemas diferentes a destacar o sistema tradicional e o sistema moderno. Distingue-os.

O sistema tradicional desenvolve-se em uma sociedade cujos relacionamentos sociais são de tipo pessoal, e na que domina a existência de organizações de tipo primário. O sistema económico é de subsistência, e concentra-se no sector primário, sobretudo na agricultura. Quanto à cultura, não há um desenvolvimento científico nem tecnológico; os valores que primam são a herança, a superstição e a lealdade. O poder no sistema político está personalizado, toma como referencia a estrutura familiar. A autoridade descansa em uma espécie de pater *familiae* com qualidades sobre-humanas. A política concebe-se como uma interrelação entre membros de uma grande família

O sistema moderno, sua estrutura social é complexo e impersonal, e baseia-se na meritocracia, primam as organizações secundárias, grandes organizações especializadas de carácter impersonal; os valores principais destas sociedades são o progresso, o conhecimento científico, o avanço tecnológico; o sistema político está altamente burocratizado, e legitima-se de forma legal racional; a Administração Pública é burocrática e profissionalizada.

3. Existem duas propostas dentro do estudo do desenvolvimento político a destacar a da ocidentalização e a da institucionalização. Caracterize-os.

A da Ocidentalização concebe o processo de desenvolvimento político de forma única e linear ao

referir que todas as sociedades sofrem um processo muito similar de evolução, cujo termo está na democracia avançada ocidental.

A da Institucionalização dá grande importância às civilizações. A modernização não tem que levar sempre a uma democracia definida pelos valores ocidentais, senão que a cada civilização forma um regime especial, mas sempre com a característica da institucionalização do poder.

4. Como se realiza a modernização nos países desenvolvidos.

A. Construção de um tipo de legitimidade especial, legal racional, apoiada na soberania nacional, Desenvolvimento da participação no sistema político e, Desenvolvimento da cidadania social

5. Apresente a visão dos neoliberais quanto ao bem-estar no âmbito da democracia e economia.

No âmbito da democracia, **os neoliberais** sustentam que os sistemas democráticos actuais têm que ter certas restrições quanto à determinação das demandas que se lhe formulam ao sistema político, porque há uma sobrecarga de demandas; esta sobrecarga é causada porque os partidos políticos incluem ofertas de qualquer tipo na concorrência eleitoral, para satisfazer aos votantes. Isto é contraproducente para a democracia, porque lhe resta eficácia.

No âmbito económico, **os neoliberais** propugnam a mínima intervenção do Estado na economia: primazia do Mercado.

6. Distingue a visão neoliberal da reformista no âmbito da política social.

No âmbito da política social, para **os liberais**, a política social não tem que condicionar nunca o Mercado, para o qual se tem que auto financiar.

Os reformistas propugnam que o Estado deve garantir um mínimo vital para todos os cidadãos.

Lição 3: Modernização do Terceiro Mundo.

1. Refira-se aos factores que obrigam os países do terceiro mundo a se modernizar.

Os factores que obrigam os países do terceiro mundo a se modernizar são incremento das migrações para os países ocidentais e para as cidades; mobilidade ocupacional e abandono do sector primário; melhoria das comunicações e desenvolvimento dos meios de transporte; desenvolvimento dos meios de comunicação; literacia.

2. Mencione as características a ser desenvolvidas no processo de criação de um estado de bem-estar.

As características que o processo de criação do Estado-nação são a centralização do poder, para exercer sobre a sociedade *territorial*; o lucro de autonomia em frente a grupos sociais e entidades estrangeiras e; por em marcha programas de criação de uma infra-estrutura económica, e de programas de serviços públicos. Assim, o Estado conseguirá converter na instância que articule o interesse social, reforce a solidariedade social e o espírito comunitário e nacional.

3. Caracterize a elite tradicional, liberal, autoritária e radical.

A elite tradicional sua autoridade procede de seu status histórico e da propriedade da terra que detêm.

A elite liberal, favorável à reforma, pois apoia a industrialização e a democracia.

A elite autoritária que não pretende reproduzir o sistema ocidental de forma mimética, porque distinguem entre uma democracia formal e uma democracia real que se caracteriza pelo desenvolvimento económico e a igualdade de oportunidades.

A elite radical desenvolve uma proposta revolucionária, como forma de conseguir uma mudança drástica e rápida da estrutura económica e social.

4. Refira-se às características da institucionalização das instituições políticas.

As características da institucionalização das instituições políticas são Adaptabilidade ao meio no que se encontra inserido o sistema político. Complexidade, maior complexidade, maior estabilidade e maior institucionalização, e maiores possibilidades de permanecer.

Autonomia, expressada através da independência e respeito de organizações sociais.

Coerência devido a existência de interesse *geral* na instituição, que tem uma finalidade colectiva.

5. Quando é que ocorre a desinstitucionalização?

A. Mudança social e económica, e nos valores.

6. Qual é a causa da deterioração e crise dos sistemas políticos da actualidade?

C. A corrupção e ao deixar de desempenhar as funções de input-output, porque vêm-se condicionadas pelos grupos de interesse.

7. Explica por que é que se considera que uma das características da revolução é a novidade?

Uma das características da revolução é a novidade, pois a revolução dá origem a uma ordem diferente do anterior; a liberdade, pois produzem uma libertação em relação a uma situação anterior, a um modelo de dominação anterior; a violência, que é inerente à revolução; a historicidade onde supõe que a revolução é algo objectivamente necessário; tem uma dinâmica própria; sua lógica supera à de seus agentes e implicados; toda revolução gera uma democratização, favorece a participação do povo na vida política, o que serve para desenvolver um espírito comunitário; os processos revolucionários produzem estruturas de poder fortes, fortemente organizadas.

Lição 4: Os sistemas eleitorais: os diferentes modos de escrutínio

1. Mencione os requisitos dos sistemas eleitorais.

Os sistemas eleitorais devem preencher os seguintes requisitos são: Deve garantir uma justa representação dos diferentes grupos sociais, incluindo indivíduos dos diferentes sexos, classes sociais, religiões e grupos étnicos; Facilitar as decisões políticas; A função de participação não se refere à participação no sentido de afluência às urnas. Deve basear-se na simplicidade e transparência. Gozar de legitimidade, o que significa que ele deve ser aceite por toda a sociedade em geral.

2. Como agravante, os efeitos práticos de um sistema eleitoral não dependem exclusivamente do sistema em si, mas também de outros factores. Identifique-os.

Os efeitos práticos de um sistema eleitoral não dependem exclusivamente do sistema em si mas também de outros factores tais como a influência da estrutura social, das chamadas clivagens, dos conflitos históricos e das diferenças geográficas sobre o comportamento do eleitor.

3. Distingue o escrutínio maioritário de uma volta com o de duas voltas.

No escrutínio maioritário de uma volta, o eleito é designado por maioria relativa sobre qualquer outro candidato, mesmo que esta maioria seja inferior á maioria absoluta (metade mais um) dos sufrágios exprimidos.

O escrutínio maioritário de duas voltas exige-se a maioria absoluta na primeira volta, enquanto que a maioria relativa basta na segunda. Na prática, os eleitores na segunda volta atingem quase sempre a maioria absoluta, que raramente é atingida na primeira volta.

4. Refira-se a vantagem do escrutínio maioritário.

O sistema maioritário tem a vantagem de conduzir á formação de governos homogéneos, dado que o partido que ganhe as eleições pode, livremente, formar o governo. Porém o escrutínio maioritário de uma volta, apenas é viável em países onde não existem senão dois grandes partidos com possibilidade de ganhar as eleições.

5. Diferencie o escrutínio maioritário com o de lista.

O escrutínio de lista (plurinominal) quando cada circunscrição elege vários candidatos que, geralmente, se agrupam por listas enquanto que escrutínio maioritário pode ser de uma ou duas voltas. (veja a resposta 3 para completar a resposta).

6. Caracterize a representação proporcional.

O princípio de base da representação proporcional consiste em assegurar uma representação das minorias em cada circunscrição eleitoral, na proporção exacta do número de votos obtidos. O sistema funciona da seguinte maneira: cada

circunscrição eleitoral sabe, á partida, quantos deputados pode eleger.